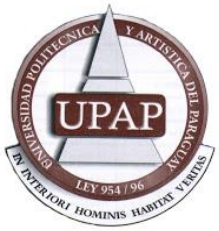


UPAP – UNIVERSIDAD POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY
CAMPUS – CIUDAD DEL ESTE
REITORIA DE ESTUDIOS DE POSTGRADO
CURSO DE POSTGRADO “STRICTU SENSU”
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

ADALBERTO SIQUEIRA DIVINO

A VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

CIUDAD DEL ESTE – PARAGUAY
2019

ADALBERTO SIQUEIRA DIVINO

A VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

Trabalho de dissertação apresentado ao programa de pós-graduação stricto sensu da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação sob a orientação do Dr. Rafael Fernando Muriel.

CIUDAD DEL ESTE – PARAGUAY
2019

ADALBERTO SIQUEIRA DIVINO

A VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai.

Aprovado na Ciudad del Leste, Paraguai, em 12 / 07 / 19

Qualificação 5 (cinco)

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

NOME OU RUBRICA

1 Dr. Regner Dario Cristaldo R.

2 Dra. Ada ester Caceres

3 José Linare Bortore

UNIVERSIDAD POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY · SECRETARIA DE POSTGRADO

UNIVERSIDAD POLITÉCNICA Y ARTÍSTICA DEL PARAGUAY · UPAP · SECRETARIA DE POSTGRADO

Digitalizado com CamScanner

AUTORIZAÇÃO DE APRESENTACÃO DE DISSERTAÇÃO

O Dr. Rafael Fernando Muriel, orientador, autoriza a apresentação do trabalho de pesquisa, a optar pelo mestrado em Ciências da Educação, da Universidade Politécnica e Artística do Paraguai e afirma que o referido trabalho atende aos requisitos e pode ser submetido à avaliação e apresentado aos professores que foram nomeados para o Conselho de Exame.

Data: ___/___/____

Assinatura: _____

Rubrica: _____

DECLARAÇÃO

Declaro que toda a informação e conteúdo deste trabalho é exclusivamente de minha responsabilidade, e autorizo a Universidade Politécnica e Artística do Paraguai para sua divulgação ou publicação no todo ou em parte.

Data: ___/___/____

Assinatura: _____

Rubrica: _____

Dedico este trabalho à minha esposa, Ivone Araújo de Lima, pelos incentivos e por estar presente nos momentos de incerteza e busca pela realização deste Curso.

AGRADECIMENTOS

Ao grande arquiteto do universo pela sua infinita graça e pelo dom da sabedoria e da racionalidade que ao ser humano proporcionou.

Os meus pais por ter me ensinado as regras da conduta humana para servir e viver em comunhão.

Ao meu Orientador, Dr. Rafael Fernando Muriel por suas orientações esclarecedoras, intervenções epistemológicas que abriram o caminho do conhecimento e desejo de aprender mais.

Aos ilustres professores por suas aulas inspiradoras.

A Universidad Politécnica y Artística por haver dado a oportunidade de acesso ao curso de Mestrado.

Ao nobre amigo, Ms. Edson Maia de Almeida, por sua incansável ajuda nas contribuições epistêmicas e por oferecer caminhos e propor ideias para este trabalho.

A amiga Jasmin Kavassaki por dedicar seu tempo para fazer os ajustes de estrutura deste trabalho.

À grande família UPAP pela amizade e considerações afetivas ao longo do Curso de Mestrado.

EPÍGRAFE

"Violência não é um sinal de força, a violência é um sinal de desespero e fraqueza".

(Dalai Lama)

BREVE CURRICULUM DO AUTOR

Adalberto Siqueira Divino, Brasileiro, nascido em 30/08/1982, com Cédula de identidade nº 4391234 SSP/PA, inscrito com CPF sob o nº 728.185.495-72, residente e domiciliado a Rua Soldado Barreto, 43 na cidade de Caracaraí – RR/Brasil.

É graduado em Matemática pela Universidade Estadual do Estado do Pará-UEPA; tem pós-graduação em Fundamentos do Ensino Básico da Matemática, pela Universidade Federal do Estado Pará - UFPA.

Trabalhou no estado do Pará por 2 (dois) anos onde ministrou aula de Matemática para alunos do Ensino Fundamental e no estado de Roraima onde trabalha atualmente a mais de 10 (dez) anos exercendo a função de professor de ensino médio na área de Matemática e física; atua como tutor na Universidade Federal de Roraima (UFRR), Educação a Distância (EAD). Exerce a função de Presidente da Associação de Pais e Mestres e coordenador da Olimpíada Brasileira de Matemática-OBMEP-na escola estatal Castelo Branco recebendo por quatro vezes menção honorifica da Academia Brasileira de matemática.

Ingressou na Universidad Politécnica y Artística del Paraguay (UPAP) para cursar Mestrado em Ciências da Educação no ano de 2017. Para mais informações acessar a Plataforma Lattes. Responde pelo e-mail por siqueiramat@hotmail.com.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar o problema da violência de alunos contra professores nas escolas públicas do estado de Roraima – Brasil, tendo como tema A violência dos alunos contra os professores: um estudo a partir da escola e da sociedade. O método qualitativo foi usado nesta pesquisa por se tratar de um estudo descritivo de cunho transversal para coleta de dados nos valemos de questionários, entrevistas e impressões dos envolvidos na investigação. Para referendar o trabalho buscamos suporte em livros, revistas eletrônicas dissertações de Mestrado, teses de Doutorados e artigos os quais estão diretamente ligados a este tipo de pesquisa. Para analisar a violência mediante as representações sociais nos valemos das categorias de Moscovic em seu libro “La Psychanalyse, son image et public, en 1961” e o embasamento referente aos embates de violência entre o plano ideológico e as manifestações simbólicas a partir de una construção invisível nos valemos do pensamento de Bourdieu (2001) em seu libro “O poder simbólico”, bem como dos estudos de Dubet (2003) em sua obra “A escola e a exclusão” entre outros autores que trabalham esta temática.

Palavras chave: Violência contra professor; representação social.

RESUMEN

El presente estudio buscó analizar el problema de la violencia de alumnos contra profesores en las escuelas públicas del estado de Roraima - Brasil, teniendo como tema “La violencia de los alumnos contra los profesores: un estudio a partir de la escuela y de la sociedad”. El método cualitativo fue utilizado en esta investigación por tratarse de un estudio descriptivo de cuño transversal. Para recolección de datos en los valemos de cuestionarios, entrevistas e impresiones de los involucrados en la investigación. Para refrendar el trabajo buscamos soporte en libros, revistas electrónicas disertaciones de Maestría, tesis de Doctorados y artículos que están directamente vinculados a este tipo de investigación. Para analizar la violencia mediante las representaciones sociales nos valemos de las categorías de Moscovic en su libro “La Psychanalyse, son imagen et public”, en 1961 y el embasamiento referente a los embates de violencia entre el plano ideológico y las manifestaciones simbólicas partir de una construcción invisible, nos valemos del pensamiento de Bourdieu (2001) en su libro “El poder simbólico”, así como de los estudios de Dubet (2003) en su obra “La escuela y la exclusión” entre otros autores que trabajan esta temática.

Palabras clave: Violencia contra profesor; representación social.

ABSTRACT

This present study has looked for analyzing the problem of student's violent events against teachers in public schools in the state of Roraima - Brazil, with the theme "Student violence against teachers: a study from school and society". The qualitative method have been used in this research because it is a descriptive model for collecting studed data, we use questionnaires, interviews and impressions of those involved in this research. To refer the work, we seek support in books, electronic journals, master dissertations, doctoral theses and articles which are directly linked to the research's objectives. In order to analyze violence through social representations, we use Moscovic categories in his book "La Psychanalyse, son image et public" in 1961 "and the basis for violence between the ideological plane and the symbolic manifestations of a construction invisible, we use Bourdieu (2001) thinking in his book "The Symbolic Power" as well as Dubet (2003) studies in his work "School and Exclusion" among other authors who have worked on this subject.

Keywords: Violence against teacher; social representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Professor Carlos Christian Gomes vítima de violência 61

Figura 2: Professora Márcia vítima de violência 66

Figura 3: Professor Thiago dos Santos Conceição vítima de violência ... 68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado das buscas com os respectivos descritores para as dissertações de Mestrado 53

Tabela 2: Resultado das buscas com os respectivos descritores para as teses de Doutorado 54

Tabela 3: Resultado das buscas com descritores para artigos. 56

Tabela 4: Quantidade da população envolvida na pesquisa. 76

Tabela 5: Quantidade de pessoas envolvidas na amostra. 78

Tabela 6: Notas (de 0 a 10) dos gestores sobre as causas de violências contra professores. 87

Tabela 7: Notas (de 0 a 10) dos gestores sobre o ponto de tensão entre alunos e professores. 95

Tabela 8: Notas (de 0 a 10) dos gestores sobre as possíveis causas de violência e as práticas dos professores. 100

LISTA DE SIGLAS

BBC – British Broadcasting Corporation

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FVC – Fundação Victor Civita

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS – Organização Mundial da ou de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

SINTER – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima

SINTESE – Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UPAP – Universidad Politécnica y Artística del Paraguay

SUMÁRIO

AUTORIZAÇÃO DE APRESENTACÃO DE DISSERTAÇÃO III

DECLARAÇÃO IV

AGRADECIMENTOS VI

EPÍGRAFE VII

BREVE CURRICULUM DO AUTOR VIII

RESUMO IX

RESUMEN X

ABSTRACT XI

LISTA DE FIGURAS XII

LISTA DE TABELAS XIII

LISTA DE SIGLAS XIV

SUMÁRIO XV

CAPÍTULO I – ANTECEDENTES DA INVESTIGAÇÃO 20

1. INTRODUÇÃO 20

2. TEMA 22

3. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO 23

4. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA 25

5. PERGUNTAS DA INVESTIGAÇÃO 26

5.1 Pergunta Geral 26

5.2 Perguntas Específicas 26

6. OBJETIVOS 26

6.1 Objetivo Geral 26

6.2 Objetivos Específicos 27

7. JUSTIFICATIVA 27

CAPITULO II – MARCO TEÓRICO 30

1. AS CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA 30

2. O PROBLEMA PARA DEFINIR A VIOLÊNCIA 33

3. A VIOLÊNCIA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NOS MEIOS ESCOLARES..... 38

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU REFLEXO NA VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES 47

5. A BUSCA DE DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES E SITIOS OFICIAIS DO GOVERNO 52

6. A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES APRESENTADA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO..... 60

CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO 70

1. CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS 70

2. DESENHO METODOLÓGICO 73

3. DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA..... 76

4. TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS..... 78

CAPÍTULO IV – ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS..... 82

1. A VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA OS PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA E A SOCIEDADE..... 82

2. ATO LEGAL E ATO INJUSTO DOS ADOLESCENTES..... 83

3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM OS GESTORES DA ESCOLA ESTADUAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO 86

3.1 Causas de violências contra professores..... 86

3.1.1 A desestrutura familiar..... 86

3.1.2 A Impunidade do regimento da escola e do ECA .. 88

3.1.3 As drogas 91

3.1.4 Falta de perspectiva para o futuro 93

3.2. Ponto de tensão entre alunos e professores 94

3.2.1 Falta de respeito 94

3.2.2 A indiferença à presença do professor 96

3.2.3 Desconsideração pelo poder exercido na sala de aula 97

3.2.4 A rejeição aos métodos de ensino 99

3.3. A prática dos professores 100

3.3.1 Professores sem aptidão para magistério ou mal preparados 100

3.3.2 Professores não habilitados na regência de determinada disciplina 101

3.3.3 Professores sem motivação para o trabalho 103

3.3.4 Professores com excesso de carga horaria 105

4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM O COORDENADOR E OS PROFESSORES DA ESCOLA ESTUDADA 106

5. CONSIDERAÇOES FINAIS 122

5.1 Recomendações e sugestões para trabalhos futuros 127

BIBLIOGRAFIA 128

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DO DIRETOR DA ESCOLA 133

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 134

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO (COM PERGUNTAS FECHADAS E OBJETIVAS) APLICADO AOS GESTORES E PROFESSORES .. 135

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO (COM PERGUNTAS ABERTAS E SUBJETIVAS) APLICADO AOS GESTORES E PROFESSORES 137

ANEXO – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 140

CAPÍTULO I – ANTECEDENTES DA INVESTIGAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a violência de estudantes contra professores a partir da realidade vivenciada por eles e as relações sociais entre alunos e professores. Para entender as relações sociais entre alunos e professores, nos servimos da teoria das representações sociais, as quais utilizaram como suporte para pesquisas, buscando compreender conceitos relacionados aos fenômenos sociais em relação à violência real de alunos contra professores.

Os autores, assim como (Moscovi, 1994) e (Dubet 2006) com a teoria das representações sociais foram importantes para dar consistência à investigação, principalmente no campo das manifestações sociais referentes aos ataques de alunos contra professores.

Para ajudar a problematizar e conceituar o tema em tela buscou-se apoio em autores como Chauí (1995), Priotto (2009), Perbarbieux (2002) e Arblaster, entre outros. A teoria das representações nos ajudou a compreender conceitos formais em conceitos concretos, Dubet (2006), pois através dessa teoria foi possível identificar alguns fatores, como: a identificação de grupos, neste caso o grupo de alunos e professores. O conhecimento, onde permite compreender as mudanças da realidade e a disseminação do conhecimento comum entre os sujeitos sociais. Justificando a função que nas buscas permite conhecer o comportamento a fim de justificar suas ações ajudando desta forma contribuir para a compreensão da discriminação entre os grupos. Da mesma forma buscou compreender o enfrentamento dos grupos sociais envolvidos em conflitos (Moscovi, 1994). As representações presentes nos aspectos culturais, sociais, cognitivos e avaliativos buscam justificar o entendimento entre as partes do grupo.

A função de orientação, isto é, como um guia que orienta os comportamentos e práticas cotidianas dos grupos são as regras internas

dos grupos que medem o grau de aceitação ou não em um determinado contexto social e nos grupos que estão relacionados positivamente ou negativamente.

Buscou-se analisar o problema concreto, com suas características, mas que ainda carece de uma definição formal no Brasil, uma vez que não existe uma literatura consistente e formulada com relação à situação específica analisada no estudo, ou seja, “a violência praticada pelos alunos contra os professores”. Já que na mídia ela é amplamente disseminada extensamente, em contraposição, na pesquisa científica há um vácuo na mídia acadêmica. Muito pouca produção é vista nas universidades brasileiras, o que não corresponde à preocupação da sociedade em relação à questão específica da violência praticada contra professores por parte dos alunos.

A escolha do tema estudado surgiu a partir das preocupações do pesquisador quando percebeu que na mídia brasileira, principalmente nos anos de 2017, ocorreram muitos casos de agressão física contra professores os quais foram objeto de divulgação e debates na mídia do país. A atenção dada pela mídia, mesmo que seja destacada, não merece a mesma preocupação por parte da comunidade científica. Para os pesquisadores que estão atentos ao problema, ainda há pouca produção referente ao tema o que seria de grande valor para a tarefa investigativa como importante fonte de conhecimento.

O pesquisador ao recorrer por uma bibliografia que se referisse ao assunto descobriu que existem cinco conferências mundiais sobre o assunto. O que de certa forma desperta a grande preocupação mundial sobre o tema. A primeira Conferência Mundial sobre violência escolar foi realizada em Paris-França, em 2001, onde participaram 27 representações de países, o segundo foi realizado em Quebec-Canadá em 2003, o terceiro em Bordeaux-França no ano de 2005, o quarto em Lisboa-Portugal em 2008 e finalmente teve lugar em Mendoza-Argentina em 2008.

Os caminhos estratégicos para a realização do trabalho de pesquisa foram dados antes e depois da aprovação do projeto de pesquisa. O mesmo começou primeiro, com o levantamento de materiais bibliográficos em livros, teses de mestrado e doutorado, artigos, periódicos e depois com os instrumentos indicados no referencial metodológico. O desafio para a realização do trabalho começou quando o foco da pesquisa bibliográfica teve que ser alterado devido à falta de material nas bibliotecas físicas. A partir deste momento buscou-se encontrar materiais de estudos e assim foi utilizado “a pesquisa sobre o estado do conhecimento sobre o estado da arte” analisando para isso a necessidade de busca nas bibliotecas virtuais alocadas na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, que trabalha com a expansão e desenvolvimento da pesquisa na área de pós-graduação latu sensu: Mestrado e Doutorado onde se encontra catalogada toda a produção das Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil. Os catálogos estão disponíveis em http://catalogodeteses.capes.gov.br e podem ser visualizados em ambiente virtual por qualquer pesquisador. Para as buscas usamos descritores como “violência escolar” até chegarmos ao descritor “violência contra professor”. Mais detalhes podem ser vistos na exposição do capítulo sobre a metodologia deste trabalho.

2. TEMA

A violência dos alunos contra professores: um estudo a partir da escola e da sociedade.

3. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

O problema deste trabalho foi investigar. Por que os estudantes praticam violência contra professores? A violência praticada pelos alunos contra professores está relacionada e inserida na questão das representações sociais envolvidas pela relação aluno-professor, gerando conflito entre as duas partes. A investigação envolveu professores e alunos da rede pública de ensino do estado de Roraima e o recorte da pesquisa foi realizado na escola estadual Presidente Castelo Branco, na cidade de Caracaraí, no estado de Roraima, Brasil.

O ambiente escolar está no centro dos embates das representações sociais. Gerado muitas vezes por problemas de execução de políticas públicas que não são feitas pelo governo. A escola é, sem dúvida, um lugar onde reflete as situações resultantes das representações sociais. As percepções estabelecidas e as atribuições, ações e desejos sociais são estabelecidos entre o aluno e o professor, gerando um intenso relacionamento conflitivo no meio escolar. Nesse sentido, as relações sociais e culturais não são apenas um fato social, mas também estão relacionadas ao campo das representações sociais de professores e alunos.

O atual ambiente escolar no Brasil, visivelmente instável, devido em parte porque as instituições deixaram de cumprir suas funções sociais e infelizmente parecem ter sido corrompidas junto com a política partidária que ainda administra os fins da vida brasileira.

A atual sociedade brasileira é marcada pela desvalorização profissional, mudanças nas relações sociais, principalmente com a derrubada da família tradicional que desestabilizou a escola, já que as funções das famílias, em muitos casos, passaram a ser de responsabilidade da escola. Fatores externos à escola influenciam a qualidade da educação, como a deturpação do dinheiro público, a corrupção, a falta de políticas públicas eficazes, já que a maioria é apenas formalidade e não se aplica ao caso específico e concreto.

Embora a violência esteja presente em todas as dimensões da sociedade e de formas diferentes, na escola parece-nos refletir situações geradas em espaços sociais, onde, sem dúvida, a escola faz parte.

Um dos casos mais cruéis ocorridos no Brasil aconteceu no Estado de Santa Catarina, em 2017 foi à agressão sofrida por uma professora de 51 anos praticada por um aluno. O incidente ocorreu com a professora Marcia Friggi (Figura 2) em seu primeiro dia de aula. Ela chamou a atenção de um estudante que, em retaliação, pegou um livro e disse impropérios à professora, agredindo-a com palavras e insultos.

Mas foi na frente do diretor, que ela sofreu a agressão física, o sangue escorrendo pelo rosto e muitos hematomas em sua face revelam para a sociedade brasileira um fato que é comum nas escolas.

Com o aluno nada aconteceu, porque ele era adolescente e a lei brasileira protege esses infratores. A lei que protege os alunos é a 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei será analisada como um dos fatores que geram a impunidade e, consequentemente, favorece a violência. Para termos uma ideia da violência cometida contra os professores em comparação com outros países, o Brasil ocupa o primeiro lugar da violência escolar, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dos 34 países pesquisados em 2013 referentes a casos de agressão, o Brasil está em primeiro lugar. No site Fiquem Sabendo apenas em São Paulo foram registrados oficialmente, 295 casos de violência física contra professores. Estes casos ocorreram, entre janeiro de 2014 e abril de 2015, ao tirarmos uma média, chegamos a cada dois dias um caso de agressão física contra os professores. Mais de 55% dos professores testemunharam casos de violência como: agressões físicas e verbais contra funcionários e entre os próprios alunos.

Entre os estudantes, o índice é mais crescente, chegando a 76%, dentro do ambiente escolar, segundo relatos de professores e diretores. Assertivamente, o problema é muito sério, já que não são casos isolados e a onda de violência contra professores envolveu o país inteiro. Estudos

oficiais realizados pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Estado de São Paulo indicam os seguintes dados para o ano de 2013, 40% dos professores afirmam que já sofreram algum tipo de violência ou que foram ameaçados por estudantes com a intenção de depredar alguns bens pessoais, principalmente carros; 62% já sofreram insultos; 24% foram furtados ou roubados; para a maioria dos professores, 57% afirmam que seu espaço de trabalho é muito violento e inseguro, pior ainda nas periferias onde o índice sobe para 63% e os professores o consideram muito mais perigoso e violento; para 42% dos professores, o motivo dessa violência é o uso de drogas nas escolas.

4. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O problema de pesquisa, como mencionado acima. É analisar por que os estudantes praticam a violência contra professores e dentro dessa problemática a inclusão de uma análise da sociedade dentro da escola.

O problema se insere através de uma postura do aluno e de suas representações e como essas representações têm um efeito sobre o relacionamento com os professores. Por isso é importante analisar o problema, não apenas como um efeito, mas também como causa e efeito em uma relação de horizontalidade, ou seja, o problema não pode ser estudado como uma situação separada. Em muitos casos, os alunos são vítimas de situações em que a sociedade se apresenta e de certa forma, desestruturada devido a muitos fatores que estão inseridos na escola, como drogas, bebidas alcoólicas, facções, entre outros problemas sociais.

O problema aqui investigado está dentro dos limites das escolas públicas de Roraima, mais precisamente um estudo de um recorte realizado na escola estadual Presidente Castelo Branco localizada no município de Caracaraí – RR, envolvendo alunos e professores.

Para uma melhor compreensão dos dados pesquisados, relacionamos as questões abaixo, a fim de responder aos pontos que são questionados neste trabalho.

5. PERGUNTAS DA INVESTIGAÇÃO

5.1 Pergunta Geral

- Por que ocorre a violência de estudantes contra professores nas escolas públicas de Roraima?

5.2 Perguntas Específicas

- O que se entende por violência nas mediações escolares e em geral?
- Quais são os atos de violência que ocorrem por parte dos alunos contra professores na educação básica?
- Por que os estudantes reagem praticando violência contra seus professores?

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

- Analisar por que ocorre a violência de estudantes contra professores nas Escolas Públicas de Roraima.

6.2 Objetivos Específicos

- Descrever o que se entende por violência nas mediações escolares e em geral;

- Relatar os atos de violência que são praticados pelos alunos contra professores na educação básica;

- Averiguar por que os alunos reagem com violência contra seus professores.

7. JUSTIFICATIVA

O problema da violência escolar no mundo é assertivamente um problema social. O tema da violência é extremamente sério que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem procurado visibilizar o problema, através da análise, discussão e reflexão, buscando encontrar soluções viáveis através de cinco conferências mundiais. Violência e espaços escolares tomaram seus lugares em programas mundiais, tal é a preocupação que chefes de Estado e organizações não governamentais se uniram para discutir a questão em voga.

Portanto, a fim de encontrar soluções viáveis, a ONU através de cinco conferências mundiais procurou debater o problema que destrói relações sociais em vários países. As conferências mundiais trataram do problema em estudo, o que para o investigador parece viável e possível, pois pode ajudar através deste estudo evidenciando e discutindo o problema a fim de buscar possíveis soluções e ou sugestões com o objetivo de colaborar, contribuindo com novos estudos e discutindo a questão da violência contra os professores.

E por isso se faz importante analisar o problema para discutir. Por que ocorre a violência? Quais são suas origens? Porque a escola atual é

tão violenta? Dentro deste problema geral, se inclui o recorte, objeto deste estudo no que concerne analisar o problema da violência de alunos contra professores nas escolas públicas de Roraima, ou seja, a violência praticada por parte dos alunos contra professores. Busca-se entender a problemática analisando o tema, através dos instrumentos investigativos do por que da violência dos alunos contra seus professores no Brasil.

A escola é, sem dúvida, um lugar onde se refleti as situações resultantes de representações sociais. No Brasil ao estudar adolescentes e a construção do significado da violência em torno da cidade de Brasília, sustenta Magagnin (1999 p. 70) que “a violência é um fenômeno de representação social na medida em que tem forte impacto na vida cotidiana para populações de grandes centros urbanos”, motivo pelo qual este trabalho busca elucidar que a violência faz parte de uma categoria social, e, que o problema da violência escolar faz parte das representações sociais de determinados grupos.

Que ao estudar a violência é importante conhecer o significado da representação social e também as relações que se estabelecem entre os sujeitos entre si e entre sujeitos e objetos, utilizando as categorias de representações sociais. Ressalte-se que as práticas sociais são características de um relacionamento social envolvendo grupos, neste caso grupos de alunos e professores.

Por outro lado, devemos mencionar que o objetivo deste estudo não são as representações sociais, mas informar que o problema da violência é o resultado de uma representação social e que o foco do trabalho é a violência contra os professores.

As percepções encontradas nas relações entre aluno e professor desencadeiam uma gama de reações assim certas ações e desejos sociais, entre os pares geram certos conflitos entre o aluno e o professor, desta relação conflituosa resulta em um intenso relacionamento negativo no meio escolar. (Guareschi, 2014) assevera que as representações sociais estão interligadas nos espaços públicos e nos processos pelos quais o ser humano constrói sua identidade. Eles se desenvolvem em

relação aos outros e são construídos nas interações dos sujeitos. Para ele, os signos são construídos coletivamente e representam os valores e atitudes de um determinado grupo carregado de contradições e dimensões críticas que geram mudanças e transformações.

Nesse sentido, as relações sociais e culturais não são apenas fatos sociais, estão também intrinsecamente relacionadas aos conflitos campo das representações sociais de professores e alunos.

Por isso, é imprescindível desenvolver este estudo sobre a violência praticada no meio escolar envolvendo professores e alunos e, mais precisamente, a violência praticada pelos alunos contra professores das escolas públicas do Estado de Roraima.

Vivemos no Brasil uma situação de violência nas escolas que é o resultado de vários fatores, incluindo a destruição de valores morais e éticos mais precisamente dentro do seio familiar e, diametralmente as consequências se expandiram para toda a sociedade, incluindo a escola. A escola reflete as mudanças sociais positivas ou negativas, neste caso a reflexão é extremamente negativa para a sociedade envolvida na escola.

As descrições das situações de violência e do ambiente escolar serão contextualizadas no problema e objeto desta investigação. Onde os conceitos de violência geral e escolar também serão trabalhados.

A questão da violência contra os professores é escolhida por ser muito atual na sociedade e nas relações entre professores e alunos, sendo importante esclarecer que essas relações que resultam em violência e como ela será mostrada na problematização do tema estudado.

O Brasil atualmente ocupa o primeiro lugar, nas preocupações internacionais sobre a questão da violência contra os professores, algo realmente alarmante para toda a sociedade brasileira. Por estas outras razões já expostas neste trabalho, este tema foi escolhido pelo pesquisador. Esperamos que este trabalho de pesquisa possa ajudar a esclarecer uma parcela do problema da violência contra professores, para

que o governo e a sociedade busquem soluções viáveis a fim de aliviar o atual embate conflitivo entre alunos e professores.

CAPITULO II – MARCO TEÓRICO

1. AS CONCEPÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA

Violência, escola e sociedade ocuparam um grande espaço nos mecanismos de segurança em diversos países em particular e no mundo contemporâneo de modo geral, é tão assertivo que foram realizadas cinco conferências mundiais sobre violência nas escolas. A Primeira Conferência Mundial sobre Violência Escolar foi realizada em Paris-França, em 2001, onde participaram 27 representações de países; a segunda foi realizada em Quebec-Canadá em 2003; a terceira em Bordeaux-França no ano de 2005 e a quarta em Lisboa-Portugal em 2008 e finalmente foi realizado em Mendoza - Argentina em 2008.

Estudos sobre a manifestação da violência têm despertado interesse em muitos pesquisadores, onde tratam de problemas que causam e provocam o ataque violento, neste caso entre professores e alunos, gerando em ambas as partes desconcertantes insatisfação, sofrimento e em muitos casos abandono de profissão e até morte.

A tarefa de definir violência não é simples. Os conceitos de violência muitas vezes levam em consideração formulações ad hoc, formulações voltadas para o local onde a violência está concentrada e muitas vezes levando-se em consideração o lócus temporal histórico apropriado a determinados lugares.

Nesse sentido, hábitos, práticas sociais, disciplinas, relações de convivência seriam considerados atos violentos ou até mesmo em práticas educativas, como é o caso das escolas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a violência como

> o uso intencional de força ou poder físico, na forma de ameaça ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma grande chance de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, alterações em desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p.1155).

Mas será que somente a força física é preponderante para que a violência se manifeste no ambiente social? Autores como Bourdieu (2001) assevera que ela é exercida no campo invisível, sem que a pessoa vitimada perceba diretamente como é afetada e, como este tipo de violência está intimamente relacionado com o poder inerente das relações de poder e de que maneira esta violência se apresenta no plano ideológico e nas manifestações simbólicas de um corpo formal e invisível em formas de construção de sentimento, pensamento, produzindo entre o poder mandante e os mandados. Desta forma, a violência simbólica é criada.

Para (Bourdieu, 2001, p. 9) “violência simbólica é uma violência exercida com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la”. O que aparenta que Bourdieu vê nas estruturas formais inconscientes e estruturas objetivas uma relação que permeia as formas de manipulação ideológica do poder. Para ele, “o Estado é a pose do monopólio da violência física e simbólica” (ibid, 15) na sua visão o Estado é aquele que fundou a lógica da integração social e moral e disso nasce conflitos sociais e violência simbólica. Em sua gênese, o estado como uma força brutal cria violência física e simbólica originando a dependência inconsciente dos membros da sociedade. O Estado é uma condição *si qua non conditione* de onde nasce o próprio Estado, assim diz Bourdieu (ibid, 17) “o golpe de estado testemunha um golpe de força simbólica extraordinária que é aceitar universalmente, dentro dos limites de um determinado território [...] a ideia de que todos os pontos de vista são inválidos” e que um ponto de vista “que é a medida de todos os pontos de vista dominante é legítimo” (ibid: 122), ou o próprio

Estado é a condição onde a violência simbólica reina. Indubitavelmente, na visão de Bourdieu, o Estado corporificaria a violência física e simbólica da violência.

Se a violência é analisada a partir deste eixo, então todos os tipos de ação contra o outro ou contra a natureza devem ser considerados violentos. Mas vamos ver mais tarde como tentar conceituar o assunto em questão.

Em que pese às dificuldades de definir a violência, ela é conceitualizada de maneira mais teórica e formal e somente depois ela se relaciona a atos propriamente dito de violência. Esta última questão será vista e analisada no decorrer deste trabalho.

A filósofa brasileira Marilena Chauí propõe uma análise conceitual da violência relacionada a *Ta ethé e Mores* para ela

> o agente ético é pensado como um sujeito ético, ou seja, como um ser racional e consciente que sabe o que está fazendo, como ser livre que decide e escolhe o que faz e como ser responsável que responde pelo que faz. (CHAUÍ 1995, p.1).

Mas as ações dos sujeitos não se dão no plano teórico. Os embates são grandiosos porque numa relação ética, consequentemente, os sujeitos se inserem no meio do conflito social através dos ataques de valores culturais. Mas esses conflitos, que são reconhecidos pelo agente social, não são suficientes para exigir a harmonização e amenizar o conflito com o outro, gerando violência. Por isso, pode-se afirmar em tese que a ética e a violência estão em posições opostas. Uma vez que a violência para Marilena Chauí é conceituada com as seguintes características:

> 1. Tudo o que usa força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
> 2. Qualquer ato de força contra a espontaneidade, vontade e liberdade de alguém (é convincente, constrição, tortura, brutalização);
> 3. Qualquer ato de violação da natureza de alguém ou de algo positivamente valorizado por uma sociedade (é violar);

> 4. Qualquer ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. (CHAUÍ, 1995, p.2).

Levando em consideração o Ethos humano; delibera-se que qualquer ato que não seja norteado pela racionalidade, livre e responsável, respeitando a liberdade de outros e costumes sociais, se configura como um ato de violência se assim o for se configura como ato contrário ao costume, gerando violência.

Para Arendt (1994) a violência é como um fato social que depende da justificativa de um determinado poder, para ela a violência dificilmente é instrumental, uma mediação entre o poder e o violado. Em uma palavra, o poder é a essência.

> O poder é, de fato, a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental, como todos os meios, sempre depende de orientação e uma justificativa para o fim que ela clama. (ARENDT, 1999, p. 40).

É importante descobrir o conceito de violência de Arendt no sentido de que a violência não é legitimada e não legalizada, mas é o uso da violência como instrumento para alcançar um fim, ou melhor, a violência usada por um poder legitimado exercida de forma justificável.

2. O PROBLEMA PARA DEFINIR A VIOLÊNCIA

A violência é uma realidade na sociedade, está presente de várias formas no contexto social, hoje e sempre. É por isso que não é algo novo o que é novo é o modo como à violência é feita e executada. Poderíamos definir o que se entende por violência, mas o que a princípio parece ser uma tarefa fácil, ilude-se quem se assevera por este caminho. Talvez a maneira mais fácil seja conceituá-la etimologicamente e, assim, dizer. A violência, termo que vem do latim se caracteriza pelo uso da força brutal (uso violento), uso de força física contra algo ou alguém. Mas há uma

pluralidade de conceitos e significados que nem sempre são harmonizadas e similares, tais como o da OMS (2002, p 1165) a qual conceitua violência como o uso intencional da força física ou do poder, em forma de ameaça ou real situação de vulnerabilidade do sujeito, que ocorre contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma grande chance de resultar em ferimentos, lesões, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privações.

Na concepção sobre violência afirma Boneti e Priotto

> São todos os atos ou ações de violência, comportamento agressivo e antissocial, incluindo conflitos interpessoais, danos à propriedade pública, atos criminosos, marginalização, discriminação entre outros praticados por e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos a escola) no ambiente escolar. (Boneti; Priotto 2009, p.162)

A violência vem carregada com a afirmação de um poder que ultrapassa a própria racionalidade, é uma força que consiste em atacar o outro, muitas vezes baseadas em gênero, conflitos inter-raciais, famílias desestruturadas, influências da mídia, incluindo outros fatores. Mas é importante notar que a violência praticada nas escolas também é em grande parte o resultado de manifestações violentas que ocorrem dentro da família. Abuso de autoridade e o poder dos pais, assim como a falta de controle de muitos professores em dar uma resposta dinâmica às aspirações dos neófitos. Abramovay (2003) afirma que estes fatores acima mencionados contribuem para nos auxiliar na busca de uma definição da questão da violência, mas do mesmo modo que não há consenso para unificar a definição do ambiente problemático da violência, acelera e acirra ao contrário muito debate sobre a questão.

Os pesquisadores têm no mundo inteiro tentado sugerir conceitos sobre o assunto da violência e, especificamente sobre a violência escolar, sem dúvida isso dificulta uma maior compreensão do problema em

estudo. Devido às mudanças de paradigmas na conceituação do problema de um país para outro país.

Por exemplo: nos Estados Unidos da América do Norte, a pesquisa direciona seus conceitos levando em consideração a “delinquência juvenil”. No Reino Unido, mais precisamente, na Inglaterra, autores defendem em sua literatura que o termo em questão só deve ser entendido quando ocorre conflito entre alunos e professores ou que o conflito é direcionado a atos de indisciplina que causam a suspensão dos alunos.

As pesquisadoras Abramovay; Ruas (2003, p. 220) afirmam que mesmo com diferentes maneiras de conceituar o problema aparentemente há um consenso sobre a violência física que merece atenção, mas também é importante considerar outras maneiras de violências e como isso ocorre no meio social.

De fato, é necessário levar em conta a violência “invisível” ou simbólica, pois podem deixar traumas muito mais sérios nos professores e alunos. Derbarbieux (2002) afirma que a confusão do termo é feita quando se procura em atos distintos e diferentes construir o mesmo conceito. Para ele, isso é uma confusão semântica lexical, então a agressão física, a moral, as humilhações, as depredações ao patrimônio público não devem ter a mesma conceituação, mas estão inseridas em diferentes tipos de violência. Para ele, as pré-fabricações do conceito de violência, pela mídia, fazem com que a questão científica seja arrastada para o nível sensacionalista, assim:

> A construção do objeto "violência nas escolas", atualmente em andamento, cria a oportunidade de conhecer movimentos de pesquisa, muitas vezes divergentes, mas que podem enriquecer-se por meio de sugestões de novas questões sobre a construção de um novo vocabulário. (DEBARDIEUX, 2002, p.29).

Debardieux refere-se à polissemia de que a palavra violência é acompanhada e porque a discussão de dois aspectos da violência escolar permanece em voga, a primeira corrente defende uma definição restritiva

do termo e a outra defende uma definição mais abrangente e extensiva, isto é, uma definição mais fenomenológica, teórica do que factual. Entre eles Debardieux, 2006; Leal, 2001; Sposito, 2001; Chauí 1995; Abramovay; Bourdieu 2001, entre outros. Blaya *et al*. (2006) descreve três categorias que devem ser levadas em conta quando se estuda a violência.

A primeira no campo dos processos sociais acompanhada pelos paradigmas da psicologia e envolve o estudo dos processos interpessoais agressivos ou violentos que geram a vitimização do outro. O segundo de acordo com a violência, ela pode ser estudada pela linha sócio pedagógica e leva em consideração os processos que enfocam a violência escolar e fatores sociais, riscos, pobreza e fenômenos migratórios. O terceiro está intimamente relacionado com questões legais, mediadas por processos criminais e considera atos violentos como um confronto com o sistema jurídico legal.

Até agora percebemos que a conceituação do termo violência está repleta de múltiplos conceitos. Não há unicidade conceitual quando se trata da percepção da violência. Mas a multiplicidade enriquece o assunto, levando o pesquisador a fazer uma indagação formal, através da fenomenologia ou procurando um conceito material do sujeito.

As duas formas de pensar sobre a violência devem ser analisadas por meio de seus significados, mas sem deixar de estar relacionadas às normas legais, ao contexto social, ao momento histórico, à cultura e às mobilizações sociais. Ablaster afirma que,

> o termo é potente demais para que [um consenso] seja possível. No entanto, uma compreensão do termo em estudo e ditado pelo senso comum a, grosso modo, que a violência classifica qualquer agressão física contra seres humanos, cometida com a intenção de causar-lhes dano, dor ou sofrimento. Agressões consideradas, frequentemente, atos de violência. E é comum falar de violência, especialmente relacionada à propriedade privada. (ABLASTER, 1996: 803-805).

Ablaster (op.cit) lembra que o termo estudado aqui no Oxford English Dictionary chegaria a um conceito de violência como o uso ilegítimo da força; neste sentido para entender o significado do assunto, é necessário olhar para o fenômeno através de áreas: jurídica e moral. Este conceito reduzido não leva em conta os efeitos da cooperação interpessoal e subjetiva entre os autores sociais e o que os pesquisadores questionam é a distância entre a contribuição coletiva e subjetiva das manifestações violentas; por exemplo, novas formas de violência praticada através do sistema de poder, neste caso das guerras modernas, massacres e extermínios ou étnicos, violência contra as minorias: negros, índios, quilombolas, caboclos, ataques cibernéticos e, outras manifestações de violências contra outras etnias. Em outro extremo, a violência praticada contra indivíduos por psicopatas que afetam pessoas ou grupos de pessoas, na América do Norte, esse tipo de violência é muito frequente. Os homens bombas que foram treinados para criar terror entre os membros da sociedade em que vivem e no mundo externo.

Outros autores consideram a violência em um sentido mais adjetivo do que realmente objetivo, ao invés de fazer um conceito do termo, eles apenas criam exemplos e sinônimos qualitativos é o caso de (Maldonado 1997, p.9) que subscreve a violência como “o uso de palavras ou agressões que prejudicam as pessoas. A violência é também o uso abusivo ou injusto do poder, bem como o uso da força resultando em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte”.

A grande diversidade de conceituações encontradas na literatura demonstra não apenas a complexidade de definir o tema da violência, mas também se percebe que é um fenômeno que pode ter muitas causas e efeitos. Um olhar para além do senso comum, nos aflora a mente chegando até nós para buscarmos compreender os problemas da violência localizada, pois é muito difícil entender a violência e suas extensões de uma maneira geral. Na frente, veremos a violência e a representação social, porque, segundo alguns teóricos da violência

podem ser entendidos como uma representação social de grupos ou sociedades.

3. A VIOLÊNCIA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NOS MEIOS ESCOLARES

Nesta parte do trabalho tentamos relacionar a violência contra os professores a partir da relação entre as experiências dos alunos e a teoria das representações sociais. Primeiramente, fazendo algumas inquirições sobre os objetivos desta pesquisa para encontrar possíveis respostas para o problema e, em seguida, endossar autores que estudam o problema a partir de representações sociais para dar consistência e esclarecimentos conceituais ao problema estudado, incluindo Dubet (2006), Abramovay; Ruas (2003) e Guareschi (2014).

O que leva o estudante a praticar violência contra professores? Essa violência é apenas uma reação momentânea ou faz parte de uma estrutura mais complexa? A violência escolar seria o resultado das condições de vida e perspectivas dos estudantes e suas aspirações futuras e os meios pelos quais isso inseriu o sentido das mediações não são compatíveis com suas aspirações? A violência seria respostas ou reações ao que o meio ambiente, a sociedade e o estado lhes dão como cenário social.

Buscamos com este título relacionar o problema da violência escolar contra os professores com as representações sociais dos estudantes, esclarecendo conceitos sobre a realidade vivenciada pelos agentes sociais envolvidos nos embates violentos e conflituosos. Acreditamos que os estudantes estão representando seus desejos através de efeitos violentos, neste caso eles também são vítimas da má situação em que a sociedade se encontra. Desta forma, os comportamentos apresentados por eles são verdadeiramente representações de sua realidade e a violência contra os professores, não

podem ser separados das realidades vivenciadas por esses alunos na atividade escolar, que fazem parte de suas representações sociais, suas experiências subjetivas e os atos por eles cometidos são sem dúvidas, representações de outros atos de violência sofridos por eles, na medida em que a sociedade envolvente não lhes dá condições de viver uma vida com dignidade, com efeito, lhes falta o acesso a bens materiais e serviços essenciais a suas vidas.

Quando uma determinada sociedade procura definir e implementar dentro de sua convivência o que entende por comportamento social ou uma prática ética para se portar bem na sociedade, ela está querendo dar uma resposta contra a violência, contra o crime pessoal ou organizado. A representação social que vamos estudar em primeiro plano faz parte do cotidiano do aluno e do professor, no entanto, alguns teóricos provam que ela subsiste em nós e em muitos deles se combinam, são inconscientes e possuem suas próprias leis. Nesta parte, vamos trabalhar com três teóricos para não ampliar muito o tema, eles são: Durkheim, Serge Moscovici e Dubet.

A teoria das representações sociais foi desenvolvido por Serge Moscovici na França, buscando fazer uma socialização da psicologia, ele elabora sua obra “La Psicanálise son image et públic” em 1961. Mas a teoria das representações sociais tem suas origens nas obras de Emile Durkheim com Sociologia e, em Antropologia com Lévy-Bruhl. Na sociologia, ela era chamada de representação coletiva. Segundo Moscovic, (1994) A teoria das representações sociais era o que faltava para completar a teoria de Durkheim. Para Durkheim (1978), o primeiro a propor um conceito de representação coletiva, que reitera que as representações são verdadeiramente produtos de uma imensa cooperação que se estende no tempo e no espaço envolvendo todos os meios de expressão social, como a religião, os mitos, o senso comum, as *doxas,* entre outras manifestações sociais. Para ele, as representações são manifestações da vida cotidiana e dos conhecimentos antepassados materialmente incluídos nos meios sociais de uma determinada cultura ou

grupo social. Estas representações sociais passam na vida de um indivíduo sem que ele perceba, vive de forma inconsciente uma realidade na qual está inserido, apenas fazendo ações de forma inconsciente.

É por isso que a violência praticada pelos estudantes contra professores não pode ser vista apenas por um eixo que ocorre entre a vítima e o agressor, muito menos como um ato isolado que ocorre nas escolas físicas. Eles envolvem questões mais amplas como representações sociais das quais fazem parte e de onde são produtos. O problema deve ser abordado como um problema de saúde pública, de ordem instrumental e de políticas públicas. Por isso, é importante analisar as práticas de violência através das representações sociais dos envolvidos nos conflitos. Enfoque esse que deve contemplar as experiências nas escolas, pois a maior parte da vida do adolescente é vivenciada nesse espaço de aprendizagem. Como foi dito acima, a teoria das representações teve suas origens com Durkheim em seu livro “as regras do método sociológico” segundo ele representações coletivas implica estruturas de conhecimento grande e heterogêneo que se concentra em uma grande parte da história da humanidade, para isso ele teve que fazer uma leitura holística das sociedades tendo como eixo todos os momentos da história. Procurou entender os paradigmas das religiões, mitos e impressões comuns, vividas nas realidades das sociedades.

Para Durkheim, de acordo com o entendimento de Sá (1995, p. 34) as representações são apreensões do cotidiano, onde é concebido como uma formulação estática das dimensões sociológicas, sem mobilidade e em sua absoluta e irredutibilidade, sem entendimento a posteriori. As representações aqui estudadas referem-se diretamente aos casos de agressão de estudantes contra professores.

Um dos casos mais frequentes ocorrido no Brasil em relação às representações sociais é o problema dos alunos que perdem a oportunidade de estudar gradualmente os anos normais esta situação de vulnerabilidade afeta grandemente a vida dos jovens que perdem o

acesso ao ciclo normal de estudo. São situações geradas por inúmeros fatores que interrompem a normalidade de suas vidas. Há milhões de jovens que estão fora da faixa etária. Estes jovens são obrigados pela legislação nacional a frequentar as aulas à noite. É o caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O que a lei diz para a entrada de alunos com idade avançada para ingressar nos cursos do EJA? De acordo com o Parecer 06/2010, 5º de Art., obedecidas as disposições Artigo 4º, os pontos I e VII da Lei No. 9394/96 -. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a regra da prioridade para o atendimento da escolaridade obrigatória, será considerada a idade mínima para os cursos da EJA e, para a conclusão do exame de conclusão da EJA do ensino fundamental aos 15 anos completos. E para o Bacharelado a idade mínima é de 18 anos completa de acordo com o art. 6º e o disposto no art. 4º, inciso VII da Lei 9.394 / 96-LDBEN.

Este exemplo acima é apenas para ilustrar e demonstrar uma pequena parcela de jovens que permanecem à margem da sociedade brasileira devido à falta de oportunidades e políticas públicas para a inserção de jovens na idade certa para estudar normalmente.

Voltando à própria questão propriamente dita das representações sociais, Moscovici (2010) classifica-a da seguinte forma: “a representação social é uma forma particular de conhecimento cuja função é a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”. Nesse sentido, toda representação é sempre uma representação de alguém ou de um grupo. Ela pode pretender ser positiva ou negativa, dependendo das aspirações do grupo ou indivíduo. É por isso que ela se refere aos desejos de um determinado grupo. A teoria defendida por Moscovici apresenta dois aspectos dos desejos manifestados pelo pensamento grupal. São eles: primeiro, os universos coisificados onde os objetos de pesquisa estão representados nas *rens* (coisas) este tipo de estudo ao ser reinventado ele se simplifica ao ser estudado pela ciência. O segundo são os universos consensuais são as representações sociais que

manifestam os fenômenos que ocorrem nas sociedades. Em outras palavras, o fenômeno é a representação social de um grupo, enquanto o objeto de pesquisa das ciências é a própria violência. Caso contrário, diz-se que as causas são as abstrações que estão escondidas nos atos de violência e os efeitos são as manifestações na prática cotidiana, ou seja, a violência praticada pelos alunos contra os professores.

A violência é um fator estudado pelas representações sociais. Ela busca identificar os fenômenos que aparecem na realidade das relações intergrupais e grupais capturando as representações desses grupos para que um estudo dessas relações possa ser feito de forma estruturada e científica, como afirma Moscovici

> O conteúdo dos pensamentos cotidianos e o conjunto de ideias que dá coerência às nossas crenças religiosas, ideias políticas e conexões que criamos espontaneamente, assim como respiramos. Aquele que torna possível qualificar pessoas e objetos, comparar e explicar comportamentos e objetivá-los como parte de nosso contexto social. (MOSCOVICI, 2010).

Por meio das representações se apresentam aspectos culturais, sociais, cognitivos e valorativos que estão inseridos nos meios grupais, tanto nas coisas quanto nos sujeitos sociais, assim sendo, portanto, sempre relacionais e associados à própria existência dos envolvidos. Corrobora esta ideia (Guareschi 1994, p. 67) “essa representação é o processo pelo qual se estabelece uma relação entre um objeto e outro”, criando uma visão funcional do ambiente que, em muitos casos, permite que os indivíduos de um grupo compreendam ou não o significado de seu comportamento. Essa relação funcionaria como regras básicas de convivência entre os membros do grupo estabelecendo certa conduta em suas relações interpessoais. Neste sentido o grupo criminoso ou não, tem como regra básica o respeito entre os indivíduos. Na violência praticada, os estudantes tentam camuflar o agressor, em muitos casos protegendo-o de ameaças externas.

Outro teórico que procura relacionar as ações dos jovens com a representação social é Dubet. Para ele, essa barreira de valorização nem

sempre é bem vista pelos grupos criminosos em geral. Na escola este tipo de regulação, por parte dos alunos não sofre boa recepção, pois não estão acostumados a seguir regras. Para ele, a violência tem como eixo a representação e a regulação social vivida em uma cultura, Dubet afirma,

> a violência é definida por sua representação, que nada mais é que o que é vivenciado como violência em uma cultura, em um grupo e em um contexto de interação, não pode ser reduzido a um fenômeno objetivo mensurável. (DUBET, 2006, p.12).

Essa violência pode ser considerada em seu aspecto individual, neste caso ela está relacionada a paixões e a interesses individuais e em outro caso pode ser coletiva e se manifesta irracionalmente ou em outros casos organizada por grupos que buscam representar sua realidade social ou mesmo uma posição frente às outras realidades. Dubet parte de uma análise conceitual baseada na Sociologia da Educação, afirma que a violência está em toda parte e é um elemento que normalmente, na sociedade passa a estigmatizar todas as formas de violência.

Considerando a violência como representação, ele a classifica de quatro formas: a violência como representação, segundo este autor a violência faz parte da realidade dos jovens e em muitos casos esse tipo de violência não pode ser mensurado matematicamente porque nem toda violência é possível de verificação. Há muitos elementos que mascaram a violência, que são invisíveis para a sociedade, mas quando pensamos na

> representação, pensamos, em particular, na violência juvenil e ainda mais naquelas das gangues juvenis, que às vezes são construídas como casos de espetáculos pelos próprios atores e pela mídia ... nada mostra que a natureza é melhor da violência como representação de que a distância entre a violência real, aquela que pode ser medida e sentida, experimentada [...] pela própria violência, aceitamos a velha distinção entre violência e força, isto é, de violência e violência ilegítima. A violência legítima, o problema não é mais simples e, podemos acabar designando como violência os comportamentos que os atores sociais escolhem no momento em que são confrontados com eles ou com suas representações sociais. (DUBET, 2006, p.13-14).

Segundo, o autor, esse tipo de violência ocorre naturalmente, no sentido de agressividade, de uma defesa necessária à sobrevivência na sociedade, e por mais que seja classificado de outra forma, esse comportamento está intimamente relacionado às representações sociais dos alunos e também dos professores, porque faz parte da experiência de vida de cada pessoa e, portanto, é impossível simplesmente separá-las. Tanto aqueles que cometem a violência e o que recebem sofrem o efeito das representações sociais. Em muitos casos, a violência é ignorada porque os adultos querem esquecer o seu passado de quando eram jovens e, que também tiveram a experiência da violência, mas preferem esquecê-los do que enfrentá-los, por essa razão,

> que a violência não era mais ignorada e tolerada pelos adultos. Ela possuía seus lugares e seus momentos não no pátio da escola, e nenhum professor ou coordenador era o oposto e não intervinha nas cascas. Os ajustes na conta no momento da partida eram parte de uma tolerância tanto quanto de uma obrigação de dignidade. (DUBET, 2006, p.14).

A violência como representação apresenta 4 (quatro) aspectos diferentes, mas entrelaçados em sentido geral, ou melhor, faz parte de representações de grupos e gangues que surgem em diferentes lugares:

a) **Violência e regulação social**; esse tipo de violência está aprisionado no sentido "natural" de sobrevivência "que só ocorrerá no sentido da agressividade necessária à sobrevivência e como resposta" normal "à agressão" (DUBET, 2006, p. 15), mas esse tipo de violência não é geral e universal como comportamento social, porque em muitos casos, em diferentes sociedades, o mesmo elemento considera a violência em um, no outro, pode ser que não seja violência. Este tipo de violência pode ser melhor entendida como uma forma integrada de costumes, como por exemplo em ritos de iniciação ou certas regras esportivas aceitas em alguns países e em outros são consideradas atos de violência.

> Parece que as sociedades fortemente integradas oferecerão sempre aos jovens, especialmente aos homens jovens, áreas de violência tolerável. Violência juvenil tolerável é. Ao mesmo tempo, explicitamente condenado e implicitamente encorajado pelos adultos. A violência de jovens e gangues de jovens é antiga: faz parte dessas 'novidades' que simbolizam a decadência dos tempos atuais. (DUBET, 2006, p.15).

b) **Violência nos territórios**; Dubet acredita que o enfraquecimento das normas sociais, leva a um estado de desvalorização da sociedade e das normas sociais, muitas vezes resultando em falta de identificação e ausência de limites. Essa suposta anomia jurídica leva, principalmente aos jovens, a um estado de selvageria social. Esses grupos, de acordo com

> as análises da delinquência e violência dos jovens, em termos de crises de socialização, são tão banais que basta lembrar seus princípios. Durante a adolescência e a juventude, os atores enfrentam problemas de identificação e internalização de normas com desregulamentação de comportamentos, incapacidade de resistir a desejos e pressões. Esse estado de anomia libera paixões e os jovens não sabem mais ou conhecem os limites do que é permitido, contido e tolerado. A violência juvenil estaria no domínio dessa selvageria da ausência de autocontrole, que nada mais é do que uma crise de socialização. (DUBET, 2006, p.20).

A delinquência e a violência em um sentido amplo são a expressão individual e coletiva de uma patologia sem limites do sistema de massa que degenera a sociedade.

c) **A violência dos mercados delinquentes**; a violência representa para a sociedade uma superposição de paixões, mas não apenas esse fato é menos preponderante é imensamente inferior ao desejo humano, que vai além dos controles emocionais, da violência, nas palavras de Dubet (Id, p.23) "eles também liberam interesses na forma de um capitalismo selvagem e delinquente" superando a racionalidade humana em muitos casos. Os jovens se sentem excluídos de várias maneiras; por falta de oportunidades, fracasso escolar, racismo entre outras situações de exclusão.

d) **A violência da raiva**; um problema desse tipo de violência é que, de fato, os jovens são estigmatizados pela sociedade, ocorre principalmente com as classes excluídas, segundo o Dubet, para controlar o estigma, os jovens buscam práticas excessivas como furto, roubo e depredações. Sua violência e comportamento são usados como forma de quebrar o estigma da exclusão. Nesse sentido, o autor a chama de "justiça livre" com base em suas frustrações pessoais e grupais. Para ele, Dubet, (2006, p. 26) "o racismo origina a violência do lado dos racistas, com certeza, mas também do lado de algumas de suas vítimas, já que a violência é justificada pela justiça do qual são objeto".

A violência se voltou contra a escola e contra os professores, ou seja, a produção social de violência invadiu o meio e o grupo escolar, refletindo a atual desordem social. A escola que historicamente sempre foi um local para ampliar o conhecimento agora enfrenta a violência das representações sociais e também a violência do sistema educacional brasileiro. Vivemos em uma pluralidade de representações sociais, cada uma querendo ser sobreposta às outras. A violência também chegou nas escolas com as facções criminosas, organizadas nos presídios, que determinam o que precisa ser feito dentro e fora da prisão. Quando chegam às escolas nos mais variados tipos de violências contra a própria escola e contra os professores. São drogas, que são inseridas por meios dos estudantes. É um outro problema polêmico e assustador que está acontecendo nas escolas do Brasil, em muitos casos é tão silencioso que passa despercebido pelos gestores, professores e comunidade escolar em geral. É o que diz Vera Maria Candau

> A intervenção dos traficantes de drogas nessas escolas é feita de forma sutil, com pouca visibilidade, através de diferentes mediadores, representando diferentes posições em relação às gangues com o objetivo de ampliar a área física e os grupos sociais sob seu controle. Essa operação resulta em um sistema de proteção/ subordinação das instituições, como exemplo do que é obtido pelos habitantes das áreas ocupadas. (CANDAU, 1999, p.07).

O problema existe, mas não é possível aqui explicá-lo, mas é um problema que deve ser analisado, indicado para que outros pesquisadores possam estuda-lo, a fim de ser conhecido pela comunidade acadêmica. Vimos neste título que as representações sociais fazem parte da realidade de alunos e professores e não se afastam delas. Como vimos descrevendo as representações sociais são parte de um todo e afetam o relacionamento entre professores e alunos. A falta de atenção das autoridades em geral para a aplicação de políticas públicas que amenizem as relações agressivas entre alunos e professores ainda não atingiu a escola.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU REFLEXO NA VIOLÊNCIA CONTRA OS PROFESSORES

Tendo como problema central a investigação a prática da violência por parte dos alunos contra os professores. Inquirimos se há razões para que os estudantes pratiquem violência contra professores e como essas situações de violência são geradas? Procuraremos responder a essas questões no texto abaixo, relacionando a violência às políticas públicas, a fim de demonstrar que uma das causas da violência está ligada à apropriação indébita de dinheiro público, como a sua má aplicação e em alguns casos na falta de aplicação.

Em tese pelo exposto acima, pode-se dizer que a violência é o resultado da má aplicação de recursos públicos ou do desvio de dinheiro para outras operações, inclusive a corrupção. Corrobora com essa ideia Abramovay (2005) ao afirmar que a violência é uma construção social resultante de um processo que envolve relações sociais e interações externas e internas, particulares ou institucionais e se apresenta como material formal (invisível) ou misto na sociedade que afetam todos os seres humanos. Os eventos violentos que acontecem nas escolas, em sua grande maioria, são reflexos ou resultados do ambiente social em que

os seres humanos estão inseridos e onde a escola faz parte. Mas é possível enfatizar que o núcleo central da sociedade, a família que está desestruturada e, que esse grupo social básico e fundamental de constituir e educar pessoas estão à margem do colapso. As famílias fazem parte do sistema e, assertivamente, fazem parte do problema da escola. De fato, a violência sendo parte do ambiente social, ela afeta e envolve os relacionamentos familiares, muitas vezes destruindo os laços da célula mater.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se afirmar em tese que o problema central da violência nas escolas não é a causa nem o efeito do problema, mas o resultado de um sistema que fracassou e falhou, ficando à mercê de todos os tipos de violência. Violência contra o cidadão e contra a sociedade. Em um país onde as leis não funcionam, a educação também não funcionará. Nesse sentido, os estudantes não são apenas agressores, mas também vítimas do sistema fracassado e ineficaz.

As políticas que geram essa situação são, por assim dizer, uma política de difusão de ideologias errôneas e falsificadas, onde o mais importante é gastar verbas públicas com propaganda enganosa e a corrupção. A formalidade do Estado está indubitavelmente fazendo as pessoas acreditarem em algo que não existe. É uma “prática” falsa e invisível, aonde as ideias excêntricas da educação não vão além das construções formais. Mas na realidade não chegam àqueles que precisam de mudanças.

Assim, pode-se dizer que as políticas públicas são elementos de uma realidade que serve como meio de manipulação social. Para Bourdieu (2001), não se pode compreender a lógica mais profunda da realidade social de uma análise ou de uma situação teórica, a menos que seja desmascarada em uma situação concreta de uma realidade social, neste caso a escola. É por isso que todos os envolvidos no manejo da instrução de qualidade só permanecem em delírios de esperança.

São práticas enraizadas em preconceitos e onde o modelo brasileiro ainda está arraigado no falso liberalismo econômico do século

XIX com evidências diáfanas de silenciar a população por meio de uma ideologia perversa, com farsas. Muitos jornais têm reportagens e divulgações a esse respeito. Por exemplo, a Revista Capital Magazine de 28 de dezembro de 2005, p. 28 publicou o texto assim: “Falência da educação brasileira”, na revista Veja de 26 de julho de 2006, p. 26 “A educação atrasa a melhoria do Brasil no ranking do desenvolvimento humano”. Folha on-line, 9 de novembro de 2006; “A educação pública fica pior que a privada”. Folha on-line, 21 de fevereiro de 2007, “Para educador, educação de baixa qualidade compromete a democracia brasileira”; Jornal ou Globo, 24 de abril de 2007: “Indicador do MEC mostra que o país possui apenas dez cidades com educação no Primeiro Mundo”. O Globo, 27 de abril de 2007; “O ranking escolar aprova apenas 0,8% das escolas”.

Esses exemplos mostram que a educação no Brasil é realmente muito ruim e que a publicidade do governo tem a intenção de enganar a população, mascarando os dados e disseminando ideias enganosas. De fato, a grande maioria das escolas no Brasil não fornece educação de qualidade. Estamos falando da cidade, imagine a situação do campo, no meio das bacias hidrográficas, onde só na Amazônia há mais de 17 milhões de pessoas vivem nas margens dos rios e que a maioria depende do transporte fluvial para chegar ao local da escola.

Qualidade acima citada perpassa por várias dimensões tais como: baixos salários, escolas quebradas, sistema de ensino positivista formal e separação autoritária entre formalidade e práticas pedagógicas, livros com linguagem inadequada para os tempos modernos, má formação de professores, entre outras situações que deixam de lado o conhecimento prático e a consciência da importância que o cidadão tem para a sociedade.

A condição física das escolas, certamente que também é um reflexo dos maus usos do dinheiro público e representa uma parcela do problema da violência. Por outro lado, as depredações ao patrimônio público, por estudantes mostram que a cultura de valores no Brasil foi

derrubada há muito tempo. De fato, pode-se dizer que o maior problema da violência no Brasil é a falta de uma cultura ética a partir e começando com a da família, uma vez que esse grupo social é rompido, também a sociedade envolvida no processo de formação de valores será corrompida e sofrerão as consequências e, neste caso, a escola, o grupo escolar e fatalmente o professor.

Talvez as situações de depredações ao patrimônio público estejam relacionadas à expressão enganosa de que a escola pública é gratuita. Esse tipo de pensamento precisa ser superado uma vez que toda a educação formal dos brasileiros é o resultado dos impostos mais caros do mundo que são forçados a pagar. Imagine que a ideia de educação gratuita leva o jovem a desvalorizar, principalmente, o patrimônio físico, a escola. Uma vez que grande parte da sociedade tem em mente o dilema enganoso de uma educação gratuita, por outro a sociedade, pode e deve exigir necessariamente do poder público, benefícios e prestação de contas, apresentando justificativas e demonstrando que as verbas destinadas para a escola são insuficientes e em muitos casos são objeto de desvio e que os índices das escolas públicas são mais baixos do que a escola particular por causa desses fatores.

A ineficiência do governo está diretamente relacionada às questões de distanciamento e responsabilidade por parte dos alunos. Então a escola reflete essas situações em que o governo, sem ética, trata as *rens públicas* como uma mina de ouro a ser explorada e deixa as margens do rio exauridas e destruídas. Nesse sentido, a situação física da escola é um reflexo dessas situações mencionadas acima. No plano ideológico, a escola brasileira ainda é uma reprodução das relações capitalistas, uma vez que o estudante é o meio para que a classe dominante permaneça sempre acima dos interesses da população. O sistema formal cria as possibilidades de educação e a prática materializada destrói e impede o acesso dos jovens ao conhecimento de qualidade.

As políticas públicas para as escolas públicas, portanto, têm dois lados, por um lado, uma lei bem formalizada e, por outro, a obstrução da

aplicação da mesma lei. Não é possível fazer aqui uma análise deste problema, mas apenas apontar que essa relação afeta diretamente as relações entre professores e alunos. Seguindo a premissa anterior, Demo (2004) comprova que grande parte dos problemas nas escolas está relacionada a problemas sociais e históricos, à corrupção generalizada, à impunidade e à criação de sistemas privilegiados entre governos e empresas privadas (o caso da Odebrech), entre outros fatores que podem elucidar melhor o atraso educacional da população.

O Brasil trata mal seus alunos, porque não os ensina a pensar. No Brasil os estudantes repetem para repetir. O significado da escola é diferente. Ensine a aprender a aprender. Vivemos em uma sociedade onde o aprendizado sugere a possibilidade de adaptação ao mundo social. Nidelcolff (1976) a apreensão de problemas sociais deve ser um escopo para a escola, onde o aluno seria induzido a tomar consciência de sua realidade. Tal propósito e compromisso seriam o objetivo e a contribuição de uma escola de qualidade para que a violência pudesse ser amenizada nas escolas públicas. Corrobora com essa ideia Demo (2004, p.53).

> O valor da escola pública é justamente isso: retirar do chão uma população abandonada, marginalizada e prostrada. Não há nada mais urgente do que alcançar, numa escola pública de qualidade, que a população excluída aprenda a aprender, até porque, se houvesse qualidade adequada, a oferta privada voltaria naturalmente.

É assertivo dizer que as condições sociais dos estudantes e suas inspirações para o futuro próximo em muitos casos não são possíveis de realizações. O problema da violência foi disseminado em todas as dimensões das escolas e em todo o território nacional. O fenômeno da violência contra professores atingiu uma proporção tão grande que está na pauta da Corte Suprema Nacional. Por isso, é preocupação do pesquisador questionar sobre a problemática relacionada a fim de contribuir e elucidar parte do problema, no caso especifica a violência contra professores por alunos da escola pública brasileira.

5. A BUSCA DE DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES E SITIOS OFICIAIS DO GOVERNO

É inegável o fenômeno da violência estudantil contra professores, entretanto, é importante ressaltar que a pesquisa sobre o assunto é pouca e quase não existe no meio das produções científicas e nas universidades brasileiras. Depois de muitas buscas em bibliotecas, arquivos nacionais, sites da internet sobre o assunto estudado, com poucos resultados, motivo pelo qual este pesquisador decidiu optar pela investigação nos meios virtuais, uma pesquisa no armazenamento de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Instituição do Ministério da Educação que é responsável pelo reconhecimento e avaliação dos cursos de pós-graduação, stricto-sensu (Mestrado Profissional, Acadêmico e Doutorado). E, para sua surpresa, o diagnóstico relacionado à questão da violência de estudantes contra professor quase não existia. Por isso que este trabalho pode ser considerado um dos pioneiros na pesquisa específica deste tema.

A razão para que o autor deste trabalho ter que fazer uma pesquisa no banco de dados da CAPES é porque ela representa todas as instituições no nível da produção científica no Brasil e onde as produções são armazenadas no nível de pós-graduação estrito-sensu. Mas percebe-se no quadro demonstrativo que a produção com relação ao assunto estudado é quase imperceptível e insignificante em si tratando de um tema tão recorrente nos meios de comunicação. É o que veremos a seguir nas próximas páginas.

Para uma melhor compreensão da falta de pesquisas sobre o assunto, apresentamos abaixo os medidores com base na busca na CAPES. As tabelas abaixo demonstram o que foi referenciado e dito acima (Tabelas 1 e 2).

O pesquisador procurou os temas e tópicos usando palavras-chave como: (todas as palavras) e (expressão exata). A pesquisa encontrou 673

produções de dissertações usando as expressões do lado esquerdo da caixa, chamados descritores (Tabela 1). Depois de ler os resumos das dissertações, ficaram apenas 140 produções as quais estavam dentro dos parâmetros em pesquisa. Na tabela 1 podemos fazer uma leitura de que a maior incidência é para os descritores: violências escolares têm para a "expressão exata" 121 e para o descritor, "todas as palavras" temos a maioria que são 384, o que confere uma extensiva produção e pouca especificidade a respeito do tema em que estudamos.

Vejamos que quando analisados o descritor: agressão de estudantes contra professor ao procurar a palavra exata, nada aparece (Tabela 1). O que aconteceu? Simples, não há produção sobre o assunto. É um verdadeiro vácuo da produção científica. Por quê? Em tese parece que quando o problema ocorre com o aluno, a mídia está pronta para divulgar o problema. Mas quando a violência é contra o professor, os casos são abafados pela escola, a polícia e o Conselho Tutelar e alguns jornais divulgam quando o sensacionalismo lhes convém. Mas na verdade todos os casos de agressão são muito sérios por outro lado são poucos os divulgados pelos meios de comunicação.

Tabela 1: Resultado das buscas com os respectivos descritores para as dissertações de Mestrado

Descritores	2013		2014		2015		2016		2017	
	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata	Todas as palavras
Violência Escolar	21	81	26	90	22	93	26	99	26	21
Docência e violência na escola	-	01	-	-	-	02	-	02	-	-
O professor e a violência escolar	-	18	-	33	-	19	-	23	-	36
Agressão do aluno contra o professor	-	04	-	02	-	03	-	02	-	-
Caso de Agressão contra professor	-	02	-	02	-	01	-	02	-	01
Professor agredido	-	01	-	01	-	04	-	-	-	-
Indisciplina e agressão	-	-	01	01	01	01	-	01	-	-
Agressão e Indisciplina	-	-	-	01	01	01	-	01	-	-

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da plataforma CAPES.

Por isso, pouco se sabe sobre a violência contra professores no Brasil. Imagine que toda a produção científica nacional não tenha nenhuma pesquisa acadêmica específica e que a maior parte da pesquisa sobre violência seja tratada como “violência escolar” de maneira geral.

A tabela dos descritores abaixo (Tabela 2) apresenta dados de dissertações produzidas no Brasil nos anos de 2013 a 2017. O que percebemos foi a redução drástica das pesquisas referentes ao tema em tela. O que se supõe é que a lei brasileira protege as crianças e existe uma lei específica para isso, a Lei 8.069/ 90. Porém não há uma lei específica que proteja os professores o que na verdade parece ser um contrassenso.

Tabela 2: Resultado das buscas com os respectivos descritores para as teses de Doutorado

Descritores	2013		2014		2015		2016		2017	
	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata.	Todas as palavras	Expressão Exata	Todas as palavras	Expressão Exata.	Todas as palavras
Violência Escolar	07	22	03	19	06	24	05	22	05	31
Docência e violência na escola	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
O professor e a violência escolar	-	06	-	03	-	05	-	06	-	04
Agressão do aluno contra o professor	-	01	-	-	-	01	-	01	-	02
Caso de Agressão contra professor	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01
Professor agredido	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-
Indisciplina e agressão	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Agressão e Indisciplina	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da plataforma CAPES.

Em sua maioria, as teses tratam de investigações relacionadas à violência praticada contra o aluno ou sofrida por ele. Na plataforma CAPES foram pesquisadas usando o descritor: “Todas as palavras”, nas teses e tivemos o seguinte resultado, de 156 (cento e cinquenta e seis) obras sobre a violência na escola especificamente (Tabela 2). Mas quando analisadas as teses com o descritor “palavra exata” a produção

caiu para o patamar de 26 (vinte e seis) teses (Tabela 2). Como vimos na tabela acima, a maior parte das pesquisas são realizadas quando se refere a temas relacionados à violência quando esta é sofrida pelo aluno. Não se pode dizer que o estudo sobre violência contra professores está ganhando terreno no Brasil. Pelo contrário, parece que as autoridades querem camuflar a questão. No Brasil há ausência de legislação que proteja o professor. Nos ambientes de trabalho, o professor sofre, mas não tem na sociedade o acolhimento para os seus problemas. Percebe-se a urgência em se realizar debates, discussões e promover diálogos com ênfase no assunto. As propostas estão na mesa. Muitos profissionais que sofreram violência por parte dos estudantes têm procurado colocar a questão da violência contra os professores na mídia.

Nas palavras do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER), segundo Bezerra:

> Os alunos xingam os professores, fazem gestos obscenos. Algumas vezes cometem violência contra bens móveis. O professor tem o pneu do carro furado, um risco na lataria, coisas do tipo. Existem alguns casos que vão inclusive ao Conselho Tutelar e, é claro, depois da audiência há uma retratação das partes. (Folha de Boa Vista 28 de agosto de 2017).

Devido a esta retratação diante do delegado ou agente de polícia ou em frente ao Conselho Tutelar, a denúncia não segue o curso normal e a informação oficial sofre e carece de registro, bem como o professor sofre com problemas psicológicos entre outras doenças.

Mas porque a produção de estudos científicos não abarca o problema da violência de discentes contra professores? É um caso a ser investigado na literatura brasileira. Seria um silêncio acadêmico?

Veremos nos artigos como a produção científica é armazenada na plataforma oficial do governo brasileiro (Tabela 3). Lembramos que estamos usando duas expressões-chaves para pesquisar no site da CAPES. As quais são: “expressão exata e todas as palavras”.

A Tabela 3 mostra que a preocupação com a questão da violência contra os professores é, sem dúvida, esquecida pelos meios acadêmicos brasileiro, em 2013 em um total de 3 (três) artigos apresenta apenas temas gerais, mas nenhum relacionado e específico à violência de estudantes contra professores. Em 2014, temos 4 (quatro) artigos onde novamente não há nada sobre violência contra o professor. Em 2015, a produção aponta 3 (três) artigos sobre violência escolar, mas nada se refere à violência contra professores. E em 2016 temos 4 (quatro) produções e novamente sentimos a ausência de trabalhos de pesquisa sobre violência contra o professor. Ao final da pesquisa por descritores, nada foi encontrado de produção sobre violência contra professor em 2017. Na plataforma oficial da CAPES, sobre o tema violência contra professores não foi encontrado nem de forma geral e nem específica em relação à violência na escola. A partir dos dados abaixo percebemos que a questão da violência contra o professor sofre com a falta de pesquisa, entretanto é um problema social com sérias consequências para a saúde dos envolvidos. Os dados não deixam dúvidas sobre a falta de pesquisa e a devida importância para este problema conflituoso que afeta os professores e alunos.

Tabela 3: Resultado das buscas com descritores para artigos.

Descritores	2013	2014	2015	2016	2017
Violência escolar	01	02	01	02	-
Docência e violência na escola	-	-	02	01	-
O professor e violência escolar	-	01	-	-	-
Agressão de aluno contra o professor	-	01	-	-	-
Caso de agressão contra professor	-	-	-	-	-
Professor agredido	-	-	-	-	-
Indisciplina e Agressão	01	-	-	-	-
Violência e Indisciplina escolar	01	-	-	01	-

Fonte: Dados obtidos no banco de dados da plataforma CAPES.

Uma pesquisa realizada no mundo inteiro pela OCDE buscou mais de 100 mil professores para realizar uma pesquisa no ensino fundamental e médio, com alunos de 11 a 16 anos. A pesquisa mostra que as escolas brasileiras são as mais violentas do mundo. Colocando o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial. Os dados coletados foram considerados até 2013. Pela leitura percebemos que na pesquisa, pelo menos 12,5% dos professores já haviam sofrido algum tipo de violência, entre eles: agressão física, simbólica, verbal e muitos deles foram intimidados pelos alunos pelo menos uma vez por semana.

Outra investigação mais recente mostra que os professores são vítimas de estudantes e até de pais. A pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em 2015. Os números são alarmantes de acordo com a pesquisa, mais de 9% havia afirmado terem sofrido violência praticada por alunos de um total de 22.692 professores e mais terrível, 4.714 professores já sofreram ameaças e atentado contra a sua própria vida computando um total de 2%. As pesquisas nacionais mostra que os professores também têm testemunhado estudante, sob influência de álcool em um total de 13.015 professores. E 29.737 professores afirmaram presenciar e testemunhar estudantes sobre o efeito de drogas ilícitas, um total de 12%. É um problema muito sério o que está acontecendo hoje no Brasil devido ao problema da violência contra professores. (notícias adventistas.org, 2017). Então, podemos dizer que estruturas sociais isoladas fazem parte também do problema da violência contra professores.

> A estrutura social e a desigualdade são evidenciadas pela taxa de desemprego, baixa renda e analfabetismo, pela dificuldade de acesso aos serviços públicos, como hospitais, escolas, justiça, o que contribui para as precárias condições de vida e a alta densidade de moradias. As ineficiências das instituições de segurança pública e judicial contribuem para o crescimento como determinantes importantes relacionados ao crescimento da violência no Brasil. (CANDAU, 1999).

De acordo com a categoria dos professores, as brigas entre os estudantes, a violência verbal contra professores e o vandalismo contra a

propriedade material são o reflexo da violência na comunidade do entorno, onde os alunos estão inseridos, essas violências se refletem no ambiente da escola.

Para tentar amenizar a violência nas escolas, o governo estadual resolveu militarizar algumas escolas estaduais. Mas o problema continua fluindo. Ele até tentou diminuir a taxa de violência nas oito escolas onde o sistema militar foi implementado, nas outras unidades escolares a violência contra os professores continua a aumentar. Flávio Bezerra, presidente do SINTER, afirma que a medida ajudou a reduzir as taxas de violência nas escolas, mas não é a solução.

> Precisamos mudar o comportamento da comunidade onde o aluno está inserido, o trabalho social é necessário, é preciso mudar o que circunda a escola, a militarização só garante mudança dentro da escola, depois que o aluno sai, é cercada por uma realidade diferente, essa mudança também deve acontecer na sociedade, porque a escola é um reflexo disso, afirmou. (Folha de Boa Vista 28 de agosto de 2017).

Ele relatou que a violência dentro das escolas atingiu um nível em que muitos professores ficaram doentes e solicitaram deixar o trabalho para realizarem tratamento psiquiátrico. Os casos são muitos, mas não temos um levantamento exato do número de professores que estão nessa condição.

Relevante o texto abaixo, onde o pai de um aluno revela sua indignação com a situação. Vamos ver o que ele fala sobre essa celeuma.

> O Presidente do SINTER tem razão parcial quando afirma que só a militarização não é suficiente, pois algumas outras instituições têm uma culpa expressiva nessa situação vexatória. Muitos pais não sabem impor limites a seus filhos sob o argumento imbecil não de pretender interferir no livre arbítrio dos filhos, criando-os absolutamente néscios e querendo que a escola assuma a responsabilidade que é sua para educar, assim se tornam verdadeiros candidatos à marginalidade. Não podemos, no entanto, obscurecer o apoio substancial dado pelo ECA com o objetivo de proteger as crianças que precisam de apoio. Mas por outro lado o ECA tornou-se um guarda-chuva de delinquentes juvenis. Nos anos 2000 e seguintes percebe-se que até o poder dos pais foi violentamente atingido quando nos encontramos com a famigerada Lei da Palmada. Consequência é o número

> aterrador de ataques a pais, idosos, professores e até mesmo a outros adolescentes, pela certeza da impunidade garantida por esse Estatuto. Não podemos esquecer que ele tornou as crianças e adolescente em víboras ideologicamente venenosas que irão promover feridas dolorosas no futuro. O mais breve, podemos relatar o que aconteceu recentemente em Santa Catarina. A professora afetada é uma participante ferrenha das estapafúrdias ideias defendidas por pessoas sem liderança como uma deputada federal do Rio Grande do Sul, que usa de suas atribuições para amenizar penas, e defender em vez de colocar estupradores, ladrões, assassinos, afirmando que são vitimas do sistema e vítimas de violência social e da polícia. Portanto, é necessário que os professores, como transmissores de conhecimento e, porque não dizer, personalidades que formam cidadãos tomem cuidado para não transformar seus alunos em bestas ideológicas, como acontece nas universidades brasileiras, onde encontramos todos os tipos de vândalos, predadores, intolerantes, mentirosos para desvendar a verdade quando enfrentam uma repressão justa, completa e proporcional, colocando-se como vítimas. "Nobilíssima é a profissão de professor, para que eles o honrem, começando a falar a verdade, sem paixões ou sofismas sectários". (SANTOS, 2017 Folha de Boa Vista 28 de agosto de 2017).

Vimos que ao analisar dados sobre violência no Brasil, tendo como eixo as publicações baseadas nas produções científicas bem como revistas, manifestações de presidente dos sindicatos no Brasil afora, nos preocupa ao saber que o mesmo problema tem tanto impacto na mídia e o mesmo problema não recebe tratamento igual nos meios científicos da produção acadêmica brasileira. O que está acontecendo com as universidades brasileiras que não se importam com o problema da violência contra o professor. Percebe-se que há maior preocupação dos órgãos internacionais do que dos pesquisadores e do corpo acadêmico do Brasil. As pesquisas relacionadas ao problema não chegam ao Congresso Nacional. Ou seja, percebe-se que as autoridades não estão preocupadas com a situação ruim em que nossos professores estão passando pelo momento atual. Assim, a mercê da sorte ficam os professores, sem previsão legal para esses crimes cometidos pelos alunos não tem onde pedir ajuda. É uma situação caótica que leva os professores a sofrerem humilhações e adoecerem constantemente por causa de ameaças e ataques contra sua pessoa e seus bens materiais.

Mas, ao contrário, se os estudantes sofrem violência, todos os “protetores”, são acionados para lhes proteger, e por que não fazer o

mesmo com os professores? Em tese, pensamos que o mesmo desdobramento deveria ser acionado aos professores, mas parece que há uma inversão de valores e, assim os mentores da educação continuam a ser desvalorizados. Assim é a realidade dos profissionais da educação, não há leis específicas que os protejam, existe uma lei apenas para proteger os alunos, os professores são deixados a mercê dos infortúnios da impunidade violenta dos adolescentes.

6. A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES APRESENTADA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Antes era um insulto, um gesto mal humorado, uma palavra mais dura. Esse foi o perfil das agressões contra os professores, antes da Constituição de 1988. A partir da década de 1990, a realidade mostra que os adolescentes estão reagindo com mais violência e com formas agressivas que não foram usadas antes. O que está acontecendo com os estudantes brasileiros? O grau de violência aflige todas as escolas do país, os alunos não têm limites. Eles são covardes e se escondem atrás da lei, o ECA que os protege. O que fazer com essa triste realidade? Abaixo, veremos alguns casos de violência contra professores que foram notícias em todo o mundo, através da mídia e principalmente nas redes sociais.

Os tipos de violência contra professores assumiram proporções gigantescas, sem precedentes e sem limites. Os casos vão desde pequenos insultos, incluindo golpes, e facas, tiros e, em muitos casos, até a morte de professores. A realidade do professor brasileiro está manchada com esse problema social. Quando não há sangramentos, existem vários problemas de saúde que vão desde o estresse até depressões profundas e, em muitos casos, os professores são readaptados para outras funções. Como se não a bastasse falta de

profissionais da educação, agora muitos que amam a profissão têm que abandoná-la.

O professor Carlos Christian Gomes (Figura 1) recebeu 5 (cinco) tiros de balas na sala de professores de uma escola brasileira onde lecionava biologia. Três balas nas costas, uma na boca e outra no braço.

Quem apertou o gatilho, segundo testemunhas e policiais, foi um estudante de 17 anos, zangado com as perguntas que o professor Gomes formulou em um teste e, por causa também da baixa nota em que tirou na prova. O jovem entregou-se à polícia pouco depois e admitiu o crime, disseram os investigadores policiais.

Figura 1: Professor Carlos Christian Gomes vítima de violência

Fonte: www.bbc.com 2014. Acesso em 18/09/18

Segundo disse a delegada de polícia, encarregada do caso, Thereza Simony, à British Broadcasting Corporation (BBC) do Brasil. “Ela relatou que comprou a arma e pediu ao professor por uma segunda oportunidade”. Quando o professor disse que não era possível, pois já havia lhe dado mais de uma oportunidade, ele, o adolescente, não teve dúvidas e disparou a arma contra o professor.

O professor de 33 anos foi transladado para um hospital em estado grave. O Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe (SINTESE),

onde sucedeu o caso disse que acompanha o caso, informou que o professor Gomes permanece em tratamento intensivo e com problema pulmonar, embora tenha saído do coma e esteja consciente.

Isso aconteceu em Sergipe, um estado do Nordeste do Brasil, e foi um caso extremo dos ataques a professores que se tornaram um problema grave neste país, embora ignorados. Muitos casos têm ocorridos nas escolas brasileiras e, não há uma providencia efetiva por parte dos governantes.

A violência contra os professores supõe uma análise da realidade atual e uma relação com o passado recente da História do Brasil. Porque não se pode alienar e distanciar a realidade do professor e do aluno sem fazer uma análise dos eventos anteriores, nada vem do nada e todos os fatos presentes são, na verdade, reflexos de situações anteriores e a falta de uma política pública específica, orientada para o setor da sociedade e da educação escolar. O Brasil trata mal seus professores, principalmente no que diz respeito aos salários. Mas trata mal, porém porque não tem uma lei especifica que criminalize as violentas agressões sofridas por este setor da sociedade.

Para se ter uma ideia do baixo salário dos professores, basta comparar o desconto mensal do imposto de renda de um juiz de toga que fica maior do que o salário mensal de um professor. Isso sem comparar com outros profissionais que recebem muito mais que um juiz de toga. Por esse exemplo comparativo, temos uma ideia de como os professores são mal pagos e desprezados pelos governos.

> Poderíamos também listar a entrada e saída da profissão, sem o controle de seus próprios pares; a falta de um código de ética adequado; a falta de organizações profissionais fortes, incluindo sindicatos, deixa nossos professores em uma situação ainda mais frágil; e também, sem querer esgotar a lista, a constatação de que a identidade categorial dos professores sempre foi muito mais atenuada, ou seja, nunca se tornou uma categoria comparável à de outros grupos ocupacionais. (LUDKE; BOING, 2004: 1169).

Na verdade, poderíamos nos anos 1960 a 1985 perceber o carinho e o respeito que o professor tinha por parte de seus alunos. As regras eram impostas sim. Mas havia respeito. Com a suposta democratização da escola pública, a profissão docente foi sendo cada vez mais desvalorizada no país. Em parte por causa da violência nas aulas, mas também

> baixos salários falta de progressão na carreira e reflexões de problemas sociais dentro da escola tornam uma profissão essencial para o desenvolvimento do país pouco atraente: a de professor. A última estimativa divulgada pelo Ministério da Educação (MEC) mostra que há 170.000 professores desaparecidos nos níveis fundamental e médio do país. No entanto, mesmo quando estão nas salas de aula, muitos deles não possuem as qualificações necessárias para o treinamento dos alunos. [...] não apenas baixos salários tornam o ensino menos atraente. Além da remuneração, faltam planos de carreira e ainda há a necessidade de lidar com questões como desagregação familiar e agressões em sala de aula, que extrapolam o campo da educação. Fica ruim e as condições são terríveis. Por essa razão, as pessoas vão para outras carreiras, não teríamos médicos, advogados, sem um professor de educação básica. No Brasil, a educação é um problema social. Como você vai conseguir o professor interessado, dados os baixos salários? Não é suficiente dizer que o salário vai dobrar. (CRUZ, 2015).

As novas cenas de agressão na televisão e na mídia impressa aparecem constantemente. O que fazer? Se o professor não tem ninguém para pedir ajuda e, em muitos casos, mesmo que ele esteja certo, alguns administradores escolares afogam o caso, retirando cada vez mais a autoridade do professor. Como já foi dito neste estudo anteriormente. O Brasil é o país da impunidade e a violência contra os professores é um reflexo do que acontece na sociedade. Quando falamos de impunidade, nos referimos ao ECA. Essa lei, para a atual situação de violência no Brasil, é maligna. É o que percebemos nas declarações de um pai de família.

> Quando um adolescente mata um pai, ele não comete um crime, porque o ECA isenta-o da culpa, mas aos dezesseis ele já pode votar, então temos uma contradição, por que ele pode votar em políticos corruptos e não pode ser condenado pelo crime que cometeu? Eu me pergunto quem vai pagar as

> despesas da casa e da família daqueles que foi deixado sem um pai, sem um marido, essa lei não presta. Foi feita para criar bandidos. E pior que quando completa dezoito anos sua ficha fica limpa como se nada tivesse acontecido, mas ele matou um pai de família, se ele matou um, pode matar dois ou mais que não vai haver punição para ele. Assim com idade de dezoito anos, o adolescente mantém sua ficha criminal limpa. Neste sentido ele pode fazer o que quiser até matar o maior número possível de pessoas, traficar drogas, estuprar garotas. Às vezes não entendo que a lei existe no Brasil. (pai de uma família).

O nome acima é fictício para manter o segredo do informante para que ele não sofra constrangimento posterior adicional. Já houve casos de agressões contra professor por parte pais de estudantes que relataram terem sido agredidos por denunciarem alunos agressores. Um caso mais recente ocorreu com a mãe de um estudante (M.L); ela teve que deixar a cidade de Caracaraí por causa de ameaças por parte dos professores, porque ela ia constantemente à escola pedir um melhor desempenho do professor. Então, o que fazer em uma situação como essa? Aqui não há espaço para uma análise da violência praticada pelos professores contra o aluno. Citamos este exemplo para mostrar que a situação está fora de controle e que muitos professores não assumem concretamente sua profissão docente.

Rosemeyre de Oliveira pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo diz que a violência nas escolas tem na impunidade um fator relevante. “O aluno que comete agressões sabe que vai ser aprovado pelo professor. Os regimentos escolares geralmente não tem previsão para as agressões e, quando isso se sucede, nada acontece”.

Na cidade de São Paulo, segundo (Cavalcanti, 2018) no jornal A Folha de São Paulo. Os casos de agressão contra professores cresceram 189% em 2018. Isso implica em três professores agredidos a cada dois dias, ou seja, sem contabilizar as agressões que não são registradas, que no país, na realidade são a maioria, pois quase sempre há uma retratação por parte dos alunos e a questão permanece sem registro. “Em muitos casos, se houver um assalto a um professor, o Conselho Tutelar é acionado”. Declarou um gestor que pediu para não ser identificado. Em

casos raríssimos o adolescente é submetido às medidas elencadas no artigo 112 da lei 8.069 / 90 do ECA. *In verbis*

> Art. 112. Verificada a prática de ato ilícito, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
> I – Advertência;
> II – obrigação de reparar o dano;
> III – prestação de serviços à comunidade;
> IV – liberdade assistida;
> V – inserção no regime de semiliberdade;
> VI – internação em estabelecimento de ensino;
> VII – qualquer dos previstos no art. 101, I a VI.
> § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em consideração sua capacidade de cumpri-lo, as circunstâncias e a gravidade da infração.
> § 2º Sob qualquer hipótese e sob qualquer pretexto, será admitido o benefício do trabalho forçado.
> § 3º Os adolescentes com doença mental ou invalidez receberão tratamento individual e especializado, em local apropriado às suas condições (sem tradução).

Este é o artigo que os adolescentes não querem ter conhecimento, eles só buscam adequar-se aos seus de direitos, mas as obrigações prescrita no ECA, por eles não são relevantes. De acordo com o artigo 104 do ECA, a criança menor de 18 anos de idade é inimputável ou seja, não pode sofre penalidade pelos seus atos, porém comete horrores de “crimes” os quais para o ECA são considerados atos ilegais. Porém, tanto a criança como o adolescente, no entendimento legal, cometem apenas uma infração, sujeita à aplicação de medidas socioeducativas, se adolescente, e medidas de proteção, se criança. Conforme o dispositivo acima no artigo 112 do ECA.

O parágrafo único do artigo 104 ainda tem a ressalva de que, para os propósitos do ECA, a idade do adolescente no momento da conduta deve ser considerada. Por exemplo, se 1 (um) adolescente mata 1 (um) professor 1 (um) dia antes de completar 18 anos, ele não comete um crime, apenas um ato infracional. É uma aberração para a sociedade brasileira esta lei, na situação em que nos encontramos. Se houvesse outra realidade que tivesse justiça social e melhor distribuição de renda, o ECA seria bem aceito pela população. O ECA não é ruim, mas para a

realidade brasileira não é bom. Muitos professores e pais foram mortos por adolescentes e seus filhos ficaram sem seus entes queridos.

Um dos casos mais graves ocorridos no Brasil foi à agressão da professora Márcia Friggi (Figura 2). Ela não escondeu a realidade dos fatos, pelo contrário, divulgou nas redes sociais a agonia que a atingiu. A coragem da professora reativou o debate sobre a violência contra professores pelos alunos. Como já mencionado neste trabalho, o Brasil tem a maior taxa de violência contra os professores, mas as pesquisas acadêmicas deixam um vazio nas investigações científicas, já que praticamente não há nada relevante estudado sobre o assunto. Neste trabalho abordamos essas questões e mostramos que no Brasil apenas duas investigações específicas foram realizadas sobre o assunto. Isso implica dizer que praticamente não há dados coletados sobre o problema.

Figura 2: Professora Márcia vítima de violência

Fonte: g1.globo.foto: Professora Márcia Friggi-reprodução /Facebook

A foto impressa acima (Figura 2) mostra o grau de violência praticado pelos alunos. Uma triste realidade para aqueles que querem ver as pessoas comprometidas com seus estudos e seu futuro.

Este é o um caso em muitos de agressão contra professores. O que é estampado e divulgado na mídia, não corresponde à realidade real

sobre a violência praticada nas partes internas de milhares de escolas no Brasil. Assim a faixada da escola, o preconceito e até a falta de coragem para denunciar a violência entre as paredes da escola são obstáculos para aquisição de dados. Torna-se o problema muito mais complexo e, por vezes, sem estimativa da situação real. Há casos de professores que não querem admitir que foram atacados, talvez por medo de represálias fora dos muros da escola, pois muitos estão ameaçados dentro e fora de seu ambiente de trabalho. Para Souza

> a violência que ocorre nas escolas, principalmente contra professores que atuam no ensino médio e fundamental constitui uma das causas para a educação brasileira, não apresenta qualidade compatível com a dos países desenvolvidos (SOUZA, 2007, p.2).

No caso da violência contra professores, eles próprios vivem um dilema: “se agente denuncia, ficamos à mercê de bandidos juvenis, das chamadas facções que agora entram na escola, sem pedir permissão” (professora Dilma). Foi o que um dos professores entrevistados relatou. É mais um grande problema para os professores, eles não medem as consequências, eles recebem ordens de dentro das prisões para tocar o terror onde eles estão. A pesquisadora Miriam Abramovay afirma que

> com relação às ameaças, prevalece a intimidação de estudantes contra professores, diretores e inspetores. Promessas de retaliação física depois do horário escolar e fora da escola são a forma mais comum. Geralmente, as ameaças dos alunos surgem de divergências sobre notas e comportamentos disciplinares. Situações em que o professor pune o aluno com a expulsão da sala de aula, a suspensão temporária da escola ou a proibição de entrar na sala de aula devido a atrasos também são propícias para ameaças. (ABRAMOVAY 2003, p.5).

A história de um professor agredido demonstra o pânico provocado pelos estudantes, como é o caso do professor Thiago dos Santos Conceição (Figura 3), ele afirma que sentiu medo por sua vida. “Eu me senti muito mal, com muito medo, acreditando que ia morrer”.

Figura 3: Professor Thiago dos Santos Conceição vítima de violência

Fonte: foto reprodução/ TV Globo

Durante a aplicação de uma avaliação da disciplina de Língua Portuguesa, humilharam o professor e atiraram objetos nele. As cenas humilhantes foram filmadas por um aluno, nas imagens os alunos aparecem rasgando as provas. Um dos alunos aparece ameaçando o professor de morte. Contra fatos não há argumentos, os vídeos foram gravados e amplamente divulgados nas redes sociais. O professor afirma que “eles já vieram agitados de casa, eu não sei o que aconteceu, eu já tinha sofrido agressões antes, mas apenas as verbais”.

Mais uma vez o caso do professor agredido reacendeu o debate sobre o problema. Mas as autoridades não fizeram nenhuma previsão legal com relação à proteção dos profissionais da educação. Há uma inércia legislativa em relação à questão. Nada é feito em relação à situação.

Há muitos casos de agressão contra os professores, mas a maioria dos casos não é registrada e as ocorrências não seguem o curso normal dos boletins oficiais. Em Maués, no estado do Amazonas, um professor sofreu 7 (sete) golpes, de mão, na cara após solicitar que o aluno saísse da sala de aula, pois era hora do almoço na escola estadual Donga

Michiles, no município de Maués. O professor registrou a ocorrência e realizou exames de crime corporal na delegacia de polícia local.

O aluno, como medida disciplinar, foi transferido da escola. O caso de agressão contra o professor foi acompanhado pelo Conselho Tutelar de Maués. Segundo a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), que “os servidores são orientados a não revidar a nenhum tipo de agressão e que o professor não agrediu o aluno, ele só se defendeu”.

Vimos nessa parte do trabalho que a violência está estampada em todas as mídias sociais. Novas cenas de violência contra professores aparecem constantemente na mídia impressa e televisiva. A mídia apresenta uma triste realidade para a sociedade brasileira do que acontece entre as paredes da escola. Um lugar que seria para preparar os jovens à vida futura é agora um lugar de ataques, e agressões violentas contra professores. A escola normalmente seria um lugar de aprendizado metódico, boas maneiras e disciplina. Mas essa imagem anterior de promover o ser humano tornou-se um local de violência. A escola passa por esse paradoxo existencial de que não é mais um lugar neutro na sociedade, hoje parece mais um lugar para receber violência do meio ambiente, de famílias rompidas, da violência das facções, que é a violência que se manifestam no cotidiano que são representações da sociedade brasileira. Embora a violência seja constantemente relatada na mídia. Por parte das autoridades, nenhuma atitude é tomada para aliviar este problema. Em seguida, trabalharemos na metodologia aplicada a essa pesquisa e como verificamos os dados para descrever a violência sofrida pelos professores na sala de aula e na escola.

CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO

1. CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS

O presente trabalho de investigação utilizou o método qualitativo de caráter descritivo e de acordo com o tempo transversal, mediado pela exploração e análise bibliográfica sobre o assunto. A escolha de um método para iniciar uma pesquisa deve ser fundamental para servir de caminho metodológico que leve em consideração as necessidades solicitadas pelos objetivos gerais e específicos, bem como responder à questão principal que se propõe a investigar a pesquisa. É por isso que a escolha do método está intrinsicamente, relacionada ao modo de percepção do problema e suas conexões, bem como aos fenômenos analisados.

Assim, para analisar a situação real do problema da violência de estudantes contra professores foi necessário entender de perto o que estava acontecendo e o que acontecia com o fenômeno estudado e isso inclui o método de pesquisa.

A escolha do método qualitativo para nortear esta pesquisa, foi porque o fenômeno pode ser mais bem compreendido de forma integrada, buscando compreender os fatos de uma forma real, tendo em conta o contexto em que ele ocorre e do qual é parte. A investigação é do tipo descritivo. O pesquisador vai ao campo em busca de capturar o fenômeno, coletando pessoalmente os dados, através de documentos oficiais e de leis e, observações, entrevistas e pesquisas. Segundo Duarte (2004 p. 215) “O que dá um caráter qualitativo não é necessariamente um recurso que foi utilizado, mas o referencial teórico-metodológico escolhido para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado em campo”. Como foi escolhido o método qualitativo, justo e necessário usar o método quantitativo, neste caso, a investigação foi uma pesquisa interpretativa-descritiva, onde se procurou relacionar professores e alunos com os fenômenos da violência e suas implicações

na prática, envolvendo vários fatores que permeiam o ambiente escolar e a violência estruturada. O foco é entender o comportamento do aluno e por que ele pratica a violência contra os professores.

O campo de pesquisa incluiu estudantes, professores e administradores escolares e limitou-se à realidade de uma escola estadual do município de Caracaraí-RR. Procuramos observar na escola se a questão da violência contra professores poderia ser uma realidade na instituição investigada e se essa realidade poderia estar relacionada com a literatura e os teóricos em relação à violência contra professores.

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual de ensino básico na modalidade normal de 1º ao 3º ano do ensino médio. Nas referências bibliográficas foram utilizadas, pertinentes ao assunto: livros, trabalhos monográficos, dissertações, teses de doutorado, relatorias de pesquisa, documentos de estatísticas policiais dentre outros.

Para a coleta de dados, utilizamos instrumentos como: questionários para indagar os alunos sobre as razões de sua violência e agressão contra os professores; entrevistas para gestores administrativos, coordenadores, conselheiro educacional. Para coletar dados junto aos professores utilizamos entrevistas e questionários. Servimo-nos também, da análise documental, registro de atas, documentos escolares e relatórios do Conselho Tutelar, para estudar documentos ou eventos que registrassem violência ou agressão na comunidade escolar.

Quando começamos a coleta de dados nos livros e em outras produções científicas, nos deparamos com um obstáculo de natureza das fontes documentais. Pareceu-nos que, como o problema da violência seja algo extremamente evidente na sociedade e nos meios de comunicação do Brasil, supomos ser também uma preocupação da comunidade científica. No entanto tivemos a ingrata certeza de que na verdade estávamos equivocados. No caso prático não há nada de produção nos meios científicos do Brasil o que fora constatado no capitulo anterior, através da CAPES.

Diante desta problemática, mudou-se o foco da pesquisa bibliográfica e buscamos em um ambiente virtual-web. Pesquisa esta que é rotulada pelos teóricos de “estado do conhecimento ou estado da arte”, como afirma Norma Ferreira,

> no Brasil e em outros países, produziu um número significativo de pesquisas conhecidas como "estado da arte" ou "estado do conhecimento". Definidas como de natureza bibliográfica, que parecem trazer o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, procurando responder quais aspectos e dimensões têm se destacado e privilegiado em diferentes épocas e lugares, de que maneira e em que condições Algumas teses de mestrado, teses de doutoramento, publicações em revistas e comunicações em congressos e seminários foram produzidas. (FERREIRA, 2002, p 257).

Para uma melhor compreensão do que está sendo representado aqui, fizemos um título sobre a busca de dados sobre violência contra professores em universidades e em sites oficiais do governo, a partir deste trabalho, onde há uma explicação mais ampla sobre o problema da violência contra professores, até apresentando gráficos para entender melhor o que foi produzido nas universidades brasileiras.

As buscas tiveram como foco a pesquisa das produções científicas dos últimos cinco anos que estão disponíveis em ambiente virtual, mais precisamente no site da CAPES. A estratégia foi necessária, pois ajudou no mapeamento das produções científicas das Instituições de Ensino Superior (IES).

Foi uma necessidade extrema e estratégica porque não estava no projeto de pesquisa. As buscas que fizemos, desenham o foco das investigações e produções da Plataforma CAPES, onde foram mapeadas as teses, dissertações e artigos sobre os problemas da violência em geral. Mas não foi encontrada a violência praticada pelo aluno contra o professor.

As produções dos anos de 2013 a 2017 foram analisadas em um total de cinco anos consecutivos. As produções científicas referem-se aos

trabalhos científicos de 122 (cento e vinte e dois) mestres e 62 (sessenta e dois) cursos de doutorado das universidades brasileiras.

Os catálogos permitem o rastreamento de conhecimentos já construídos, orienta o leitor na pesquisa bibliográfica da produção de uma determinada área. Eles são encontrados alfabeticamente por assunto, por temas, por autor, por data, por área. Tudo isso melhora as buscas por problemas a serem estudados em determinada área cogitada. O mapeamento foi fundamental para conhecer a realidade das produções com relação à violência nas escolas e, contra os professores, embora não tenha sido muito produtivo, serviu para saber como a produção científica está no Brasil com relação à questão em tela.

2. DESENHO METODOLÓGICO

Com as características metodológicas definidas, começamos agora a fazer o desenho metodológico, pois para melhor compreender o problema foi necessário definir como proceder com a aplicação dos meios para se chegar à pesquisa. Para que isso acontecesse, tivemos que fazer um plano de coleta de dados definindo o caminho da investigação.

Para atingir os objetivos propostos, trabalhamos com estratégias relevantes e relacionadas, com ênfase no problema central, ou seja. A violência praticada pelos alunos contra professores. O pesquisador seguiu o trabalho de investigação com ênfase no método de pesquisa, no entanto encontraram um problema de natureza bibliográfica. A falta de literatura específica sobre o tema. Em frente a este obstáculo. O que fazer?

Devido a este obstáculo acima citado o pesquisador teve que mudar o foco, relacionado à coleta de dados bibliográficos e assim, um passo muito importante foi revalorizar o procedimento referente à coleta de dados bibliográficos. Neste sentido foi realizada uma busca em sites

acerca do problema, principalmente na plataforma da CAPES onde foram coletamos dados a partir de 2013 a 2017.

Foram artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado que foram analisadas. Todos os seus resumos foram lidos para descobrir o conteúdo dos trabalhos científicos sobre o assunto aqui estudado. A leitura da pesquisa nos deu o conhecimento das produções feitas pelas universidades brasileiras para que pudéssemos comparar analisar e obter conhecimento dos títulos referentes à violência escolar, já trabalhado pelas pesquisas.

Este tipo de pesquisa, como mencionado acima, não estava no projeto de pesquisa, mas teve que ser aprimorado devido à falta de material bibliográfico sobre o tema específico “A violência praticada pelos alunos contra professores”. Apesar do fato de, no início, a falta de material de pesquisa ter se tornado um grande obstáculo para este trabalho, com a coleta de dados da Plataforma da CAPES tivemos uma orientação muito mais clara, o que fez a pesquisa fluir. Depois que esse problema foi resolvido, houve a necessidade de cruzar as informações obtidas analisando-as objetivamente, sem que o pesquisador interferisse nas impressões coletadas. Com essas ferramentas em mãos, tivemos mais clareza para identificar os problemas reais que interferem e servem como causas para o aumento da violência contra os professores.

E para que isso acontecesse, foram realizadas entrevistas com gestores, presidente do sindicato dos professores, conselheiro educacional. As entrevistas foram elaboradas com perguntas semiestruturadas, combinando questões abertas e fechadas. As questões abertas foram feitas com o intuito de coletar as impressões mais pessoais dos entrevistados, pois com esse tipo de questão o entrevistado tem mais liberdade para discutir o problema em que o tema está envolvido.

Para gerar os dados necessários e alcançar os objetivos do projeto, também usamos os questionários. Os questionários foram elaborados levando em consideração a questão geral e os objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa. As questões abordaram a violência

e a segurança do profissional da educação, bem como a violência contra os professores. Fizemos perguntas diretas com uma única escolha e perguntas de múltiplas escolhas para saber com mais objetividade as respostas dos inquiridos.

Para descobrir o grau de conhecimento dos alunos, fizemos observações e entrevistas que ficaram gravadas em celular e não foram objeto de discussão, estas observações foram realizadas para captar as impressões dos alunos e suas opiniões. O importante foi descobrir até que ponto os alunos estão cientes do problema envolvido. O grau de percepção dos alunos foi importante para saber se eles têm conhecimento e consciência dos problemas estudados onde estão envolvidos.

Os dados obtidos foram analisados de acordo com os objetivos do projeto de pesquisa, que buscou investigar o problema da violência praticada pelos estudantes contra professores.

Também utilizamos a teoria das representações sociais para analisar as relações com a violência escolar dos estudantes. Essa teoria serviu como base científica para elucidar o problema em questão. Uma teoria é considerada um

> conjunto de conhecimentos que apresenta diversos graus de sistematização e credibilidade, e que visa explicar, elucidar, interpretar ou unificar um determinado domínio de fenômenos ou eventos que são oferecidos à atividade prática (AURÉLIO, 2004).

Neste caso, optamos por aplicar um corpo conceitual bem estruturado dentro de um sistema lógico com elementos de características filosóficas no das proposições e considerações objetivas.

Observamos que tanto as entrevistas como os questionários foram fundamentais para o sucesso da pesquisa. Fora solicitado a cada participante da pesquisa que assinasse um termo de consentimento. Depois que eles foram preenchidos; foram analisados, lidos e em duas semanas a aplicação das técnicas de coleta de dados foi realizada. A razão para não aplicar as técnicas de coleta de dados no mesmo dia é

que, principalmente, os alunos pudessem entrar em contato com o problema da violência, mediante os meios de comunicação para conhecerem melhor o tema e assim se conscientizarem do problema.

3. DESCRIÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi composta por pessoal de apoio, estudantes, gestores e professores de uma escola estadual no município de Caracaraí com um universo de 22 (vinte e dois) pessoas de apoio, 6 (seis) gestores, 40 (quarenta) professores e 780 (setecentos e oitenta) alunos no total (Tabela 4). A amostra comportou-se com as seguintes quantidades: foram 4 (quatro) gestores envolvidos, 20 (vinte) professores que atuam diretamente com os alunos e 144 (cento e quarenta e quatro) alunos que cursam o ensino médio de uma escola estadual (Tabela 5). Assim, organizamos os elementos que foram investigados por meio da coleta de dados.

Tabela 4: Quantidade da população envolvida na pesquisa.

Grupos	Quantidade
Gestores	06
Professores de disciplinas regulares	40
Alunos	780
Pessoal de apoio	06

O presente estudo foi tecido e construído na escola estadual Presidente Castelo Branco, localizada na cidade de Caracaraí, município do Estado de Roraima. É uma escola de educação básica, com Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O ensino básico e secundário é desenvolvido durante o período diurno e a EJA funciona apenas à noite. A escola possui um corpo docente de 40 (quarenta) professores, 6 (seis) gestores, 780 (setecentos e oitenta) alunos matriculados, cursando aulas normal e EJA. A escola está

localizada na cidade de Caracaraí, no estado de Roraima, no norte do Brasil, Caracaraí é uma cidade pouco populosa para os padrões brasileiros, com uma população estimada em 20.807 pessoas segundo o censo oficial do governo brasileiro de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolha da escola foi feita porque atende estudantes adolescentes e com os quais há maior quantidade de ataques violentos contra professores no Brasil. A maioria dos estudantes é da classe baixa, com poucos alunos da classe média e praticamente ninguém da classe alta. E por se tratar de uma escola que está localizada a 145 quilômetros da capital. É um fato normal, digamos assim, nenhum estudante de classe alta estudar nesta escola. Aqueles que têm mais condições financeiras buscam escolas particulares na capital, Boa Vista.

A caracterização da escola estadual Presidente Castelo Branco implica na verdade em uma instituição que abriga estudantes com problemas familiares, falta de determinação dos pais, e com alunos envolvidos com drogas e facções.

A amostra para coleta de dados onde foram aplicados os instrumentos de pesquisa estão assim distribuídas em séries: primeiro, segundo e terceiro anos do ensino médio. As turmas foram: duas turmas do primeiro ano, turmas 101 com 28 alunos e 102 com 30 alunos; uma turma do segundo ano, turma 201 com 26 alunos; duas turmas do terceiro ano, turmas 301 e 302 com 30 alunos cada, totalizando 60 alunos. Perfazendo um total de 144 alunos.

Os professores das turmas regulares foram entrevistados e um questionário foi aplicado para um total de 20 (vinte) professores. Os administradores também foram entrevistados em um total de 4 (quatro) pessoas do grupo de gestores administrativos. Sendo 1 (um) Diretor, 1 (um) Vice-diretor, 1 (um) Coordenadores Pedagógicos e 1 (um) Orientadores Educacionais.

A pesquisa foi desenvolvida com alunos do ensino médio das classes 101 e 102; uma turma de 201 e duas turmas de 301 e 302

totalizando 144 (cento e quarenta e quatro) alunos. Os alunos foram observados por 6 (seis) meses consecutivos por este pesquisador. Foram 20 (vinte) professores envolvidos na pesquisa e 4 (seis) pessoas no corpo de gestor administrativo. Com a amostra, foram aplicados questionários e entrevistas para compor os dados necessários para esta investigação. Foi assim que a amostra estudada ficou na tabela abaixo (Tabela 5).

Tabela 5: Quantidade de pessoas envolvidas na amostra.

Grupos	Quantidade
Gestores	04
Professores de disciplinas regulares	20
Alunos	144

4. TÉCNICA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Antes de formalmente iniciar a pesquisa na escola, foram preparados documentos formais de autorização, solicitando que o gestor da escola liberasse a pesquisa. Isso exigiu o preenchimento de dois formulários: um para a entrevista e outro para os questionários com o escopo de coletar informações e dados curriculares para o trabalho. Abaixo, temos uma ideia do que foi feito na solicitação

> Este trabalho tem como objetivo investigar a violência contra professores, e procura encontrar alternativas existentes nas escolas que possam servir como modelos para a resolução de conflitos. A violência contra os professores é um fenômeno mundial, e já foi o tema de 5 conferências mundiais patrocinado pela Organização das Nações Unidas-ONU, que é tão preocupante que este tema deve, portanto, ser estudado e debatido, a fim de encontrar possíveis soluções para conflitos nas escolas e / ou para aliviar o problema. Serve esta pesquisa para apontar o conflito e mais tarde para ajudar na busca de políticas públicas que atendam às suas necessidades. Na assertivamente de que Vossa Senhoria com a sua experiência de ensino e experiência administrativa, nessa unidade escolar terá informações importantes que podem esclarecer questões relacionadas com o problema. Informamos que sua identidade será protegida e sigilosa. Agradecemos por usar Um pouco do seu precioso tempo para responder a essas perguntas, o que

> certamente contribuirá enormemente para o desenvolvimento dessa pesquisa. (em Anexo)

O primeiro contato com a escola aconteceu em fevereiro de 2017, onde foi proposto o estudo, o qual o gestor aceitou informalmente a proposta. Somente após o projeto aprovado retornamos à escola para formalizar os pedidos e, assim, iniciar a pesquisa. Quando o diretor assinou o termo de consentimento da pesquisa (Apêndice A), então começamos o trabalho.

Optamos por uma entrevista com 3 (três) questões abertas dirigidas aos professores, diretor da escola, coordenador pedagógico e, orientador educacional (Apêndice D). As perguntas foram feitas de acordo com os objetivos da pesquisa e nos deram respostas mais precisas e claras. Para a coleta de dados com professores e gestores, fizemos um questionário com 3 (três) perguntas fechadas e objetivas, com a opção de marcar apenas um quesito de cada vez e, assim, coletar os dados de forma mais objetiva (Apêndice C). Para os alunos foram realizadas observações, sem questionário. Sem dúvida, a escolha de ferramentas de coleta de dados ajudou enormemente na busca para responder os objetivos do trabalho de pesquisa.

Em 23 de julho de 2018, iniciamos a aplicação de questionários com professores e gestores. Os trabalhos foram realizados em 3 (três) dias de aplicação dos questionários. Em seguida, aplicamos as entrevistas com os professores e, para concluir este processo de coleta de dados fizemos as observações com os alunos em sala de aula. No dia 16 de agosto, finalizamos a aplicação das técnicas. O período entre 23 de julho e 16 de agosto foi o curso de tempo que tivemos para coletar, impressões e avaliações com os alunos.

As observações com os alunos foram necessárias para comparar e cruzar os dados obtidos com os professores através das entrevistas e questionários.

Nesta parte do trabalho vamos explicar como foram elaborados os materiais para a coleta de dados, assim podemos exemplificar que é

fundamental construir com muita clareza os instrumentos para que eles possam ir de encontro com o tema geral e evidentemente responder as inquietações dos objetivos propostos no projeto de pesquisa.

Primeiramente, foi elaborado um questionário para gestores escolares do corpo administrativo da escola (Apêndice C). Tomamos o cuidado de esclarecer os gestores com orientações que estão contidas no final deste trabalho. Citamos, por exemplo, que, as respostas deles seriam anônimas e secretas e seriam utilizadas apenas pelos investigadores da Universidad Politécnica y Artística del Paraguay (UPAP). Fizemos isso para garantir sua integridade física e moral perante os alunos e para protegê-los de possíveis agressões em um futuro próximo.

Para focarmos direto no tema, fizemos 3 (três) perguntas: a primeira para saber os fatores causadores de violências contra os professores; a segunda para saber quais são os pontos de maior tensão entre alunos e professores; e finalmente uma questão que se refere às práticas dos professores e se essas práticas seriam possíveis causas de violências contra os mestres (Apêndice E).

Na sequência elaboramos um questionário físico e uma entrevista por meio de um gravador de celular aos professores, Coordenador Educacional e ao Orientador Educacional. Esclarecemos para eles que o trabalho do aluno de mestrado era investigar as causas de violências praticadas pelos estudantes contra os professores e que estávamos, mediante o trabalho, buscando alternativas que poderiam servir para a solução de conflitos entre alunos e professores.

O questionário foi elaborado com 3 (três) perguntas subjetivas (Apêndice D). Esse tipo de questionário serviu para colher as impressões dos professores e a estratégia usada foi dar aos professores copias impressa para eles respondessem em suas casas. Fora dado 15 (quinze) dias para que eles escrevessem suas impressões, no final o pesquisador foi buscar os questionários com os professores. Também foram usadas às mesmas questões para as entrevistas. Fizemos isso para que o tema

fosse centrado em questões que comtemplassem as causas de violências contra os professores. A entrevista ao nosso entendimento foi muito mais proveitosa porque os professores falaram muito mais das relações conflituosas com os alunos.

Com os alunos fizemos observações em sala de aula, uma vez por semana. Aplicamos as observações com os alunos para saber suas impressões a respeito da violência praticada por eles contra os professores. Algumas conversas foram gravadas em celular e falamos para eles não temerem, pois o material coletado seria usado, apenas pelos investigadores da UPAP. As perguntas realizadas com os alunos ficaram gravadas no celular pessoal do investigador.

Os materiais coletados por esses instrumentos estão citados ao longo do trabalho de pesquisa e principalmente na discussão dos dados.

CAPÍTULO IV – ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS

1. A VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA OS PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA E A SOCIEDADE

Levando em consideração os objetivos da pesquisa e seu propósito de analisar a violência praticada pelos estudantes contra professores. Chegamos a esse ponto para apresentar as informações obtidas e coletadas durante o processo de aplicação das técnicas de coleta de dados. Sabemos que essas técnicas não são infalíveis, mas levando em conta a proposta deste trabalho que é. Como se origina a violência de estudantes contra professores? Buscamos objetivamente, dentro dos limites do trabalho de pesquisa, esclarecer o problema aplicando técnicas de coleta de dados. Assim que apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas e questionários com: professores, gestores e com alunos, observações e entrevistas.

Considerando o problema da violência vivenciada pelos professores causada pelos alunos. Tivemos que adotar uma abordagem mais profunda do tópico em tela através do estudo dos fatores.

O professor no contexto da escola é destituído de autonomia e autoridade. A desconstrução de sua autonomia e autoridade cria uma lacuna para que os alunos nas aulas ou na escola pratiquem a violência. A familiarização com a agressividade e a violência multifacetada delibera que o aluno, supostamente, pode fazer de tudo, sem limites. Ele passa do adolescente aluno ao marginal. A prática da violência pelos adolescentes está se tornando “normal” na sociedade brasileira. E a prática da violência por eles é relativizada. Neste sentido, o que eles praticam não é violência, segundo, sua visão pessoal. Para eles, a transgressão é algo que faz parte da juventude e que, portanto, não pode ser considerado crime.

2. ATO LEGAL E ATO INJUSTO DOS ADOLESCENTES

Considerando que nem todo ato legal é justo e que, embora os atos violentos praticados pelos estudantes sejam protegidos por lei, constituindo atos jurídicos legais. O mal por si só não justifica atos malignos, mas na esfera legal brasileira nenhum ato maligno praticado pelos adolescentes, mesmo que seja a morte de alguém ou a destruição de uma família inteira, não é considerado crime, mas apenas um ato infracional o resultado disso é imensurável. O fato legal, juridicamente perfeito, desse ponto de vista, embora protegido por lei, seria realmente justo? Seria justo queimar o rosto de um professor ou espanca-lo sem que o adolescente sofresse uma penalidade? De certa forma, um dos fatores que afetam a relação entre professores e alunos é a falta de punibilidade do comportamento maligno dos alunos e sua inimputabilidade.

Legalmente falando, o adolescente não comete crime, como está prescrito nos artigos 103 e 104 do ECA.

> Artigo 103 A conduta descrita como crime ou infração penal é considerada ato infracional. Artigo 104 As pessoas menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, sujeitas às medidas previstas nesta Lei. Parágrafo Para os fins desta Lei, a idade será considerada do adolescente na data do fato.

Para as condutas criminosas (ato infracional), o ECA é taxativo em afirmar que os adolescentes não cometem crimes, eles são criminalmente inimputáveis. Naturalmente, os artigos acima se opõem ao conceito material de crime no Código Penal Brasileiro (CPB), onde existe o conceito de conduta-crime. Segundo alguns dos entrevistados, um dos problemas da violência contra o professor é a lacuna que o ECA dá ao adolescente, pois ele não tem limite e sua conduta maligna é presenteada com o artigo acima. Sem dúvida, essa lei gerou uma enorme gama de adolescentes infratores, mas não criminosos, de acordo com os artigos 103 e 104 do ECA. Por outro lado, temos o conceito de crime no CPB onde, o conceito material, define o crime como uma ação ou omissão que

é proibida e se destina a evitar, ameaçando com pena, porque constitui uma ofensa, dano ou perigo a um direito legal individual ou coletivo sendo esse o caso, o crime constitui um desvio social. Segundo (Machado, 1987, p.78), “o conceito material de crime busca a essência do crime, estabelecendo limites legislativos de criminalização de comportamento distorcido”. O crime, segundo o conceito material, “é o comportamento praticado pelo ser humano que prejudica ou expõe ao perigo o bem protegido pelo direito penal” segundo (Noronha, 1983, p.410).

Desta forma, temos dois conceitos diferentes para a mesma prática. Por exemplo, se um adolescente mata uma mãe de família e ele tem 17 anos e 364 dias, ele não cometerá crime. É um absurdo porque ele matou uma mãe. Por outro lado, no Brasil existe uma dívida social muito grande por parte dos governos referente aos adolescentes.

Segundo alguns professores, o ECA é parcialmente culpado porque, em vez de punir o aluno, a lei os protege. “O ECA é uma lei para criar jovens bandidos, porque eles não aceitam regras, são arrogantes e não respeitam ninguém, sabem se cometerem alguma violência contra o professor, não serão punidos, no máximo os juízes farão uma medida protetiva, mas eles vão voltar a praticar atos violentos na escola e na rua”. (Professor Cálmon).

Um dos Orientadores Educacionais afirma que alguns fatores que faltam na convivência familiar contribuem para que o jovem seja violento, por isso ele descreve “que as atitudes negativas dos pais, como a falta de afeto e ternura com os filhos, pais extremamente agressivo, casais que estão constantemente lutando, a coexistência da criança com pessoas violentas, a falta de limites ou o excesso de liberdade, métodos tradicionalmente repressivos, como golpes físicos”. (Orientador Educacional). Esses fatores, segundo ele, são fortes indícios de que os jovens também serão agressores.

Pouco tem sido aplicado na busca de amenizar às mazelas sociais. Neste sentido, temos duas partes do problema, uma que é a causadora da violência a outra que é o meio esta gerando conflito e o efeito

pernicioso. Mas podemos ponderar que o professor nesta situação fica sem saída, ele não sabe o que fazer, se ele procura as autoridades para solicitar aos agentes competentes a orientação necessária para o problema ou fica em seu silencio, com medo de represálias por parte dos infratores. Na maioria das vezes, ele escolhe permanecer em silêncio. Os professores, por meio das ameaças dos alunos, preferem ficar calados e suportar o ritmo da violência que muitas vezes gera traumas e processos somáticos que causam doenças emocionais. Em muitos casos, os professores sofrem com os problemas sozinhos e os seus próprios colaboradores não se solidarizam com ele. Desta forma, ele permanece isolado sofrendo só e sem o apoio de outros colegas de trabalho.

Além das constatações desta investigação, temos também o posicionamento do sindicato dos professores com histórias de experiências conflituosa e embaraçosa. São situações que causam e acarretam traumas aos professores que os deixam frustrados e, em muitos casos, têm que abandonar a sala de aula devido a comportamentos violentos dos discentes.

A vida dos professores está em perigo. Durante os trabalhos de pesquisa, foram coletados dados que refletem essa realidade. As informações coletadas referem-se a esse problema que dificulta a vida dos professores em sala de aula. Os dados coletados e as observações foram comparados com o referencial teórico que deu embasamento a este trabalho de pesquisa. Ao refletir sobre a violência contra os professores pelos alunos, percebe-se que o referencial teórico está de acordo com a pesquisa de campo realizada por este pesquisador.

Assim foi possível comparar com mais precisão, o trabalho teórico e a pesquisa, propriamente dita. De fato, as questões pré-estabelecidas foram respondidas de forma mais clara, depois da análise dos resultados processados.

3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM OS GESTORES DA ESCOLA ESTADUAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO

A partir desse momento estaremos realizando a análise dos dados obtidos com os gestores da escola onde a pesquisa foi realizada. A análise foi realizada questão por questão, e os itens foram discutidos de acordo com os dados obtidos.

Em primeiro lugar, é importante dizer que as perguntas utilizadas para a coleta de dados com os gestores foram formuladas buscando fatores que demonstrassem as causas da violência contra os professores (Apêndice C). Para cada questão, foi construída uma tabela para apresentar os dados coletados. Neste sentido vamos prosseguindo com a análise de tabela em tabela. As questões foram colocadas à disposição, onde os gestores responderam marcando cada item de 0 a 10, sem repetir a nota para cada item. A pesquisa mostra que os dados obtidos estão, em sua maioria, de acordo com os dados da média nacional, no Brasil e também correspondem com o marco teórico. Dessa forma, a escola investigada também reflete a situação de violência contra professores encontrada em outros estados brasileiros.

3.1 Causas de violências contra professores

3.1.1 A desestrutura familiar

Conforme explicado na Tabela 6, os gestores apontam como uma das principais causas de violência contra os professores a **desestrutura familiar**, com uma média de 8 (oito) dos 4 (quatro) participantes. Os dados foram obtidos por meio de uma pesquisa para os gestores da escola com todos os 4 (quatro) profissionais que comportam a gestão administrativa. A família para esses gestores apresenta-se como fator fundamental para o sucesso dos jovens estudantes, mas a presença dos pais deles na escola é muito rara. Segundo o diretor da escola, ele afirma

que, normalmente os pais aparecem na escola para exigir dos professores, mas a maioria não aparece nas reuniões de pais e mestres. E continua dizendo que é comum os pais aparecerem no final do ano letivo para exigir que seus filhos passem de série e muitas vezes chegam a agredir verbalmente os professores. (Gestor escolar).

Tabela 6: Notas (de 0 a 10) dos gestores sobre as causas de violências contra professores.

Fatores Sociais	**Notas**				**Média**
Desestrutura familiar	10	08	08	06	08
Impunidade do regimento da escola e do ECA	05	06	07	06	06
Drogas	05	09	07	04	6,25
Falta de perspectiva para o futuro	04	05	08	03	05

O orientador educacional corrobora as ideias do gestor educacional ao afirmar que “nas reuniões em que os pais devem estar presentes para ver e procurar resolver questões relativas aos seus filhos, eles não aparecem, às vezes enviam seus filhos mais velhos para representá-los, mas poucos aparecem na escola durante o ano. Eles geralmente vêm para a escola no final do ano letivo, principalmente para lutar e agredir professores quando seus filhos não podem passar para outra série”. (Orientador Educacional). A desestrutura familiar reflete a violência contra os professores uma vez que

> Encontramos muitas crianças e adolescentes com famílias desestruturadas, sem a presença da figura paterna. Com isso acabam chegando à escola sem um mínimo de socialização, no sentido de impor limites, orientação para a vida. A escola muitas vezes não está preparada para esse tipo de situação. Junto a isto, há uma crise da própria escola, hoje, para esta situação de crise, de mudança, de informação acelerada, que não consegue perceber qual será o seu espaço na sociedade? Até que ponto a escola começa a aparecer para essas pessoas como uma maneira de encontrar um espaço na sociedade? Quando a criança e o adolescente percebem que estão em uma escola desatualizada, sem estrutura, sem a capacidade de abrir portas para esse novo mundo ao qual vão ter que se conectar, muitas vezes reagem de forma violenta (AZEVEDO, 2006, p. -13).

A escola tem sido palco de violentos ataques decorrentes da vida em sociedade, considerando que alunos e professores expressam fragmentos de uma experiência vivenciada no ambiente social e a qual se reflete na escola. A desestrutura familiar aparece neste caso como o fator mais frequente (Tabela 6).

No ambiente familiar, muitos jovens acabam vivenciando episódios de violência entre familiares que acabam refletindo no desenvolvimento psicológico e emocional de cada um deles, além de afetarem o desenvolvimento escolar e suas relações sociais. Então, a relação entre escola e família é

> hoje, um tema de destaque na discussão sobre garantir o sucesso dos alunos na escola. Os professores são frequentemente ouvidos que o apoio da família é essencial para o bom desempenho do aluno, mas muitas vezes essa expectativa de ajuda torna-se um fator de acusação, atribuindo à família toda a responsabilidade pelo mau desempenho escolar da criança. . Quando se trata de crianças de classes populares - a maioria da população que sofre o chamado fracasso escolar - devemos reconhecer que um modelo de família e da relação entre pais e filhos é tomado como parâmetro. (MARINI; MELLO, 2000, p.1)

No ambiente familiar, são impostos pequenos limites aos jovens. Com a liberdade de satisfazer suas próprias vontades sem qualquer orientação de bom comportamento, o público jovem acaba sendo um espelho de seu próprio ambiente familiar, os país tem a escola como local de ensino e não consegue distinguir instrução educacional e não sabe que a educação começa em casa. A ausência de acompanhamento familiar é um fator agravante. “Os pais não acompanham os seus filhos porque muitos deles trabalham, ou muitas vezes não se importam”. (Couto, 2008, p.37)

3.1.2 A Impunidade do regimento da escola e do ECA

É necessário fazer alguns esclarecimentos a respeito da impunidade dos jovens infratores a iniciar pela Constituição da Republica

Federativa do Brasil. A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adotou em seu texto a teoria da proteção integral. A teoria que até então prevalecia no ambiente legal era a chamada teoria da situação irregular onde a criança e o adolescente eram considerados “menores” e de certa forma não eram sujeitos de proteção integral. O Código dos Menores Lei 6.697/ 79 entendia que a criança era um ser comum como os demais, de modo que seu tratamento era igual aos demais, no caso de crimes que eram considerados infratores e sujeitos à medidas judiciais, todas as vezes em que praticam algum tipo de ato ilícito. Basicamente, essa era a base doutrinal do antigo código juvenil.

Com o advento da Lei 8.069, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entrou em vigor em 1990. A teoria da proteção integral foi regulamentada e ganhou força nos meios legais e sociais. A criança e os adolescentes tornaram-se sujeitos de direitos, em parte devido a sua condição de seres em processo de amadurecimento e formação intelectual. Caracterizado como menores no código antigo e como delinquentes, vagabundos, então o antigo código chamava o "menor" de acordo com seu comportamento.

No ínterim do ECA, essa realidade doutrinária e jurídica sofre uma mudança súbita. Desta vez, o ECA trouxe a regulamentação das garantias constitucionais ás crianças e adolescentes. Um dos mais belos artigos da Constituição da República Federativa do Brasil é, sem dúvida, o artigo 227 que estabelece paradigmaticamente a teoria da proteção integral referente a crianças e adolescentes, *in verbis*

> Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de protegê-los de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL 1988).

A proteção integral, sem dúvida, gerou muitas expectativas de melhoria para a vida dos adolescentes, no entanto, não foi o que aconteceu. Devido à vulnerabilidade e em muitos casos a falta de punição ao infrator menor, os desvios da conduta lícita exorbitaram e foram extensivos até a escola. Com isso, os professores se tornaram vítimas de jovens delinquentes. A impunidade, juntamente com uma proteção integral, fez da escola um local de ataques violentos e até mortes de professores. O artigo 112 do ECA demonstra a fragilidade das medidas de proteção e entre os comportamentos mais terríveis, inclusive os homicídios, não ultrapassa os dois anos de medidas protetivas, no caso a internação em um estabelecimento de ensino.

Vamos ver como a situação é muito forte. Mesmo um adolescente praticando o assassinato de um professor, não passará mais de dois anos internado em um estabelecimento escolar. As medidas de proteção dos adolescentes estão listadas abaixo.

> Art. 112. Verificada a prática de ato ilícito, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
> I - Advertência
> II - obrigação de reparar o dano;
> III - prestação de serviços à comunidade;
> IV - liberdade assistida;
> V - inserção no regime de semiliberdade;
> VI - internação em estabelecimento de ensino;
> VII - qualquer dos previstos no art. 101, I a VI.
> § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em consideração sua capacidade de cumpri-lo, as circunstâncias e a gravidade da infração.
> § 2º Sob qualquer hipótese e sob qualquer pretexto, não será admitido o benefício do trabalho forçado.
> § 3º Os adolescentes portadores de deficiência mental receberão tratamento individual e especializado em local apropriado às suas condições. (BRASIL, ECA, 1990)

Entre os fatores estudados, a impunidade apresenta a segunda colocação, com média 6 (seis), entre os fatores que causam violência contra os professores (Tabela 6). No Brasil, isso ocorre devido à flexibilidade e impunidade da lei. Muitos estudantes sabem decorados seus direitos, mas esquecem de seus deveres com a sociedade. O ECA é

um divisor de opiniões no Brasil. Para amenizar esta situação de incerteza, a pesquisadora Abramovay (2005) destaca que nas escolas, a participação de todo o grupo escolar é necessário, não só os gestores e professores, mas os alunos, pais, funcionários, mídia, polícia e outros sujeitos. Para esta pesquisadora os pais devem participar juntamente com as escolas estaduais e municipais de ensino no estudo de propostas e medidas contra a violência nas escolas, contribuindo para a preparação de pessoal e material para formação de pessoal qualificado, debater as políticas e segurança de gestão com autoridades escolares e com a comunidade em geral.

Conforme expresso no artigo 53 da Lei 8.069/ 90 em seu parágrafo único “É direito dos pais ou responsáveis ter conhecimento do processo pedagógico, bem como participar da definição de propostas educacionais”. Nos centros de educação a família é um eixo fundamental para o adolescente ter sucesso em sua vida.

3.1.3 As drogas

O fator, drogas alimentam a violência, não só pela intencionalidade do aluno, mas também pela excessiva coragem que a droga confere ao usuário. Os estudantes geralmente que estão estudando no ensino médio, estão em uma idade em que os adolescentes estão amadurecendo sua personalidade e procurando novos desafios delineando várias perspectivas. O adolescente, nessa fase humana, está em busca de alternativas e de uma identidade própria que o represente frente aos desafios da vida, para que ele possa abrir as possibilidades e influências de pessoas e experiências que possivelmente definem sua personalidade. Essa vulnerabilidade requer muitos cuidados familiares, mas os pais nem sempre conseguem estar em seus lares; trabalham o dia inteiro longe de casa. O contato dos adolescentes com as drogas aparece como uma oportunidade para demonstrar força e para se impor diante dos outros, mas ele nem sabe que está em perigo, porque não consegue

distinguir o real do imaginário. É por isso que o contato com drogas nessa fase pode ser muito prejudicial para o adolescente.

No contexto da escola investigada, além das drogas, há estudantes constantemente embriagados, com uso excessivo de álcool, assim como estudantes que já foram flagrados portando maconha dentro da escola.

Então, essas drogas estão conflitando a relação entre professores e alunos. Por um lado, o professor não está preparado para enfrentar essa situação e, por outro lado, o adolescente, além de ser vítima das drogas, é usado pelos traficantes para disseminar substâncias proibidas na escola.

O professor, ao apresentar sentimentos negativos em relação às drogas, sempre causará um distanciamento do aluno e também de sua função e, provavelmente, será muito difícil para o professor se comprometer diretamente em trabalhar com jovens envolvidos com problemas de drogas. Na visão de (Placco, 2011 p 673) “será quase impossível para o professor se comprometer com este trabalho, por isso os projetos de educação preventiva continuarão a apresentar dificuldades de implementação no ambiente escolar”. A falta de qualificação profissional para enfrentar problemas que não são estudados nem nos cursos de formação nem nos cursos de capacitação gera uma incerteza e ao mesmo tempo uma impotência frente ao problema. As drogas estão presentes na escola, mas os professores estão presentes na vida do aluno?

Enquanto o professor apresenta sentimentos negativos em relação às drogas, o que causa medo e distanciamento da função preventiva; será quase impossível que ele se comprometa com esse trabalho. Assim, os projetos de educação antidrogas continuarão apresentando dificuldades de implementação nas proximidades da escola e no ambiente escolar (Placco, 2011). Um dos problemas do uso de drogas na escola é que ela esconde uma realidade que vai além dos muros da instituição escolar, refletindo uma situação social no que afeta a escola e a família. Para se ter uma ideia, há constantes diligências trazendo traficantes de

drogas para a delegacia. Muitos jovens estão em um estado vulnerável devido ao assédio dos traficantes e em parte por causa das condições econômicas e sociais em que vivem.

Com os dados e observações obtidos através dos questionários aplicados, foi possível observar que o uso de drogas no ambiente escolar está sendo utilizado indiscriminadamente tanto com substâncias lícitas quanto ilícitas. O uso ilimitado de drogas entre os jovens está se tornando cada vez mais comum, principalmente entre os adolescentes que frequentam o ensino médio na escola investigada.

3.1.4 Falta de perspectiva para o futuro

Pelo fator “Falta de perspectiva para o futuro”, percebemos através dos dados que os alunos não acreditam muito em seu futuro devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho. Pesquisa realizada no Brasil em (2012 e 2013) com jovens entre 15 e 19 anos realizadas pela Fundação Victor Civita (FVC) em parceria com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CBAP). Confirma que a falta de perspectiva para o futuro tem um grande peso para os jovens e que eles acreditam que a escola está no caminho errado quando se trata de projetos e conteúdos curriculares. Para os jovens, não há utilidade no conteúdo da sala de aula para a vida prática. O excesso de disciplinas também contribui para a evasão escolar. Diante desse cenário, a escola precisa acompanhar as necessidades da sociedade e a realidade dos alunos para atender suas angústias e desejos. Criar oportunidades e melhorar projetos educacionais relacionadas com as necessidades da realidade dos jovens que estão em processos de vulnerabilidade; acreditam que seus projetos de vida e novos desejos não podem ser realizados e com essas frustrações só aumentam os conflitos entre alunos e professores; e os ataques agressivos acontecem durante as aulas e, obviamente, os professores sofrem as consequências.

Para se ter uma ideia sobre essa situação, consultamos o MEC. O que nos informa que entre a década de 2002 a 2012 houve uma evasão de alunos no que diz respeito à educação básica de 8,7 milhões caiu para 8,3 milhões uma média de 400 mil alunos pararam de estudar (Brasil, 2013). Desta forma percebe-se que a escola não está respondendo e conectada com os anseios e perspectivas dos jovens estudantes. A escola brasileira está longe de acompanhar as mudanças que a sociedade produz muito menos as mudanças dos alunos. O estudo revelou que os estudantes não assimilam a utilidade do conteúdo das aulas, uma vez que não tem relação com suas vidas práticas.

Assim, os fatores indicam que há uma relação estreita com as reações dos alunos, na verdade essa falta de perspectiva, afeta as relações com os professores. É importante salientar que a violência contra o professores não é um fator isolado na sociedade, ocorre como resultado de uma sociedade excludente que afeta todos os setores sociais e entre eles as relações dos pares e dos grupos escolares tendo como causa eficiente as relações entre os estudantes e professores.

3.2. Ponto de tensão entre alunos e professores

3.2.1 Falta de respeito

Em relação aos principais pontos de tensão entre alunos e professores, temos os seguintes resultados: “falta de respeito” com os profissionais da educação aparece em primeiro lugar nesta pesquisa (Tabela 7). Na realidade, a própria situação nacional revela que a maioria dos professores não é respeitada em parte porque a profissão docente é consideravelmente desvalorizada pela sociedade. Percebe-se que a sociedade em geral perdeu o respeito pelo professor, um profissional que ensina todos os demais profissionais deve ser mais respeitado. O respeito em nossa conjuntura social, como um valor, foi perdido no tempo e no espaço. Infelizmente, esse valor foi esquecido, porque as famílias não

educam seus filhos e, em muitos casos, não percebem suas atitudes dentro e fora de casa.

Tabela 7: Notas (de 0 a 10) dos gestores sobre o ponto de tensão entre alunos e professores.

Ponto de tensão entre alunos e professores	Notas				Média
Falta de respeito	08	10	09	06	8,25
A indiferença a presença do professor	06	06	05	07	06
Desconsideração pelo poder exercido em sala de aula	08	05	06	05	06
Rejeição aos métodos de ensino	05	05	07	05	5,5

Não se pode indicar um único fator que explique a falta de respeito pela formação profissional de professores, mas se pode indicar uma série de variáveis que de alguma forma mostram a situação atual de falta de respeito pelos mestres. Embora existam fundamentos legais, como a lei 267/2011 que regulamentou o art. 53-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências”, a fim de estabelecer deveres e responsabilidades para a criança e adolescente estudante e punir os excessos praticados pelos alunos, sozinho não é suficiente. Os especialistas no assunto acreditam que a falta de respeito está ligada à questão do aprimoramento da profissão docente e da valorização do profissional da educação é o caso de José Carlos Libâneo ao afirmar que

> a desprofissão afeta diretamente o status social da profissão, como resultado dos baixos salários, precária formação teórico-prática, falta de carreira, más condições de trabalho. Com o descrédito da profissão, as consequências são inevitáveis: abandono da sala de aula em busca de outro emprego, redução da demanda por cursos de graduação, escolha de cursos de licenciatura ou pedagógicos como última opção (em muitos casos, são estudantes que obtiveram menor classificação no vestibular), falta de motivação dos alunos matriculados para continuar o curso. (LIBANEO, 2000: 43).

A falta de respeito pelo professor reflete uma imagem que pode ser assim sintetizada: Falta de uma boa preparação para trabalhar questões didáticas, remuneração abaixo das expectativas do mercado, perda do

poder de compra e, consequentemente, descrédito social e legitimidade abalada pela violência em sala de a aula.

3.2.2 A indiferença à presença do professor

“A Indiferença à presença do professor” (Tabela 07). Um dos valores que os estudantes, em sua maioria, deixam de praticar é a urbanidade, causando desrespeito e indiferença à presença do professor. Na escola há um clima de indiferença à presença de mestres tão evidente que até os professores deixam transparecer essa falta de valor. A indiferença possivelmente está ligada ao tipo de família existente, hoje no Brasil, onde não há mais respeito pela presença dos pais. Os jovens vivem uma experiência de violência e desrespeito dentro e fora de casa. Essa situação gera de certa forma a indiferença praticada pelos alunos, referindo-se à presença do professor. Podemos dizer que a violência doméstica gera um processo perverso de experiências que atinge a escola, afetando a relação entre alunos e professores. Hoje podemos dizer que a conturbada relação entre alunos e professores está diretamente ligada ao tipo de família que temos no Brasil.

Por outro lado, temos a influência externa, estes são fatores que ocorrem fora do ambiente escolar, mas que influenciam diretamente o comportamento dos adolescentes dentro das instituições escolares, como a exclusão da convivência escolar, o assédio de grupos criminosos como facções, falta de perspectivas para o trabalho (Candau, 1999). A ausência de controle social também afeta os jovens, aumentando a violência entre eles e resultando em violência contra os professores. A especialista Abramovay (2005) também se refere às condições sociais de empobrecimento das famílias como um fator externo que interfere nas relações entre professores e alunos. Acreditamos que um dos fatores externos que interferem na relação de violência entre alunos e professores é a falta de definição de políticas públicas voltadas a melhorar e orientar a definição do futuro dos jovens, o que na verdade se

torna uma grande incerteza para os estudantes do Brasil, principalmente do ensino médio.

Na realidade, o que especifica e caracteriza a violência é o desrespeito do outro, a falta de alteridade e a própria negação do outro como um ser de possibilidades e que ocorre de forma macro e micro dentro da sociedade brasileira, institucionalizada ou não. Bourdieu, (2001) acredita que a violência escolar é um reflexo da violência institucionalizada, na perspectiva de que a violência é exercida contra as classes populares, tendo como suporte pedagógico a autoridade. Parece-nos que a violência praticada pelos alunos é reflexo de uma estrutura superior que se impõe, mediante a desmitificação da violência pela própria violência, seja ela física, simbólica e ou psicológica, mas que afeta diretamente as relações de convivência entre os pares.

3.2.3 Desconsideração pelo poder exercido na sala de aula

É comum ver alunos nas salas de aula usando telefones celulares, conversando paralelamente uns com os outros. Isso mostra um desrespeito pelo professor que tenta mostrar que está na sala de aula tentando melhorar a vida dos alunos. No entanto, ao contrário do que eles pensam, os alunos ignoram a presença do professor. O papel desempenhado pelo profissional da educação, aos olhos do adolescente, não tem validade. De certa forma, é uma cultura que se aprende em casa, pois não há educação baseada em princípios no lar, o adolescente estará sempre vulnerável pelo fato de ser manipulado pela sociedade dominante.

A desconsideração pelo poder exercido pelo professor em sala de aula está diretamente ligada à situação da família brasileira nos dias atuais, onde não há mais respeito pelos pais e nem por aqueles que os criam.

Perguntado em uma entrevista oral sobre essa situação, o professor (Sandro) disse: Eu acho que os professores não sabem como lidar com a situação de violência, tanto na escola quanto contra nós

mesmos. É uma situação que gera impotência e, ao mesmo tempo, incapacidade de enfrentar essa comoção social. Um tempo atrás, o professor era visto como uma autoridade dentro do ambiente social. Ele era respeitado na sala de aula, considerado pelos pais, hoje tudo é diferente de antes. O aluno não considera seu professor e em muitos casos ele zomba dele. Eu não vejo as autoridades preocupadas com o problema enfrentado pelos professores na sala de aula e então o que acontece é normal. O fato é que, se nada for feito para aliviar a violência contra os professores, contra a falta de respeito marcante contra essa classe, em breve teremos uma situação que ficará fora de controle. É notável em nosso ambiente como essa falta de consideração e agressividade com os profissionais da educação afetou toda a sua vida. O que vemos são colegas de trabalho tendo que sair da sala de aula devido a doenças emocionais e psicológicas. Com certeza a impotência do professor por falta de consideração com a pessoa gera muitos traumas e uma situação de inércia diante dos desafios de ser um educador hoje.

Estamos conscientes de que devemos cuidar da melhoria instrucional do adolescente, com o nosso trabalho procuramos dar o melhor de nós mesmos. Mas nem sempre os alunos correspondem. O efeito da desconsideração é visto na própria escola; são colegas que tomam medicamentos controlados para o trabalho e outros precisam se isolar para poder enfrentar mais um dia de trabalho. Há casos em nossa escola, em que professores foram readaptados por problemas psiquiátricos e outros foram até aposentados compulsoriamente devido a tanta violência na escola. O pior é que muitos professores dizem que não têm violência. “Isso é um verdadeiro absurdo” (Professor Sandro)

Tanto a indiferença em relação à presença do professor quanto a desconsideração pelo poder exercido nas aulas obtiveram média de 6, segundo a Tabela 7. Isso mostra que a maioria dos adolescentes de hoje, não se preocupa com o seu futuro e com o mais triste que estes os alunos não levam em conta os professores. Na verdade, é uma total falta de respeito com os professores. O professor que também é humano tem

emoção. É comum em relatos de professor que precisam de isolamento após um turno de trabalho, e vários são ao que pedem licença para tratarem de problemas psiquiátricos e outros que trabalham com acompanhamento médico e uso de medicação.

3.2.4 A rejeição aos métodos de ensino

A média representada pelo fato supracitado corresponde a 5,5, conforme a tabela 7. De certa forma, o modelo apresentado aos alunos não é agradável, nas observações orais, percebemos que muitos alunos não gostam dos métodos utilizados por muitos professores. Segundo a aluna (Sophia) ela diz: "Eu gosto de algumas delas. A professora (X) explica o assunto e pergunta se alguém tem dúvidas e quando ninguém responde, um aluno aponta e faz uma pergunta sobre o assunto estudado no momento anterior. Normalmente o aluno não responde corretamente, então o professor tem a oportunidade de reexplicar o assunto. Outros professores não gostam de rever o assunto e a aula é muito chata. O professor (B), ao contrário, só fala e não interage com os alunos. Este professor só levou agente uma vez para fazer aula prática nós gostamos de aula prática".

Percebemos que o discurso do aluno requer e solicita mais diálogo com os professores e até mesmo ouvir suas dificuldades. O aluno gosta de ser questionado; quando o professor abre o diálogo e quando entra no mundo afetivo do aluno. O aluno (Marcelo) inferiu que o professor deveria primeiro conhecer as habilidades de seus alunos para iniciar a aplicação de seu conteúdo. Isso é expresso: "Muitos colegas de turma não gostam de certas disciplinas porque não têm nada a ver com suas vidas, acho que seria bom para o professor fazer um diagnóstico com os alunos para conhecer suas habilidades e seus desejos. Há muito material para estudar e às vezes me perco porque na sala de aula não consigo entender o que o professor explica".

3.3. A prática dos professores

Com relação à prática dos professores, as possíveis causas de violência foram expostas na tabela 8 com os seguintes resultados:

Tabela 8: Notas (de 0 a 10) dos gestores sobre as possíveis causas de violência e as práticas dos professores.

Fatores Sociais	Notas				Média
Professores sem aptidão para o magistério ou mal preparados	07	06	07	07	6,75
Professores não habilitados na regência de determinada disciplina	04	05	02	03	3,5
Professores sem motivação para o trabalho	04	03	06	05	4,5
Professores com excesso de carga horária	05	05	07	06	5,75

3.3.1 Professores sem aptidão para magistério ou mal preparados

Sem dúvida, a aptidão e a preparação têm uma relação de consistência diametral, onde espaços temporais são encontrados na realidade da profissão. No caso brasileiro existe uma relação de incerteza pedagógica, ou seja, em muitos casos o professor trabalha, sem ao menos ter aptidão, trabalha porque precisa de uma renda para pagar suas dívidas. Em outro caso, há uma preparação real dos professores nas universidades brasileiras e é muito provável que o tipo de preparação dos professores nas instituições seja cada vez mais precário. Os estudos de anos anteriores já mostravam vários problemas na consecução dos propósitos formativos atribuídos à formação de professores (Candau, 1999).

Com a criação do ISE o modelo brasileiro sofreu uma queda na preparação dos profissionais da educação, pois houve uma abertura para a criação de inúmeras faculdades, que não oferecem ensino de qualidade. (Demo 2004) acredita que professores sem aptidão para o exercício do ensino afetam diretamente o presente e destroem o futuro

dos adolescentes. E com respeito aos professores que não recebem uma boa preparação nas universidades, ele é enfático ao dizer (idem)

> Podemos sugerir que o problema tem a ver com o professor, mas não em correlação linear (o que não existe, com a verdade). Quando o professor não aprende - só fez aulas na universidade - ele faz na escola o que fizeram com ele na universidade - ele apenas ensina, aparentemente, o auge de sua função escolar, a prática desastrosa é consolidada: aqueles que não aprendem, dão aula.

Assim, a universidade brasileira se consolida como instituição que ensina a desaprender, desconsiderando as construções e experiências práticas das pessoas, construídas ao longo da vida e do senso comum. O que está em questão é a qualidade do ensino nas universidades brasileiras relacionadas à formação de professores, assim como

> Busca contribuir para o debate que busca melhorar a qualidade da formação desses profissionais, tão essencial para o país e proporcionar, nas escolas e salas de aula da educação básica, melhores oportunidades de formação para as gerações futuras. Estamos assumindo que o papel da escola, e dos professores, é o de ensinar-educar, uma vez que postulamos que sem conhecimento básico para a interpretação do mundo não existe uma condição verdadeira para a formação de valores e exercício da cidadania. Se trata das questões relacionadas aos diplomas de licenciatura a partir de dos egressos e das investigações que coordenamos sobre a formação dos professores, trazendo para a discussão dados sobre as condições de oferta desses cursos, suas características, as características dos egressos e suas condições de profissionalismo. (GATTI *et al*, 2008, volume 1 e 2)

3.3.2 Professores não habilitados na regência de determinada disciplina

Com relação aos professores não qualificados na regência de determinada disciplina, podemos inferir que na escola onde a pesquisa foi realizada existem professores que ministram aulas em outras disciplinas, mas que não têm qualificação na área em que estão lecionando, deixando uma lacuna no desenvolvimento deste tipo de trabalho. No caso da disciplina de filosofia, na percepção do pesquisador, esse profissional

além de estar desconectado dos temas essenciais da Filosofia, como a Lógica, por exemplo: onde ele não tem conhecimento para exercer tal conteúdo. Os alunos são afetados, porque não são oferecidos os conteúdos que abririam suas mentes para desenvolver uma melhor capacidade de análise reflexiva e crítica da sua realidade. E o professor permanece à margem do conhecimento filosófico, porque ele não lida cognitivamente com os conceitos referentes aos modelos de pensamento filosófico.

> O que acontece nas concepções formativas e nos currículos, com consequência na conduta profissional dos professores, é a crença de que uma coisa é o conhecimento disciplinar com sua lógica, sua estrutura e seus próprios modos de investigação e outra é o conhecimento pedagógico, entendido como domínio de procedimentos e recursos didáticos sem vinculação com o conteúdo e os métodos de pesquisa da disciplina lecionada. (LIBANEO, 2015)

Assim, a habilitação e a regência devem ser abordadas como um par indissolúvel, porque estão ligadas entre si, visando desenvolver as habilidades dos professores, estimulando-as ao conhecimento de técnicas e modelos científicos. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), o estudo aponta que um dos grandes problemas atribuídos ao sistema educacional são os professores desmotivados. Este item foi o mais votado no estudo e é apresentado como um dos principais problemas da educação brasileira. O estudo revela ainda que a população atribui grande peso no processo de formação profissional de seus filhos. Mas eles acreditam que os professores estão desmotivados, principalmente por causa da violência contra eles e dos baixos salários (IBOPE, 2010). Para se ter uma ideia do baixo salário, basta comparar com o desconto do imposto de renda mensal de um juiz. O imposto de renda mensal de um juiz é maior que o salário mensal de um professor no Brasil. Imagine a desproporção entre os lucros desses dois profissionais, apenas com esse exemplo. Nesta questão, citada pela pesquisa do IBOPE, os professores apontam três das cinco respostas apresentadas como deficiências centrais do ensino.

Além de acreditar que os profissionais são mal remunerados, 12% dos entrevistados acreditam que estão faltando professores nas escolas e 11% acreditam estar desqualificados. O que não deixa de ser uma verdade hipotética. Neste caso, podemos dizer que um bom professor é aquele que pode desenvolver uma prática para ensinar a disciplina, mas também procura compreender os alunos em formação e que vai além de sua rigorosa tarefa de passar conteúdo. O professor que procura ser amigo e se coloca na posição de jovem, buscando entender o que é ser jovem hoje na atual situação social no Brasil tem mais sucesso que os demais.

3.3.3 Professores sem motivação para o trabalho

O binômio “professores sem motivação para o trabalho e professores com excesso de trabalho” (Tabela 08) estão inter-relacionados uma vez que a situação de um depende do outro. No caso da escola pesquisada, constatou-se que 60% dos professores ministram aulas em outros estabelecimentos de ensino, ou seja, trabalham em escolas estaduais e em escolas municipais. Aqui não podemos analisar esta questão foi apenas uma curiosidade nas observações realizadas. Mas deve-se notar que os professores que trabalham com dois contratos, geralmente têm baixo desempenho e rendimento, porque o excesso de carga de trabalho sobrecarrega esses professores fisicamente. O item, professores sem motivação para o trabalho; a partir dos dados da pesquisa constatou-se que, em uma escala de 0 a 10, os quatro gestores da escola sob investigação deram notas que resultaram na média de 4,5 (Tabela 8). Um índice considerado dentro dos padrões dos resultados nacionais. Mas é considerado um índice muito alto e preocupante. Este fator pode ser considerado uma causa de tensão entre professores e alunos devido à falta de motivação para o trabalho, que de certa forma é percebida pelos alunos.

Faltam diálogos com os estudantes, gerando um clima apreensivo entre alunos e professores. Percebeu-se que nesta escola muitos estudantes buscam o diálogo com o professor do qual gostam da disciplina e, discriminam os professores que não gostam de sua disciplina e, por outro lado esse tipo de professor não procura incentivar os alunos a gostar de suas aulas, este modelo de relacionamento que acaba gerando conflitos entre alunos e professores.

Nesse sentido, a violência contra o professor, e sua maneira de exercer o seu trabalho influencia direta ou indiretamente sua motivação profissional e no desempenho dos alunos. As diferentes formas de agressão geram situações de extrema incerteza e levam os professores à desmotivação, afetando sua saúde mental e consequentemente sua prática e contribuindo para uma educação de baixa qualidade.

Os professores, ao estarem sujeitos a ameaças, agressões e desrespeito de qualquer ordem na sala de aula, sentem-se desencorajados e desmotivados a continuar na profissão. O fato de não poder punir os alunos que não aceitam submeter-se às regras da escola e da autoridade docente sem ter sua integridade física e moral comprometida afeta o desenvolvimento do trabalho em sala de aula e, consequentemente, o aprendizado dos demais alunos (Gurgel; Matos, 2012). Então, para esses autores

> a falta de motivação causada pela violência na escola impede que os professores façam seu trabalho de maneira satisfatória, causando danos aos alunos, escolas e ao país. A violência que os professores enfrentam é resultado de inúmeros fatores, entre eles: pouca segurança na escola e no entorno, falta de punições administrativas e judiciais mais severas para estudantes indisciplinados ou violentos e a omissão da família na vida educacional dos alunos. Muitas são as histórias de profissionais que sofreram algum tipo de violência física ou moral e que não buscam seus direitos por medo de represálias dos estudantes ou de suas famílias. (GURGEL; MATOS, 2012).

3.3.4 Professores com excesso de carga horaria

O excesso de carga horária de trabalho representa uma média de 5,75 de um total de 10 pontos em relação às possíveis causas de violência contra professores e suas práticas (Tabela 8). Carga excessiva de trabalho é prejudicial para o desempenho do profissional de educação, bem como afeta sua saúde. No Brasil, os professores efetivamente têm que ensinar 800 horas de aulas isso sem contar o tempo que os professores gastam na sala de aula em cursos de qualificação ou planejamento, bem como correções de exercícios, trabalhos de pesquisa e testes e, além disso, preenchimento de diários e anotações, entre outras questões. É assim que a Lei 9.394/ 96 determina no artigo 24

> Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
> I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por, no mínimo, duzentos dias de trabalho escolar efetivo, excluindo-se o tempo reservado para os exames finais, quando disponíveis;
> II - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e o ensino médio, distribuída por, no mínimo, duzentos dias de trabalho escolar efetivo, excluindo-se o tempo reservado para os exames finais, quando disponíveis; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017 (BRASIL 2017)

Dessa forma, no Ensino Médio, considerando a legislação vigente, estima-se que um professor da rede pública gaste 800 horas efetivas por ano trabalhando em sala de aula. Os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho de Educação Básica (CEB) são enfáticos ao afirmar que:

> o mínimo de duzentos dias deve ser rigorosamente cumprido, mesmo que implique uma defasagem entre o ano letivo e o ano civil. Para reverter esse possível atraso, é necessário usar dias normalmente não ocupados com o trabalho escolar, como feriados e/ ou sábados e domingos. (BRASIL, 2017)

Nesse sentido, supõe-se que a carga excessiva de trabalho pode ser prejudicial ao desempenho profissional, gerando a possibilidade de

conflitos entre alunos e professores. Em muitos casos, o trabalho em sala de aula muitas vezes pode gerar desmotivação, doenças profissionais e pode ser estressante e perigoso por causa da violência praticada pelos estudantes, por isso não há garantia de que gastar muito tempo ensinando é sinal de aprendizagem. De certa forma, pode-se inferir que gastar muito tempo ensinando é gastar pouco tempo aprendendo e ensinando mal. Um fardo excessivo é colocado nos ombros do professor. Um professor sem tempo, provavelmente, não terá condições de exercer sua profissão com dignidade e assertivamente colocará em risco a vida profissional de seus alunos.

Assim, o excesso de carga horária de trabalho aparece como um forte fator na relação de tensão entre alunos e professores, pois o tempo implica consideravelmente na produção de boas aulas e um bom relacionamento entre esses alunos e o professor.

A partir dos dados coletados com os professores, discutidos acima, podemos perceber que os fatores estudados nesta pesquisa estão de acordo com os fatores estudados na média nacional, que foram citados no referencial teórico. Ainda com a coleta de dados feita com dois professores e dois coordenadores pedagógicos, os resultados apontam para a similaridade de fatores que foram coletados com os gestores da escola na pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM O COORDENADOR E OS PROFESSORES DA ESCOLA ESTUDADA

A partir deste momento, analisaremos os dados coletados através de questionários e entrevistas com 1 (um) coordenadores e professores do ensino médio da escola estadual Presidente Castelo Branco. Três perguntas abertas foram criadas com o intuito de coletar as impressões dos profissionais sobre a origem da violência contra professores pelos

alunos e também coletar as impressões sobre as representações sociais dos estudantes.

Lembramos que, para salvaguardar a imagem do profissional, utilizamos nomes fictícios, de acordo com a legislação vigente.

No primeiro ponto temos a seguinte pergunta: Na sua opinião, qual é a origem da violência contra o professor?

Os profissionais foram enfáticos em apontar que o fator família é muito mais preponderante que os demais. Nas palavras desses profissionais, podemos perceber que a violência é causada pela desestrutura familiar. A ruptura dos paradigmas familiares é sem dúvida um fator que gera desorganização e falta de disciplina no ambiente escolar. Professor Tanner assim se expressa:

“A falta de uma família estruturada gera uma falta de disciplina na escola. Os alunos não sabem os limites e têm muita vontade própria. Se eles não têm regras na família, eles vão repetir na escola o que vivem com a família. Na escola eles encontram regras por isso é mais difícil viver com professores. No caso as regras são um problema para o aluno assim ele se revolta, porque como ele nunca teve regras, eles se tornam um obstáculo à seu desejo de “liberdade” e que cria uma revolta no discente. A desestrutura dos laços familiares também afeta os estudantes em seu desenvolvimento escolar. A agressividade dos estudantes, penso eu, vem da família que falha em impor limites; na situação social em que nos encontramos deve haver limite e imposição de regras de convivência social. então eu acho que o que gera a violência nas escolas e a violência contra os professores é a família desestruturada, aquela família que não dialoga, os pais que não criam laços de afeto. Tudo isso, penso eu, emerge na escola quando o aluno se confronta com as regras tem um certo surto”(Tánner).

No discurso do professor há uma referência a desestrutura familiar, fato corroborado pelo levantamento do quadro teórico e com os questionários aplicados com os gestores; embora a maneira simples de expressar a origem da violência contra professor, o profissional consegue

elucidar o problema abordado, apontando o fator “desestrutura familiar” como o eixo de suas explicações. Esse argumento é válido no sentido de mostrar que a família está diretamente ligada à educação do adolescente e que a escola tem o dever de instruir o aluno nas ciências. O sentido de educar remota para a palavra latina *educatio, onis* que significa literalmente “conduzir ou guiar para fora” o significado do termo (expulsar) era utilizado no sentido de preparar as pessoas para o mundo e viver na sociedade e o papel desta condução nunca foi da escola, mas da família. A escola deve preparar o aluno no conhecimento das ciências para enfrentar a vida, isto é, tirá-las de si mesmas, mostrando as diferenças que existem no mundo, instruindo-as para enfrentar as adversidades da vida.

Na atual Constituição brasileira, estabelece-se que a educação é dever do Estado. Com efeito, o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil recomenda que “Art. 205. A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, sejam promovidos e fomentados com a colaboração da sociedade, buscando o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esse dispositivo constitucional, em uma análise dos processos fundamentais da educação, pressupõe uma colocação invertida e duvidosa do que é entendido nos meios educacionais pela educação e seus processos. Essa ideia de educação conflitiva deixa a escola na mira das lutas e violência, uma vez que a escola ficou sujeita à educação e não mais instrução e construção de conhecimento. Embora a educação seja um direito de todos, não é dever da escola. A educação é aprendida em casa, a escola tem como objetivo ensinar ciência, embora não escape do fato de que também educa.

Acreditamos que, na situação atual, a escola deve contribuir para a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania, mas não como prioridade, com a educação das crianças. Portanto, o problema da violência apontado pelo Professor Tánner pressupõe um dever da família

que está falhando com a educação de seus filhos e, quando falham com a educação, o efeito desastroso recai sobre os professores.

> A família e a escola têm historicamente sido a base da educação de crianças, adolescentes e jovens e da inserção social desse grupo. A negação do diálogo, as formas de violência física, sexual, moral e psicológica contra essa faixa etária que muitas vezes ocorrem no ambiente familiar, podem refletir na vida escolar na forma de comportamento agressivo ou até mesmo apático dos alunos, desafiador aos educadores para o enfrentamento deste problema. (MINAYO; NJAINE, 2003, p.122).

Nesse sentido, é difícil não pensar na família como modelo de vida em sociedade. Em tempos atuais esse modelo sofre as consequências dos paradigmas negativos da sociedade dominante e das relações sociais de extermínio de valores da vida em sociedade. E predominantemente a instituição que mais sofre com as consequências negativas desse tipo de sociedade é o grupo escolar e nela, os professores; “A escola reflete a sociedade, os fenômenos externos a ela, mas que interferem diretamente em seu cotidiano, como exclusão social, desemprego, violência, entre outros”. (Abramovay, Castro, 2005, p.90).

Para que a escola cumpra e vele pela instrução dos adolescentes, o Estado deve primeiro cumprir suas obrigações de assegurar um ensino de qualidade para a escola pública. De fato, o dispositivo constitucional, além de ambíguo, fracassa, pois não permite a criação de uma escola independente e autônoma, gerando uma verdadeira interferência direta do poder público, principalmente se a violência é dirigida aos estudantes. Assim, esse dispositivo não permite a prestação integral de serviços educacionais aos cidadãos brasileiros e deixa as minorias as margens da sociedade. Dando continuidade com o questionário mencionado, veremos agora a posição do professor (Ambrósio) em relação à sua opinião sobre a origem da violência contra os professores.

Para o professor Ambrósio, a origem da violência deve ser buscada nas relações familiares, principalmente na educação das crianças, conforme expressou. “Eu acho que a violência está ligada à educação

familiar". A criança que não é ensinada a respeitar os outros, vai agir com violência verbal ou física, de acordo com ele não é uma regra geral, assim ele se refere "Tudo bem que isso não é uma regra, pois há casos que não se encaixam nessa situação". O professor Ambrósio afirma que a violência praticada contra o professor não é uma prática apenas dos alunos, mas envolve também alguns pais. "A violência contra o professor não parte apenas dos alunos se estende à família. Neste caso, há pai que ameaça professores, acho que os alunos são violentos porque em casa eles testemunham a violência".

"Na escola em que trabalho, houve casos de agressão das mães contra um professor e um pai que não aceitou a desaprovação do filho e agrediu fisicamente o professor. Portanto, a violência contra o professor é um produto da família. Quanto mais violência na família, mais violência na escola e certamente o professor será diretamente afetado".

Certamente, a violência intrafamiliar interfere nas relações entre aluno e professor. A percepção dos professores, em muitos casos, é clara, mas dependendo de suas atividades e de sua competência, o profissional fica impotente frente a essa dura realidade. É por isso que ele não sabe como agir ou não tem conhecimento suficiente para desenvolver um trabalho que reduza a taxa de violência na família. O fato de não ter competência legal para atuar não o impede de acionar as autoridades competentes, mas devido a uma série de fatores, como excesso de trabalho, exercícios para corrigir, planos de aula a serem preparados, entre outras atividades, ele está envolvido em uma situação hermética a partir da qual ele não pode desenvolver atividades adicionais para ajudar os alunos em um estado vulnerável. Autores como Silva (2002) acredita que, para entender a violência intrafamiliar, é necessário um entendimento histórico sociológico e pessoal do indivíduo e da família, no sentido de compreender como ocorrem as interações entre os membros da família e quais são os fatores que envolvem mais as relações entre os membros desse grupo social.

Para o professor Ambrósio há uma falha no processo de formação de professores sobre o estudo de problemas familiares, de acordo com ele “a Universidade está fora dos padrões e normas, não podem acompanhar processos sociais e é excluído dos problemas reais que afetam a realidade da educação, nunca vi nenhuma universidade ter em sua grade curricular uma disciplina que leve em consideração os problemas de violência na escola e violência familiar e sua interferência no desenvolvimento do aluno na escola”. Seria muito importante estudar essas questões, ele afirma que “na parte que nos corresponde ao trabalho é a parte pedagógica”. Temos certo domínio, mas quando se trata da área emocional, no caso da violência contra os professores, nos falta conhecimento para encarar essa dimensão. Eu acho que seria importante ter cursos sobre tipos de violência, não apenas contra professores, mas também familiar e em geralmente. Por que nos falta conhecimento para trabalhar com esse tipo de situação. Em muitos casos, por falta de conhecimento, podemos até piorar a situação.

O problema existe Mas o que fazer frente a ele se não temos tempo para trabalhar bem. Por outro lado, há um certo medo de entrar no problema porque muitas famílias aqui em nossa cidade (Caracaraí) estão muito conflituosas.

No posicionamento do pedagogo (Edgar), ele disse que há um equívoco que a escola seria responsável pela educação de crianças e adolescentes. Assim ele se expressa. “Recebemos estudantes em sua maioria de famílias desestruturadas, nós percebemos ao entrar em contato com o Conselho Tutelar e também pelo comportamento do aluno. A indisciplina na escola tem uma fonte. E a fonte é a família desestruturada. A violência contra o professor é reflexo da situação familiar que surge quando a base familiar é abalada e desprotegida, assim os estudantes que não têm nenhuma base moral, começam a reproduzir na escola o mesmo comportamento e a mesma violência praticada em sua família. Se uma família refletisse uma boa imagem,

provavelmente este reflexo se reproduziria na escola. Uma boa imagem da família representa um princípio de valor para o adolescente".

A família na situação atual no Brasil, não tem condições de dar uma educação com princípios e valores aos seus filhos. Mas, como um professor, conselheiro que sou, acho que a posição da família é dar apoio moral aos seus filhos, criando vínculos interativos de afeto. Não basta que nossa Constituição determine que a educação seja dever do Estado e da família, pelo apoio financeiro e suporte técnico para animar os problemas enfrentados, pois falta apoio em tudo. Falta apoio técnico, apoio econômico, e muito mais para amenizar os problemas enfrentados pelas escolas e pelas famílias. (Edgar)

Portanto, se a família tem esse objetivo de passar valores para seus filhos, como uma família desestruturada fará isso? Como a escola e a família podem ajudar os alunos a praticar menos violência. Na situação atual, parece-nos que os papéis são invertidos e polarizados. Ou seja, a família cuidando de nada e a escola tendo que bancar com tudo. É por isso que é fundamental que as crianças e os adolescentes tenham educação de valores normativos em suas famílias. Nesse contexto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) afirma que "a iniciação de crianças à cultura, valores e as normas de uma sociedade começam na família" (UNICEF, 1990). No Brasil, esse tipo de pensamento é semelhante ao posicionamento, embora formal, do ECA, em seu capítulo III, artigo 19, *in vitro*

> "toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral" (BRASIL, 1990).

Quando procuramos questionar os entrevistados sobre a origem da violência contra o professor, os resultados pareciam indicar outra fonte, mas ao longo das entrevistas percebeu-se que o fator família para os entrevistados teve um peso que superou as expectativas. Nas entrevistas

foi possível ter impressões mais detalhadas sobre a origem da violência contra o professor e como esse tipo de violência se desenvolve.

O Orientador Educacional se posiciona assim em suas palavras: “o aluno demonstra por seu comportamento o tipo de convivência que ele tem na família”. Percebemos que há pouca participação dos pais de alunos das famílias não estruturadas. Eles dificilmente vêm a reuniões para acompanhar a vida escolar de seus filhos. Essa percepção é quase geral por parte dos gestores e professores. Em muitos casos, eles chegam à escola apenas no final do período letivo e, nesse caso, apenas para reclamar com o professor porque o filho não passou de ano. Acreditamos que são necessários estudos mais aprofundados em relação à violência intrafamiliar, no sentido de buscar esclarecer as causas e encontrar possíveis soluções para esse caso grave. A escola sente o reflexo desse problema e a criança, como sujeito de educação, precisa de um lar onde a tranquilidade das relações intrafamiliares possa ser tão serena quanto possível.

No caso das famílias de Caracaraí, temos a impressão de que há uma desestruturação real dos laços familiares. As drogas aparecem muito fortemente como um desmantelamento familiar, gerando uma verdadeira ruptura na célula mater. As condições sociais em que as famílias vivem geram um colapso nas relações de convivência, assim como o fator econômico deixa a margem de vulnerabilidade às meninas e aos meninos, que em muitos casos são utilizados pelos narcotraficantes para ser a linha de frente do tráfico de drogas e, de acordo com informações secretas do Conselho Tutelar, são vulneráveis à prostituição de menores (neste caso os dados não podem ser divulgados porque o segredo é garantido por lei).

Percebe-se que a escola sofre o impacto dos conflitos e dos processos negativos e maléficos que ocorrem nas famílias desestruturadas. Assim, a violência contra o professor torna-se algo comum, sem que as autoridades competentes busquem soluções para lidar com essa questão. Não podemos generalizar que uma escola

localizada em uma cidade violenta também será violenta. Existem escolas na cidade de Caracaraí que, apesar de os estudantes, em sua maioria, serem de famílias desestruturadas não apresenta comumente violência contra professores. Na escola pesquisada há violência contra o professor, mas também produz violência contra o aluno. Neste caso, pode-se dizer que, mesmo em uma cidade tranquila, a escola pode ser violenta e o oposto também pode ser verdade, ou seja, em uma cidade violenta a escola pode ser um lugar de tranquilidade e apaziguamento. No caso de Caracaraí, considerada uma cidade de pequeno porte com população estimada em 21.564 mil habitantes, segundo dados do IBGE (IBGE, 2016).

A partir deste momento, analisaremos os dados coletados na seguinte pergunta, Na sua opinião por que os alunos agridem os professores? Esta pergunta faz parte do questionário realizado com professores e o Orientador Educacional.

Existem vários fatores que podem ser indicados, mas propomos analisar aqueles que foram coletados por meio da aplicação de questionário. A pergunta requer uma resposta e é isso que iremos buscar a partir deste momento.

Os dados coletados refletem os resultados da aplicação da técnica de coleta com os professores e orientadores comparados e cruzados com o referencial teórico. Eles refletem os estudos já realizados no Brasil por especialistas na área de educação e ciências sociais. Assim, os dados coletados mostram uma dura realidade dos professores diante dos males da sociedade. Os fenômenos que se espalham pela escola acabam sendo absorvidos por ela, pois não há como separar, simplesmente o aluno de suas experiências cotidianas ao ingressar na escola. Deste modo, a violência produzida fora da escola entra nela porque não há como impedir sua manifestação, principalmente a violência contra os professores.

O Orientador Educacional, Edgar responsável pela orientação educacional na escola investigada, defende a posição de que os

estudantes agressores e indisciplinados, na maior parte, são aqueles que enfrentam problemas dentro de casa. “Geralmente, esses são os tipos de indivíduos que praticam esses atos de selvageria: ninguém tem o direito de atacar o professor, os alunos o fazem porque, certamente em suas casas, eles têm um mau exemplo de falta de regras e convivência ética. As crianças não têm respeito por seus pais. eles não usam boa maneiras e em muitos casos não dão um bom dia aos seus pais. Eu também acredito que há influência do ambiente externo da família, porque os pais não podem controlar as ações de quando as crianças entram em contato com jovens de má reputação e em muitos casos não têm os princípios para suportar a pressão daqueles jovens malignos e acabam sendo levados pelas ações perversas deles. O que os deixa assim são os jogos violentos que são usados por aqueles jovens para supostamente se divertir, hoje existem grupos de jovens que jogam esses jogos violentos pela internet. Eu acho que facilita a violência em geral e a violência contra o professor”.

Segundo a pesquisadora Miriam Abramovay, responsável pela pesquisa realizada no Brasil por meio da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO) e coordenadora responsável pela área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; segundo ela, os conflitos com os professores são fruto de relações maléficas e, em muitos casos, devido à falta de diálogo com os alunos. Para essa pesquisadora referente as agressões aos professores, ela tem a seguinte opinião

> Eu acho que as relações sociais, aluno-aluno, aluno-professor e professor-diretor são muito ruins. Eu ainda acredito que o mais complicado é o relacionamento com adultos, porque a escola é muito focada em si mesma e muito pouco do que se propõe a dialogar com os jovens. Eu acho que cria um clima muito ruim, estamos fazendo uma investigação e percebemos que o professor que os alunos mais gostam coincide com o assunto que eles mais gostam. Ou seja, a relação entre o professor e os jovens ainda é muito importante. Um bom professor é o que a disciplina ensina bem, mas também o que sabe ser amigo, que sabe entender o que é ser jovem . (ABRAMOVAY, 2014).

Percebe-se que a relação entre alunos e professores e principalmente, as agressões cometidas contra professores, não são geradas na escola. A escola é apenas o palco onde acontece a realidade da vida dos alunos e a realidade dos professores. Desta forma, a escola recebe influências externas e nela manifesta-se o desconforto social, seja da família ou da sociedade em geral. Então, por uma razão ou outra, há estudantes que são agressores porque já foram atacados ou violados antes de entrarem nas escolas.

O professor brasileiro sofre em sala de aula por sentir exacerbar a violência dos alunos contra ele. Embora ele goste de fazer seu trabalho e procure alternativas para criar um clima de diálogo e respeito com os alunos, essas ações sozinhas não resolvem o problema. Há necessidade de recuperar a dimensão humana da educação, mas também de recuperar as famílias dos problemas e das mazelas sociais. E, nesse sentido, não existe uma preocupação específica dos governos, seja na esfera federal, estadual e muito menos municipal.

Por um lado, o governo admite a existência do problema, mas não planeja políticas públicas voltadas para amenizar esse grave problema social de violência na escola e contra o professor. Não há uma lei que regulamente as violências contra o professor por parte dos estudantes. No Brasil especificamente o problema da violência escolar está a mercê dos adolescentes infratores. Existem leis estatutárias para crianças e adolescentes, para mulheres, para adultos, para uma grande parte dos grupos de risco, mas no que diz respeito aos professores, quando são violados, a lei geral do Código Penal brasileiro é subjugada ao ECA. Nesse sentido, a luta contra esse grave problema social não faz parte das políticas públicas ou políticas educacionais. Assim, a violência contra professores de tanto repetitiva passa a ser ignorada pela esfera pública e de tanto ela ser casual, em muitos casos passou a ser legitimada. A lei protege o aluno, mas não protege o professor. A banalização da violência pode torná-la imperceptíveis e tanto os envolvidos quanto os violados não

têm ninguém a quem recorrer, Adorno (1993) aponta para o perigo da banalização, dizendo que:

> a banalização envolve todo o tecido social. Não há segmento que não seja atingido e afetado por ele: a banalização de todos os valores, a banalização da corrupção, a banalização da violência e até a banalização da vida. A morte hoje é algo banal. Se mata com impunidade. E reage de maneira banal. Com banalização, coisas importantes tornam-se banais. O significado real de cada uma e de todas as coisas está perdido. (...) É por isso que temos que protestar e não nos deixarmos contaminar pela banalização geral das coisas sem banalização alguma! (ADORNO, 1993, p. 140)

A crescente onda de violência, em muitos casos, passa despercebida e quando acentuada aparecem na mídia. Mas nos parece que há uma inércia do governo para lidar com esse caos social. A escola sofre com violência. Alunos e professores sofrem as consequências dessa terrível ferida social. Essa situação já mostra que a violência dentro da escola já está sofrendo com o mal da banalização.

As falas dos professores envolvidos em relação à questão supracitada serão discutidas por cada entrevistado, tendo como referência as respostas às quais foram gravadas em um celular. A fim de salvaguardar e proteger a imagem e identidade do profissional, como determina a lei, os nomes dados nesta exposição serão fictícios.

Percebe-se uma posição clara entre os entrevistados sobre suas percepções e a agressão contra os professores. Neste sentido o Professor (Antônio Carlos) refere-se à agressão como “uma forma de indisciplina que os alunos trazem de casa. O estudante enfrenta o professor ao acreditar que ele está certo em tudo. Os adolescentes pensam que têm a verdade e são donos do mundo. A falta de amor ao próximo, demostra também uma certa agressividade por parte do aluno e, em muitos casos pelo professor. Falta compreensão entre os dois. No caso que se trate de respeito a uma pessoa que não seja a sua família, a pessoa que sofre mais com a agressividade do estudante é o professor, porque muitos alunos não valorizam a sua presença e não estão preocupados com o seu futuro, ao contrário o professor sofre por todos,

por isso que acaba sofrendo mais". Mas o aluno não reconhece a preocupação do professor por ele, a meu ver falta muita coisa na escola e uma delas é a falta de compreensão entre alunos e professores. O fato de que o professor vem do meio da família, portanto, um problema de relações sociais e falta de ética, falta de amor entre os membros da família. Por isso eu creio que a agressividade é gerada na família e, portanto um problema de relações afetivas que se transformam na escola um problema social. Para o professor Antônio Carlos "é preciso resgatar valores em conjunto, família e escola para melhorar essa triste realidade da violência contra os professores".

Percebe-se que ao cruzar os dados desta investigação, eles mostram que há uma relação próxima com os fatores geradores de violência contra os professores, o que sustenta Abramovay (2002) a agressividade dos alunos tem a ver com suas experiências, se eles vivem constantemente em ambientes violentos, é muito provável que eles também irão reproduzir essa violência em algum momento. Na visão desses pesquisadores os professores percebem os alunos como sujeitos excluídos da família e da sociedade e entendem que "a violência, como forma de não cumprir as leis e falta de condições materiais da população, associada à violência à miséria, exclusão social e desrespeito pelo cidadão" (Abramovay; Rua, 2002). São realmente tentativas de demonstrar a existência real de grupos excluídos. Para esses pesquisadores a prática agressão estudantil contra o professor porque ele usa atitudes violentas para se defender e porque eles usam modelos que não coincidem com aqueles dos professores, que são chamados de ultrapassados e caretas. As regras da escola se tornam contrárias às regras de convivência dos adolescentes.

Questionado sobre a agressão de alunos contra professores a percepção do professor (Adilamir Ramos) está dentro dos pareceres estudado e combinado com o quadro teórico exposto nesta pesquisa. Para ele, os alunos atacam o professor, porque "a educação informal recebida pelos adolescentes não é boa". Ele ressalta que a

democratização do Brasil, que ele chama de farsa ideológica, abriu a possibilidade de se fazer tudo sem regras. É assim que é expresso. “A transição de um sistema militar, com regras claras e ordem nas escolas, foi refutada pela farsa da democracia. Muitos valores que existiam foram refutado das escolas. Professores pelo fato de estarem na linha de frente da educação formal foram os primeiros a sofrer o impacto dessa realidade brutal. Foi tirada a ordem e implantada a desordem. Com o caos implantado o adolescente pensou que poderia fazer tudo, e quase sempre faz, porque ele é protegido pelo ECA devido essa desordem o problema que começou na família se expandiu para a escola e para a sociedade, então o caos se transformou em drogas, desemprego, fome e, principalmente, a perda de valores”.

Para a professora Elizabety Ferreira, a agressão é resultado da violência sofrida pelo aluno e da falta de políticas públicas voltadas a apaziguar conflitos de violência no ambiente escolar.

“Acredito que um conjunto de valores, princípios e regras são para a vida toda. Assim como famílias tradicionais viviam e educavam seus filhos, eu acreditava que havia mais respeito pelo professor dentro e fora da escola. Hoje o professor é tratado como se fosse lixo, sem valor, é como se estivesse fazendo um favor para ensiná-los, a falta de princípios gera essa situação; hoje, embora a realidade seja diferente, os princípios podem continuar a valer a pena, se a família não tem mais princípios e valores, cai na desgraça e com ela toda a família fica desestruturada, por isso, se os princípios não existirem mais, a família será abalada, eles não terão mais respeito uns pelos outros, entre filhos e pais”.

Assim, a violência contra o professor é consequência da falta de princípios e valores que não são mais praticados na família. Como não há mais princípios, o que falta urgentemente é uma ação governamental com o objetivo de aliviar a violência na escola e principalmente contra o professor, já que é ele quem sofre as primeiras consequências. Portanto, faltam políticas públicas para esse setor esquecido dos políticos. É necessário agir e agir rapidamente, porque o problema está se tornando

insuportável. Nós vemos na mídia a constante violência contra nossos colegas e isso acaba em nada. Ou “o governo faz algo para melhorar esse problema ou acabamos em um caos sem precedente”.

Conforme, hipoteticamente, esperado com referente aos fatores investigados em relação à agressão contra o professor. Verificou-se que os professores, embora tenham posições divergentes, apresentam pontos que convergem. Esses pontos apresentados pelos professores em suas palavras apontam para as mesmas características; com ênfase principal na relação dos alunos entre os membros da família. Nesse sentido, podemos afirmar que a família é um fator fundamental para que o aluno tenha bons princípios e, evidentemente, a falta desses princípios gera violência na escola e contra os professores. A escola, mesmo no nível de violência em que se encontra, ainda consegue reverter às contradições da própria violência, buscando melhorar a cada dia porque a escola procura de todas as formas instaurar no espaço social, um ambiente que molda opiniões e cidadãos com essas características, o espaço escolar opõe-se às práticas abusivas de governos que, na realidade, não querem cidadãos pensantes. Se os adolescentes não têm espaço na família para discutir seus problemas, na escola eles geralmente se sentem protegidos e, em muitos casos, exacerbam seus sentimentos também,

> A escola, mesmo diante das tensões existentes, e que, direta ou indiretamente, interferem em sua rotina, ainda funciona como um espaço público em que os alunos discutem e internalizam o conhecimento escolar. Portanto, é um lugar, por excelência, de disciplinas de formação, baseado nas relações estabelecidas entre alunos e professores. (ABRAMOVAY, CASTRO, 2005, p.90).

Para os professores, a violência produzida pelos alunos contra eles se manifesta através de suas representações sociais; Em muitos casos, o referencial dos estudantes são grupos e facções caracterizadas como alienadas da sociedade. Para professores, os estudantes são vítimas; da mesma forma que o próprio professor. Alunos e professores sofrem com violência na escola intramural, seja verbal, física ou simbólica. Bourdieu

(2001) afirma que as diversas dimensões do trabalho escolar dos professores estão paralisadas pela violência, principalmente a violência simbólica. A violência perturba o fluxo normal do trabalho escolar, resultando em males sociais e afetando a saúde do professor.

Caso contrário, é importante que o aluno perceba que o professor não é seu adversário, pelo contrário, ele está na escola para melhorar a vida do aluno. É por isso que o aluno deve sentir que o professor está em sua vida para desenvolver seu aprendizado intelectual para que ele, o estudante, possa desejar uma vida digna. Mas muitos adolescentes não reconhecem o papel do professor e, em muitos casos, quando os reconhecem, já perderam a esperança por meio dos estudos, porque param de estudar quando enfrentam os primeiros obstáculos à integração social. O professor dedica toda a sua vida para melhorar a vida do aluno, mas é lamentável que o aluno não tenha estrutura para reconhecer esse fato. A família pode não ter a capacidade de rever princípios e regras para que os futuros alunos compreendam que é no processo de escolarização que melhoram o seu conhecimento intelectual e através da sua entrada na vida escolar.

Eles podem sair de uma situação de miséria econômica-social e respeitar os outros e conquistando seu espaço e ter que respeitar as regras da escola, na pessoa do professor que não tem nenhuma ligação emocional anterior, mas será sempre uma referência na sua vida. Atitudes positivas podem melhorar a relação entre alunos e professores. O professor também precisa gostar do que está fazendo, isso é um bom sinal para a abertura de qualquer diálogo com os alunos. O professor precisa para conquistar seu espaço e conquistar os alunos, porque é através da escola profissional que reflete seus paradigmas estruturais. Mesmo a escola refletindo as situações negativas na sociedade ela consegue dar uma resposta positiva para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos sofrem violência e a resposta dada para os outros também são violentas. Neste sentido, é necessário que o professor, além de seu trabalho pedagógico faça mais para os alunos. Em

muitos casos há professores que apenas cumprem horários e não estão preocupados com o risco e vulnerabilidade em que os alunos se encontram.

Falta realmente um grande movimento para salvar a educação dos adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade. O governo, por sua vez, não assumiu seu papel social, a família não é estruturada e os professores estão sobrecarregados por uma carga de trabalho exaustiva. O que fazer com este problema? Acreditamos que a união de todos, família, escola e governo é necessária, visando à melhoria não só do ensino, mas principalmente do ensino e experiências de princípios orientadores para que os adolescentes possam ter oportunidades em suas vidas e possam desenvolver possibilidades econômicas e sociais saudáveis e respeitosas.

5. CONSIDERAÇOES FINAIS

A presente dissertação teve o objetivo de buscar respostas sobre o problema da violência praticada por alunos contra professores. Com relação às dificuldades para o desenvolvimento desta pesquisa o levantamento de dados foi uma etapa muito difícil, pois tivemos que focar nos ambientes virtuais para coletar dados bibliográficos que faziam falta em ambiente físico. Assim utilizamos a Plataforma da CAPES para coletar dados nas publicações das universidades brasileiras a fim de dar respaldo a atualização bibliográfica, onde foi abordado vários descritores sobre a violência de modo geral até a especificidade do tema de pesquisa, assim o trabalho formou um corpo rigoroso e respaldado.

Tendo em conta os objetivos deste trabalho a partir deste momento levaremos em consideração os resultados obtidos conforme os objetivos planejados. O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar por que ocorre a violência dos estudantes contra os professores, fato este pesquisado através das técnicas de coletas de dados mediatizados pelos

objetivos específicos, os quais nortearam a pesquisa. Há de se falar que o método qualitativo usado neste trabalho foi fundamental no sentido de o pesquisador se inserir no lócus do problema e em alguns casos participando dos momentos do trabalho e das emoções dos alunos e professores. Duarte (2004) afirma que essa relação entre o pesquisador e o ambiente de pesquisa é normal, pois o pesquisador vai ao campo e muitas vezes se envolve com o estudo e as manifestações dos estudados. Este tipo de experiência deixa o pesquisador mais atento as apreensões e aos momentos dos fatos.

Procuramos descrever o que se entende por violência nas escolas e de modo geral. Com o referencial teórico em mãos pudemos relacionar dados coletados com os objetivos do trabalho de pesquisa. Na verdade para a proposição deste objetivo foi necessário e fundamental seguir passo a passo os objetivos. Procuramos demonstrar os atos de violência contra os professores mediante o objetivo e relatar os atos de violência que são praticados pelos alunos contra os professores na educação básica. Mediante a coleta de dados pudemos observar que há muitos tipos de violência praticados contra os professores, quando comparamos o referencial teórico com os meios de comunicação percebemos que muitos professores no Brasil já sofreram atos de violência física, alguns até chegaram a óbito, violência simbólica, furtos, roubos, violência psicológicas entre outra caracterização da violência.

Ao confrontarmos o objetivo especifico a respeito da averiguação por que os alunos reagem com violência contra os professores, percebemos que houve um fator muito marcante para este objetivo que foi a desestrutura familiar, mas também há outros fatores que foram estudados que influenciam na reação dos alunos no sentido de usar de violência contra seus mestres, como por exemplo: a falta de respeito, as drogas, entre outros fatores.

A violência contra professores no Brasil atual é uma realidade. Os meios de comunicação quase sempre estão mostrando fatos envolvendo alunos praticando violências contra professor, principalmente, violência

física. Pesquisadores tem demonstrado que a situação de vulnerabilidade dos professores é realmente caótica há muitas matérias veiculadas referentes a casos de agressão contra profissionais de educação dentro das salas de aulas. Também há de se falar das violências praticadas pelos pais de alunos que em muitos casos só chegam até à escola para exigir direitos com discursos agressivos e, desconhecem muitas vezes o comportamento de seus filhos. Embora este gravíssimo tema seja discutido nas universidades e nos meios de educação, por parte dos governos não há uma sinalização com a finalidade de participar dos debates, a fim de buscar possíveis soluções, ainda que sejam soluções que visem diminuir esta celeuma social.

Ao se perpetuar a falsa ideia de que os alunos são sempre as vítimas, apoiando-se os defensores do direito da criança e do adolescente na teoria da proteção integral, constitucionalmente apoiado no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 referentes à “absoluta prioridade” em todas as dimensões sociais e coletivas. Os defensores da teoria da proteção integral usam o discurso de que é a sociedade que cria adolescentes maldosos. Mas não aceitam que eles são maus. Na verdade é um falso silogismo, pois na realidade o que acontece é de fato o inverso. São os professores vitimas os quais são agredidos e ameaçados por alunos que não tiveram educação do lar.

Como fora discutido nesta pesquisa os alunos não consideram que praticam violências contra os professores para eles essa situação é praticamente normal e estão apenas defendendo suas ideias. A legitimação da violência decorre, principalmente deste fato, pois esta é fortalecida por ser repetitiva e por não haver punição maciça ao agressor e ao transgressor. Para muitos professores esta situação de o aluno não se sentir transgressor das normas implica em mais vulnerabilidade uma vez que os alunos não admitem a violência. De certa forma alunos transgressores agem sem ter o mínimo de culpa e se julgam críticos dos princípios sociais e da boa educação. Buscam não aceitar regras e suas

vivências são na verdade estipulada pelo preceito de que estão corretos e que suas ações são legitimas.

Talvez a mais grave violência contra o professor seria o esquecimento por parte das instituições governamentais em mascara o problema como se ele não existisse. Deste fato decorre entre a classe trabalhadora da educação uma situação de extrema impotência existencial, pois de quem viria a respostas para amenizar a mazela da violência se tem na verdade a aceitação de um paradigma de que é o aluno a vítima.

Esse tema tem sido discutido em diversas salas de debate institucionais e oficiais. Porém não chegou ainda a uma política pública que acelere para a tomada de decisões a fim de buscar soluções para o caso. Pesquisadores como Abramovay (2005) acreditam que mesmo a violência sendo uma construção da sociedade resultado, no caso brasileiro, de uma aplicação dos recursos públicos e de uma discriminação dos menos favorecidos, também pela falta de interação socioeconômica; essa violência deve ser combatida pelos meios legais, ou seja, há a necessidade de se criar mecanismos de combate às transgressões por parte dos adolescentes para poder proteger os professores. Neste sentido não basta apenas apontar quem é vitima e quem é agressor, se faz necessário uma busca de sensibilização para o problema e assim a sociedade cobrar das autoridades soluções viáveis para este problema.

Uma discussão que leve em consideração tanto o agressor como a vítima deverá ampliar o horizonte. Primeiro no sentido da escola e pais trabalharem situações preventivas com atividades em sala de aula como palestras sobre o problema. Cremos que a prevenção pode ajudar a melhorar as relações entre alunos e professores. Prevenir é evitar possíveis embates violentos entre os pares. Nesse caso é fundamental trabalhar a prevenção tanto com aluno como professor.

Outro fator que pode ajudar a amenizar a violência é buscar humanizar o ambiente escolar. É necessário que alunos e professores se

respeitem como seres humanos, como sujeitos de direitos e obrigações. O professor deve buscar momentos de diálogos a fim de sensibilizar seus alunos para que estes possam ser mais recíprocos e respeitosos uns com os outros.

O combate à violência deve abarcar todos: governo, sociedade, escola e família. Assim como preconiza a CRFB-88 em seu artigo 205

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Neste sentido o Estado, a família e a sociedade de modo geral devem cuidar para que este preceito constitucional saia do puramente formal para a prática cotidiana. Estes atores sociais encarregados de possibilitar uma educação mais humana aos adolescentes devem também se preocupar em melhorar o relacionamento conturbado existente nos dias atuais no Brasil, entre alunos e professores. Os professores devem buscar se adequar aos ditames das mudanças sociais, ainda temos muitos professores retrógados ensinando disciplinas como se o mundo não tivesse mudado. Por isso os professores devem rever suas atitudes. Se preparar melhor para suas aulas e buscar entender melhor seus alunos, pois estes estão em processo de formação e, em muitos casos são carentes de afetos e esperam às vezes apenas uma palavra de carinho para se sentir valorizado.

Os professores devem ser conscientizados e preparados para ensinar de acordo com a sociedade atual e não permanecer apenas com suas práticas tradicionais descontextualizadas com a realidade dos alunos.

5.1 Recomendações e sugestões para trabalhos futuros

Como vimos a presente dissertação teve o objetivo de analisar por que ocorre a violência de estudantes contra professores nas escolas públicas. Ora fundamental se faz a necessidade de se pesquisar e aprofundar este tema, por isso recomendamos que as universidades acompanhem os meios de comunicação e os eventos internacionais como as Conferências Mundiais a respeito da violência nas escolas e busquem junto aos seus departamentos aprofundar a pesquisa inerente ao tema.

Assim recomendamos neste trabalho de pesquisa que a comunidade acadêmica procure pesquisar o problema da violência contra o professor, pois como foi exposto nesta investigação, na Plataforma da CAPES há muitas pesquisas tratando da violência nas escolas e nenhuma especifica relacionada à violência praticada contra os professores por parte dos alunos. Pelo exposto até aqui cremos que a produção das universidades está esquecendo-se deste problema social que afetam milhares de professores.

E por fim sugerimos que seja incluído nas grades curriculares dos cursos de pós-graduação das universidades o tema da violência em geral e os praticados nas escolas contra os professores e ao poder público que inclua em seus planejamentos a construção de uma política pública voltada especificamente para amenizar as mazelas causadas pela violência contra os professores em sala de aula.

Esperamos que os investigadores ao lerem este trabalho busquem cada vez mais investigá-lo, pois ao mergulhar nesta pesquisa percebemos a grande celeuma que é a violência em geral e a violência praticada pelos alunos em sala de aula e em seu entorno.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das escolas: entre violências, Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005, 405 p.

_____, Violências nas escolas; versão resumida. Brasília: UNESCO, 2003, Disponível em: < http // www. unesco. org. br/ publicaçoes/ bibliotecavirtual/ índex html/ mostra documento>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. Drogas nas escolas: versão resumida. Brasilia: UNESCO. Rede Pitagoras. 2005. 143 p. Disponivel em: <http unescodoc. unesco. org/ images/ 0013/ 001393/ 13987 por. pdf>.Acesso em: 02 mar. 2019.

ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: O massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil (pp. 182- 187). São Paulo: Editora Hucitec 1993.

ARENDT, Hannah. Da Violência. RJ. Vozes. 1994.

AZEVEDO, Rodrigo. Mitos e alternativas para reduzir a violência. In. Jornal Mundo Jovem. Agosto, 2006.

BEZERRA, Flávio, Violência em sala de aula tem levado professores a se afastarem do trabalho. 28/08/18. Disponivel em: <https: // folhabv. com. br/ noticia/ Violencia-em-sala-de-aula-tem-levado-professores-a-se-afastarem-do-trabalho/31718> Acesso em: 02 julho. 2018.

BLAYA, Catherine et al. Clima y violencia escolar: un estudio comparativo entre España y Francia. Revista de Educación, Madri, n. 339, p. 293 - 315, 2006. Disponível em: http: // www. revistaeducacion. mec. es/ re339/ re339_13. pdf. Acesso em: 15 de mar. 2018.

BONETI, Lindomar Wesler; PRIOTTO, Elis Palma. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. Revista Diálogo Educacional, v. 9 nº 26, p. 162, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

BORDIEU, P. O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertran Brasil 2001.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http:// portal. mec. gov. br/ seesp/ arquivos/ pdf/ lei9394_ldbn1. pdf. Acesso em: 23 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Técnico do SAEB 2003. Brasília, 2004.

CANDAU, Vera Maria, LUCINDA Maria Consolação. Escola e Violência. Rio de Janeiro 1999.

CAVALCANTI Tatiana, Casos de agressão contra professor aumentam 189% em São Paulo. Disponível em: https:// www1. folha. uol. com. br/ educacao/ 2018/ 08/ casos-de-agressao-a-professores-crescem-189-no-estado-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 19 de mar. 2018.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão, Sociologias, Porto Alegre, nº 8, 2º semestre 2002.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. In. Folha de São Paulo, 14 de março de 1999. (Caderno Mais!, p. 3-4)

COUTO, Maria Aparecida Souza. Violência e gênero no cotidiano escolar: estudo de caso em uma escola da rede pública estadual sergipana. São Cristóvão: UFS, 2008.

CRUZ, Márcia Maria desinteresse cresce e faltam 170 mil professores na educação básica do país. agosto de 2015. Disponível em: https:// www. em. com. Br / app/ noticia/ especiais/ educacao/ 2015/ 08/ 20/ internas_educacao, 680122/ desinteresse – cresce – e – faltam - 170 – mil – professores – na – educacao - basica.shtml. Acesso em: 2 de out. 1018.

DEBARBIEUX, Éric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto(1967-1997).Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p 163-193, Jun. 2001. Disponível em: scielo.php?s-cript=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100011&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 07 mar .2018.

_____. Cientistas políticos e violência: rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine (Orgs). Violencia nas escolas: dez abordagens europeias. Brasília: Unesco, 2002, p.13-34.

_____. Violência na escola: um desafio mundial? Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2006.

DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia: Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002.

_____ Política social, educação e cidadania. 4 ed. Campinas, SP: Papirus 1999 (Coleção: Magistério: formação e trabalho pedagógico).

_____ As escolas brasileiras e sua mania de ensinar, Disponível em/ https: // gennegociosegestao. com. br/ escolas – brasileiras – mania – de - ensinar/ Acesso em: 04 de março de 2019.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, p. 29-45, julho/ 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto, p. 257-272, 2002.

GATTI, B.A. et al. Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

GUARESCHI, Pedrinho Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. Coletâneas ANPEPP. V. 1 edição 10 pp. 9-35.1996.

GURGEL, C. R.; MATOS, F. A. S. A violência contra professores: saberes e práticas. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: http:// editorarealize. com. br/ revistas/ fiped/ trabalhos/ 766 ebcd 59621 e 305170616 ba 3d3dac32.pdf. Acesso em: 29 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/caracarai/panorama. Acesso em: 29 de abril de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014. 39 p.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 4.ed. Cortez, 2000.

_____ Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano, in Educação e Realidade vol.40 nº.2, Porto Alegreabr/ jun. 2015 Epub20 – Mar-2015.

LUDKE, Menga; BOING, Luis Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. Campinas, vol.25, n.89, p.1159-1180, set. 2004.

MACHADO, Luiz Alberto. Direito Criminal: Parte Geral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

MAGAGNIN A. T. (1999). A construção do significado da adolescência pelos adolescentes de Brasília. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB.

MALDONADO, Maria Tereza. Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência.Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1997.

MARINI F.; MELLO R. R., Relação entre a escola e famílias de classes populares: Desconhecimento e desencontro, Caxambu, ANPED, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S., NJAINE, Kathie. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.7, n.13, p.119-34, 2003. Disponível em: < http:// www. scielo. Br/ pdf/ icse / v7n13/ v7n13a08.pdf>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. Editora: Brasiliense. 1989.

NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. v. 1. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1983.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Modelos de prevenção do uso de drogas para adolescentes: concepções e ações de professores. Em: SILVA, Eroy Aparecida da; MICHELI, Denise De (Orgs.) Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa. São Paulo: FAP-Unifesp, 2011. p. 657 - 678.

SÁ, C. P. (1995). Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In. M. J. Spink (Org.). O conhecimento no cotidiano. As Representações Sociais na perspectiva da Psicologia Social (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.

SANTOS, C. Francisco. Violencia en aula. 28 agosto de 2017. Disponível em: https:// folhabv. com. br/ noticia/ Violencia – em - aula. acesso em: 28 de agosto de 2018.

SILVA, M. A. Violência contra crianças-quebrando o pacto do silêncio. In: FERRAR, Dalka; VECINA, Tereza (Org).*O fim do silêncio na violência familiar*: teoria e prática. São Paulo: Agora, 2002, p.73-80.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. Refém da violência escolar: como reagir? Uberlândia-MG, 2007, Disponível em: < http:// www. justitia. com. br/ artigos/ 1d04db. pdf >. Acesso em: 15 de abril de 2018.

SPOSITO, Marilia Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jun. 2001. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/298/29827107.pdf. Acesso em: 11 maio de 2018.

UNICEF. Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento das Crianças nos Anos 90, 1990. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex42.htm. Acesso em: 23 junho de 2005.

Violência contra professores expõe precariedade da educação brasileira. Disponível em: <https: // noticias. Adventistas. org/ pt/ noticia/ comportamento/ violencia - contra - professores- expoe- precariedade- da- educacao- brasileira> Acesso em: 23 de maio de 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DO DIRETOR DA ESCOLA

Universidade Politécnica e Artística do Paraguai
Curso de Mestrado em Ciências da Educação

Venho por meio deste, solicitar a vossa permissão para a realização da pesquisa de campo neste estabelecimento de ensino. Com fins de realizar minha Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai – UPAP.

Tema da Pesquisa: A violência dos alunos contra professores: um estudo a partir da escola e da sociedade.

Objetivo: Analisar por que ocorre a violência de estudantes contra professores nas escolas públicas de Roraima.

Pesquisador: Adalberto Siqueira Divino
Orientador : Dr. Rafael Fernando Muriel
Contato – email: siqueiramat@hotmail.com

_____

Assinatura do Gestor

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Politécnica e Artística do Paraguai
Curso de Mestrado em Ciências da Educação

Título da Pesquisa: A violência dos alunos contra professores: um estudo a partir da escola e da sociedade.

Nome do Pesquisador: Adalberto Siqueira Divino

Nome do Orientador: Dr. Rafael Fernando Muriel

Natureza da pesquisa: O Sr.(sra.) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar por que ocorre a violência de estudantes contra professores nas escolas públicas de Roraima.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o Sr.(sra) permite que o pesquisador colete dados que ofereça subsídios para fundamentar a pesquisa.

Após este esclarecimento, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

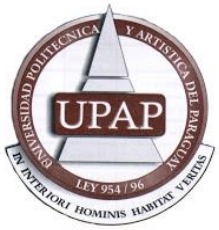
_____
Nome do Participante da Pesquisa

_____
Assinatura do Participante da Pesquisa

_____
Assinatura do Pesquisador

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO (COM PERGUNTAS FECHADAS E OBJETIVAS) APLICADO AOS GESTORES E PROFESSORES



Universidade Politécnica e Artística do Paraguai
Curso de Mestrado em Ciências da Educação

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente cada questão.
2. Responda às questões assinalando a opção que mais se aproxima da sua opinião, ou do seu conhecimento.
3. Assinale as questões, a lápis ou a caneta, de forma visível e legível conforme solicitado.
4. Este questionário é ANÔNIMO e SECRETO. Será utilizado APENAS pelos pesquisadores da Universidade Politécnica y Artística do Paraguai-UPAP. Ou seja, ninguém lerá suas respostas. Elas não serão associadas a sua pessoa. Portanto, não é necessário escrever seu nome no questionário.

A UPAP agradece a sua participação. Esta pesquisa é muito importante para corroborar os índices de violência nas escolas e para o sucesso desta pesquisa.

Nas questões seguintes, numa escala de 0 a 10 aponte os fatores causadores de violência contra professores. Indicando com uma nota de 0 a 10 (sem repetir nota) cada um dos fatores:

1. Fatores sociais causadores de violências contra o professor. Considerando a família, escola e sociedade.

Julgue os fatores a seguir:

a. ( ) Desestrutura familiar;

b. ( ) Impunidade do regimento da escola e do ECA;

c. ( ) Drogas;

d. ( ) Falta de perspectiva para o futuro.

2. Com relação a segurança dentro da escola e em sala de aula.

Julgue os pontos de tensão entre alunos e professores:

a. ( ) Falta de respeito;

b. ( ) A indiferença à presença do professor;

c. ( ) A desconsideração pelo poder exercido em sala de aula;

d. ( ) Rejeição aos métodos de ensino.

3. Levando em consideração às práticas dos professores suas habilidades e despreparo em relação com a convivência entre os pares.

Julgue os fatores abaixo referente as possíveis causas da violência:

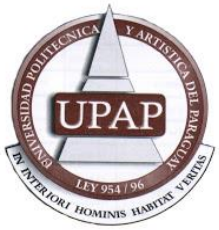
a. ( ) Professores sem aptidões para o magistério ou mau preparados;

b. ( ) Professores não habilitados na regência de determinada disciplina;

c. ( ) Professores sem motivação para o trabalho;

d. ( ) Professores com excesso de carga horaria.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO (COM PERGUNTAS ABERTAS E SUBJETIVAS) APLICADO AOS GESTORES E PROFESSORES



Universidade Politécnica e Artística do Paraguai
Curso de Mestrado em Ciências da Educação

TEMA DA PESQUISA: A VIOLÊNCIA DOS ALUNOS CONTRA PROFESSORES: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

ASSUNTO: Pesquisa de Mestrado

LINHA: Educação escolar, ensino e aprendizagem

OBJETO DE PESQUISA: Analisar por que ocorre a violência de estudantes contra professores nas escolas públicas de Roraima.

PESQUISADOR: Adalberto Siqueira Divino

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rafael Fernando Muriel

INSTITUIÇÃO: Universidad Politenica y Artistica del Paraguay-UPAP Programa de Pós-Graduação em Educação

Esta pesquisa tem como objetivo a investigação da violência contra professores, e busca encontrar alternativas existentes nas escolas e que possam servir de modelos de solução de conflitos. A violência contra professores é um fenômeno mundial, objeto de 5 conferências Mundiais patrocinadas pela Organização das Nações Unidas-ONU, tão preocupante que é este tema. Por isso esse fenômeno deve ser estudado e debatido, a fim de encontrarmos possíveis soluções de conflitos nas escolas e ou amenizarmos a problemática. Serve esta pesquisa como

mediadora para apontar o litigio e posteriormente para ajudar na busca por políticas públicas que atendam as necessidades existentes.

INSTRUÇÕES

1. Leia atentamente cada questão.
2. Responda às questões assinalando pontos importantes a respeito da pergunta e a que mais se aproxima da sua opinião, ou do seu conhecimento.
3. Este questionário é ANÔNIMO e SECRETO. Será utilizado APENAS pelos pesquisadores da Universidade Politécnica y Artística do Paraguai-UPAP. Ou seja, ninguém lerá suas respostas. Elas não serão associadas a sua pessoa. Portanto, não é necessário escrever seu nome no questionário.

A UPAP agradece a sua participação. Esta pesquisa é muito importante para corroborar os índices de violência nas escolas e para o sucesso desta pesquisa.

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: PROFESSORES, COORDENADOR E ORIENTADOR (se possível no mínimo 8 linhas) Não há limites para mais linhas.

1) Na sua opinião qual a origem da violência contra professor?
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

2) Na sua opinião por que os alunos agridem o professor?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

3) Descreva o que você entende por violência escolar como parte das representações sociais.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ANEXO – PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que todas e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF.Art. 205). Retomado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Toda a legislação possui atrás de si uma história do ponto de vista social. As disposições legais não são apenas um exercício dos legisladores. Estes, junto com o caráter próprio da representatividade parlamentar, expressam a multiplicidade das forças sociais. Nesse sentido, as leis podem fazer avançar ou não um estatuto que se dirija ao bem coletivo. A aplicabilidade das leis, por sua vez, depende do respeito, da adesão e da cobrança aos preceitos estabelecidos e, quando for o caso, dos recursos necessários para uma efetivação concreta.

Com esse intuito, a Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos preparou um CD com um Conjunto de Legislação sobre a EJA e, além disso, elencou as perguntas e respostas mais frequentes, cuja finalidade é oferecer alguns ordenamentos legais aos sistemas de ensino para apoia-los na sua prática cotidiana.

JorgeLuiz Teles da Silva

Diretor de Políticas de Educação de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FUNDAMENTOS LEGAIS:

A política de educação de jovens e adultos, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas:

A Constituição Federal do Brasil/1988, incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Estas considerações adquirem substância não só por representarem uma dialética entre dívida social, abertura e promessa, mas também por se tratarem de postulados gerais transformados em direito do cidadão e dever do Estado até mesmo no âmbito constitucional. Sendo assim, o Artigo 208-CF alterado pela Emenda Constitucional Nº 59,

de 11 de novembro de 2009, os Incisos I e VII passam a vigorar com as seguintes alterações:

I – “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Esclarecemos que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais.

Esse público vem sendo atendido no âmbito da Educação Básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo democrático e participativo na construção de uma política pública de estado para a educação de jovens e adultos. Ressaltamos que, essas ações têm fortalecido e estreitado à parceria entre Estados e Governo Federal na busca pela ampliação e melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos.

• **Constituição Federal de 1988**, que em seu artigo 208, assegura a educação de jovens e adultos como um direito de todos:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria"

Alterações do Artigo 208 (Emenda Constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009):

Art. 1º Os incisos I e VII do Art. 208 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 208.....

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria" .

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

• **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB 9.394/96) que, trata da educação de jovens e adultos no Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos: II –no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

• **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos** (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de eqüidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

- Funções da EJA:

Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Qualificadora, mais do que uma função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do der humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

• Resolução CNE/CEB nº 01/2000

- Artigo 6º, Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

• Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) - A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino

fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

• FINANCIAMENTO:

- FUNDEB – Lei nº 11.494/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

- PNAE – Lei nº 11.947/2009 - O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e Educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

- PNATE – Lei Federal nº 10.880/2004 - Baseado na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, e serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos do ensino fundamental público residentes em área rural.

- RESOLUÇÕES/SECAD/MEC:

a) Resolução/FNDE/CD/n°48 de 28 de novembro de 2008 - Estabelece orientações para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem à oferta de cursos de formação continuada na Modalidade de

Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

b) Resolução FNDE/CD n° 51, de 15 de dezembro de 2008 - Estabelece critérios para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem o fomento à produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA, à formação de educadores, coordenadores e gestores da EJA e à publicação de experiências de EJA todos com ênfase na Economia Solidária.

c) Resolução/FNDE/CD/ n° 44 de 16 de outubro de 2008 - Estabelece critérios e procedimentos para a execução de projetos de fomento à leitura para neoleitores jovens, adultos e idosos, mediante assistência financeira aos Estados, Municípios, Distrito Federal, Instituições Públicas de Ensino Superior e Entidades sem fins lucrativos.

d) Resolução/FNDE/CD/n° 50 de 04 de dezembro de 2008 - Estabelece critérios e procedimentos para assistência financeira a projetos de cursos de extensão para a formação de educadores para atuar em Alfabetização de jovens e adultos, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.